

REPARAÇÃO

O que Temos

Trabalho Sempre
Longo

O que Temos

PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA
TÉCNICA ÀS COMUNIDADES DA ÁREA 4 -
POMPÉU E CURVELO - ATINGIDAS PELO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E
SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E
B-IV-A DA MINA Córrego do Feijão DA
MINERADORA VALE S.A.

improprio

oito

proprio

proibido

O que Temos

Prejuizo - Depressão

Desvalorização

Principalmente
gastamos

instituto
guaicuy



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 1



**PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA TÉCNICA
ÀS COMUNIDADES DA ÁREA 4 – POMPÉU E CURVELO –
ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E
SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E B-IV-A DA
MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A.**

Belo Horizonte
Fevereiro de 2020

2



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 2



Entidade: Instituto Guaicury

Endereço: Rua Guaicurus, 470 – Centro

Município: Belo Horizonte/MG

CEP: 30111-060

Telefone: (31) 3409-9818

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Presidente: José de Castro Procópio

Coordenadora do Projeto: Carla Wstane

Responsáveis pela Elaboração do Plano de Trabalho:

Alexandre Chumbinho – Jurídico

Ana Clara Costa Amaral – Jurídico

Ângela Maria da Silva Gomes – Sociocultural

Eduardo Mota – Comunicação

Ennio Rodrigues – Comunicação

Geraldo Henrique – Contabilidade

Gustavo Simim - Jurídico

Higor Gomes Pereira – Logística

Izabella Resende – Administrativo e Financeiro

Joyce Jordana – Zootecnia

Laura Nunes Garcia – Comunicação

Marcia Rodrigues Marques - Mobilização Social

Marcus Vinícius Evaristo – Mobilização Social

Maria Núbia Alves Cruz - Assistência Social

Paula Brasil – Geoprocessamento

Paula Campos - Assessoria Coordenação

Pedro Aguiar - Medicina Veterinária

Ramiro Queiroz - Ciências Sociais Aplicadas

Rodrigo Lemos - Análise Ambiental

Thiago de Azevedo Moraes - Ciências Sociais Aplicadas

Belo Horizonte
Fevereiro de 2020





"[U]m rio é sempre sem antiguidade."
"Medo, não, mas perdi a vontade de ter coragem".
Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas



APRESENTAÇÃO

Cuida o presente trabalho de expor o resultado de esforço coletivo de construção multidisciplinar, através de visitas a campo, sistematização das informações coletadas e devolução/validação das mesmas, realizado ao longo do mês de setembro e outubro de 2019. Foram 27 profissionais envolvidos, de diversas formações profissionais e históricos de trabalho institucional nas áreas afetas ao presente estudo, entre remunerados e voluntários do Instituto Guaicuy. Todos foram mobilizados e coordenados para a finalidade de atendimento ao escopo do presente **Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às Comunidades da Área 4 – Pompéu e Curvelo – Atingidas pelo Rompimento da Barragem B-I e Soterramento das Barragens B-IV e B-IVA da Mina do Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.** O presente plano de trabalho é entrega decorrente de exigência prevista no edital de chamamento público publicado no site do CIMOS/MPMG¹ para a contratação de Assessorias Técnicas Independentes às pessoas atingidas pelo crime socioambiental da Vale S.A. em 25/01/2019 em Brumadinho/MG. Foram reunidas, portanto, expertises pessoais e institucionais diversas áreas de conhecimento e experiências diversas, somando currículos e capacidades notáveis para ultimar a presente proposta que, espera-se, tenha convergência e alinhamento ao escopo desejado pelas Instituições de Justiça que participam do processo decorrente do já referido desastre socioambiental.

¹<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA969FBF85E0169FDA6F7130D41>



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 5

SUMÁRIO

1	Introdução	12
2	Sobre o Instituto Guaicuy	15
3	Justificativa	16
4	Objetivo Geral	20
4.1	Objetivos Específicos	20
5	Contextualização socioambiental da Área 4: comunidades de Pompéu e Curvelo	21
5.1	Angueretá	24
5.2	Cachoeira do Choro	24
5.3	Condomínio Encontro das Águas	25
5.4	Queima Fogo e Chácara Chórios	26
5.5	Recanto do Laranjo	27
5.6	Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	28
6	Público potencial da ATI	30
7	O Processo de Construção do Plano de Trabalho	31
8	metodologias e pressupostos conceituais	41
8.1	Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social	41
8.1.1	Metodologias para o diálogo e a interação social	46
8.1.2	Núcleos comunitários	49
8.1.3	Assembleias	51
8.1.4	Grupos Temáticos	52
8.2	Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas - DFIPA	52
8.3	Tecnologia da Informação: Suporte de dados	53
8.4	Estruturação proposta das atividades	54



9	Pagamento emergencial para todas as pessoas atingidas	56
10	A mobilização social para a construção da autonomia	62
10.1	Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades	62
10.1.1	Acolhimento e ouvidoria jurídica	64
10.2	Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social	64
10.3	Participação informada: formação e empoderamento comunitário	66
10.3.1	Agropecuária, Agricultura Familiar e Setor Agrário	68
10.3.2	Informações ambientais	69
10.4	Impactos nas economias e nos sistemas produtivos	73
10.5	Sistematização de dados secundários	75
11	O Direito e a construção da reparação e da compensação	76
11.1	A construção da matriz de danos (O que?)	77
11.1.1	O DIAGNÓSTICO DE DANOS INDIVIDUAIS	77
11.1.1.1	Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda	78
11.1.1.2	Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)	79
11.1.2	O DIAGNÓSTICO DE DANOS COLETIVOS E DIAGNÓSTICO DE DANOS DIFUSOS	80
11.2	DA MATRIZ DE REPARAÇÃO	80
11.2.1	DOS CRITÉRIOS DE COMPROVAÇÃO - A QUESTÃO DO SUJEITO (QUEM?)	81
11.2.2	DOS CRITÉRIOS DE REPARAÇÃO - A QUESTÃO DA ECONOMETRIA (COMO?)	81
11.3	Do Plano de Reterritorialização - As reparações e compensações aos territórios coletivos	81



12	Governança	82
12.1	Articulação Institucional	82
12.1.1	Articulação com o Poder Público	83
12.1.2	Canais de Diálogo com o Comitê Técnico Científico	85
12.1.3	Canais de Diálogo com o Empreendedor	85
12.2	Controle social e transparência	85
12.2.1	Instrumento de Monitoramento e Avaliação	87
13	Infraestrutura, logística, gestão de pessoas e orçamento	88
13.1	Infraestrutura	88
13.1.1	Sede regional: Casa de Acolhimento em Cachoeira do Choro	88
13.1.2	Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy	88
13.1.3	Sede Administrativa em Belo Horizonte	89
13.2	Logística	89
13.3	Gestão de pessoas	91
13.4	Consultorias especializadas	93
13.5	Orçamento	96
14	Cronograma	107
15	Cronograma de desembolso e dados bancários	111
15.2	Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	116
16	Considerações finais	116
17	Referências Bibliográficas	119



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidade de Angueretá.....	24
Figura 2 - Comunidade de Cachoeira do Choro	25
Figura 3 - Comunidade Encontro das Águas	26
Figura 4 - Comunidades do Queima Fogo e Chácara Chórius	27
Figura 5 - Comunidade do Recanto do Laranjo	28
Figura 6 - Comunidade da Fazendinhas Baú.....	29
Figura 7 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho	32
Figura 8 - Apresentação dos resultados dos grupos que realizaram uma das etapas do DRP, no dia 16 de agosto de 2019, em Cachoeira do Choro	35
Figura 9 - Apresentação dos resultados dos mapas mentais.....	36
Figura 10 - Matriz Realidade Desejo realizada no Fazendinhas Baú.....	37
Figura 11- Nuvem de palavras: "O Que Queremos"	39
Figura 12- Devolutiva em Cachoeira do Choro	40
Figura 13- Participação de morador durante devolutiva no Condomínio Encontro das Águas	41
Figura 14 - Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho	55
Figura 15 - Modelo proposto Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy89	



LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A.....	14
Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 4.....	23



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios.....	21
Quadro 2 - Estimativa de residências e população, por localidade	30
Quadro 3 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas	38
Quadro 4 – Formação de Núcleos comunitários (cenário ideal).....	50
Quadro 5 – Proposta de formação de Núcleos comunitários.....	50
Quadro 6 - Distâncias entre as comunidades e entre as sedes de Pompéu, Curvelo e Belo Horizonte	90
Quadro 7- Proposta de formação da equipe do Instituto Guaicuy.....	91
Quadro 8- Detalhamento da equipe do Instituto Guaicuy	92
Quadro 9 - Consultorias técnicas especializadas por tipo, objetivo e período.....	93
Quadro 10 - Orçamento Global	97
Quadro 11 – Atividades e Metodologias Participativas	98
Quadro 12 - Recursos Humanos	100
Quadro 13 - Tabela Homem/Hora	102
Quadro 14 - Infraestrutura	103
Quadro 15 - Custeio	104
Quadro 16 - Comunicação.....	105
Quadro 17 - Produtos	106
Quadro 18 - Cronograma.....	108
Quadro 19 - Planejamento orçamentário mensal.....	111



1 INTRODUÇÃO

O dia 25 de janeiro de 2019 é um marco na história social e ambiental brasileira em função do grande desastre em que ocorreu o rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, situadas na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. As barragens destinavam-se à deposição de rejeitos (B-I) e à contenção de sedimentos (B-IV e B IV-A). O dano potencial era classificado como alto – classe C, segundo estudos realizados pela empresa responsável, Vale S.A., e acabou por lançar em torno de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração ao longo do Rio Paraopeba.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A. ocasionou 270 (duzentos e setenta) vítimas fatais, sendo 259 (duzentos e cinquenta e nove) mortes confirmadas e 11 (onze) desaparecidos². Pela amplitude do desastre trata-se também de impactos que interromperam todo o ciclo de vida que envolve aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e culturais, dos quais afeta a conexão e dependência de diversas comunidades da bacia do Rio Paraopeba.

As instituições de justiça, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU) assinaram, de imediato, no dia 25 de janeiro de 2019, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S/A um Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em que foi garantido a responsabilidade civil da empresa diante de todas as consequências do rompimento das barragens situadas na Mina Córrego do Feijão.

Por se tratar de danos com diferentes e complexas dimensões, a serem identificados em uma lógica temporal e territorial dinâmica, envolvendo inclusive grupos sociais à jusante da Mina Córrego do Feijão localizada em Brumadinho/MG, viu-se a necessidade de instruir o processo de reparação integral dos danos em respeito aos direitos humanos violados e em consideração a fundamental participação direta das pessoas e comunidades atingidas.

Nessa perspectiva, no dia 04 de abril de 2019, em audiência judicial, ficou estabelecido que as Instituições de Justiça dariam início ao processo de escolha de organizações sem fins lucrativos com interesse em prestar assessoria técnica independente às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV A da Mina Córrego do Feijão. Acordo este entre as instituições de Justiça, o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, no processo n. 5010709-36.2019.8.13.0024, movido

² Dados do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, 28 de dezembro de 2019, Jornal Estado de Minas 28/12/2019.



pelo Estado de Minas Gerais, apresentado ao juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte.

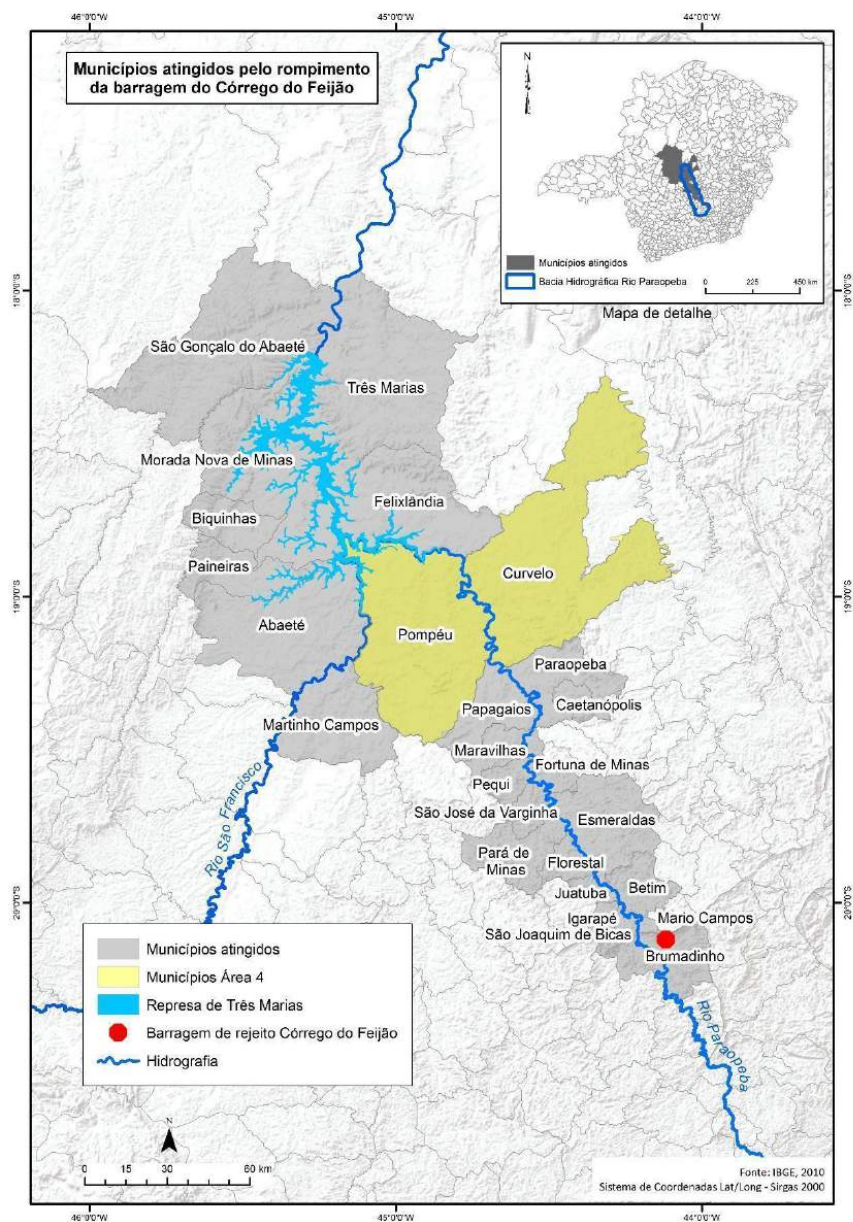
O processo seletivo da Assessoria foi feito por meio de Edital de Chamamento Público e a seleção realizada pelas comunidades, organizadas por meio de comissões, considerando a abrangência de 5 regiões que compreendem 26 municípios (*Mapa 1*) pré-estabelecido pelo MPMG, a saber: Região 1 - Brumadinho; Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba; Região 3 - Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba; Região 4 - Pompéu e Curvelo; Região 5 - Demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias).

O Instituto Guaicuy foi eleito para atuar na região 4, território que compreende os municípios de Pompéu e Curvelo, a partir da votação das comissões de pessoas atingidas, no dia 14 de julho de 2019, no Auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Campus Curvelo/MG, com a presença de representantes das Instituições de Justiça. O Instituto Guaicuy obteve mais de 50% dos votos, em segundo turno de votação.

Segundo o edital, a Assessoria Técnica visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Dessa forma, o presente documento pretende apresentar estratégias e mecanismos que irão fundamentar a atuação do Instituto Guaicuy, estruturados por meio da proposição de ações comprometidas em possibilitar o desenvolvimento de processos participativos pertinentes às realidades e contextos das comunidades que integram a problemática da reparação de danos na Área 4.



Mapa 1- Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A.



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



2 SOBRE O INSTITUTO GUAICUY

O Instituto Guaicuy é uma entidade não governamental associativa, cultural e técnico-científica de fins não econômicos, criada no dia 20 de junho de 2000, com a finalidade de apoiar os objetivos do Projeto Manuelzão de desenvolver ações socioambientais, culturais e educativas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, à promoção da saúde e à cidadania.

A bacia hidrográfica foi escolhida para área de atuação por ser um território sistêmico onde se dão as relações entre ambiente, sociedade e economia, que se refletem em diferentes campos inclusive na saúde coletiva. A saúde não deve ser tratada apenas como uma questão médica, mas tem haver diretamente com condições ambientais e de vida vivenciadas pelas pessoas em seus territórios, especialmente no que se refere à disponibilização de água em qualidade e quantidade. Para a realização dessas iniciativas o Instituto Guaicuy vem trabalhando com abordagens ecossistêmicas e críticas frentes às questões que envolvem os conflitos ambientais, tendo a água como eixo transversal. Essas abordagens estão intimamente ligadas à participação popular e ao empoderamento das populações nos seus territórios.

Ao longo dos anos, o Instituto Guaicuy/Projeto Manuelzão vem desempenhando atividades que buscam a abordagem multidisciplinar, intersetorial, interinstitucional e principalmente entre saberes populares e conhecimentos científicos, buscando articular a sociedade civil com o poder público e usuários de água, através da estruturação de Núcleos de mobilização populares para discussões socioambientais organizados por microbacias hidrográficas. Essa iniciativa, com abordagem participativa, resultou na criação dos 40 Núcleos, através dos quais se discute os conflitos pelo uso da água, a relação com as populações atingidas por grandes empreendimentos e pelo avanço das mineradoras sobre grandes áreas de produção de água. Tais grupos deram origem, e preencheram com participação da sociedade civil, 23 Subcomitês vinculados ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fazendo com que a gestão das águas ocorra de forma participativa conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97). Evidencia-se, nesse processo, a importância de garantir às comunidades o direito à informação de qualidade, com linguagem adequada às características de cada localidade, assim como propiciar e garantir a verdadeira participação das comunidades nos espaços e processos de tomadas decisão.

O Instituto Guaicuy tem representações sociais em diversos fóruns participativos visando a criação de políticas públicas no qual destacam-se: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Conselho do Parque



Estadual do Sumidouro; Parque Nacional Serra do Gandarela; Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; Conselho Nacional e Estadual de Meio Ambiente; Conselho Nacional de Meio Ambiente, dentre outros.

Após o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP sobre o Rio Doce, em 2015, o Instituto Guaicuy realizou expedições, mobilizações e estudos que interagiram com comunidades e entidades diversas para discutir os processos sociais neste contexto. Esse movimento se consolidou na luta pelo Projeto de Lei 3676/2016 “Mar de Lama Nunca Mais” sancionado como Lei Estadual 23291/2019, e na publicação do livro “Mar de Lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas”.

Com o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão acometendo todo o rio Paraopeba, foi articulado, junto aos movimentos sociais em busca de apoio para as pessoas atingidas, o “Gabinete de Crise da Sociedade: Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental”³ com o propósito de realizar a cobrança de responsabilidades e mudanças na legislação que geram crimes dessa magnitude.

Através de edital elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para fornecer assessoria às pessoas atingidas atingidos, os moradores das Áreas 4 e 5, através das comissões de atingidos, escolheram o Instituto Guaicuy como assessoria técnica independente para atuar nestas áreas.

3 JUSTIFICATIVA

As consequências do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A para as comunidades da bacia do rio Paraopeba são complexas e e dinâmicas. Compreender as múltiplas dimensões de danos e consequentemente de pessoas e comunidades atingidas, assim como compreender os direitos que foram violados, demanda perceber a complexidade dos processos sociais e históricos emergentes nesse contexto de conflito ambiental.

Cada sujeito e grupo social, a partir dos seus variados modos de vida, constroem vínculos afetivos, utilizam dos recursos naturais providos pelo rio com as mais variadas finalidades, de forma a edificar territórios te territorialidades que são cheias de sentido e de valor simbólico. Qualquer abordagem que considere aspectos pontuais e específicos como referência para o entendimento e definição dos atingidos pelo rompimento da barragem estará desconhecendo a amplitude da diversidade social e dos variados tipos de usos e

³ Acesso à página <http://gabinetedasociedade.org/>



importâncias que o rio Paraopeba desempenha para as pessoas e para as comunidades. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A., deve ser reconhecido como o deflagrador de mudanças sociais em várias dimensões e não apenas nos âmbitos patrimonialistas ou hídricos (VAINER, 2008).

Entender o conceito de atingido não tem apenas um caráter etimológico, mas tem um significado legal e social de percepção de pautas, temáticas e leituras de mundo que significa o respeito à legitimação de direitos de seus detentores à fins de reconhecimento, ressarcimento, indenização, compensação ou reparação não pecuniária do dano.

O conceito de atingido pode ser percebido a partir do território (e suas múltiplas territorialidades) e das variadas práticas sociais e que foram alteradas com o rompimento, impactando aspectos econômicos, culturais, de saúde e reprodução dos modos de vida. A assessoria técnica independente se torna necessária para buscar mobilizar todo o universo populacional que compreende pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens localizadas na Mina Córrego do Feijão, no entendimento dos danos e na busca da reparação, alicerçando formas mais amplas do entendimento de atingido e que abarquem todas as comunidades e pessoas, com suas diferentes leituras de mundo.

A assessoria técnica independente é fundamental como meio de equalizar assimetrias econômico-políticas entre os atingidos e empresa ré (Vale S.A.) que possui recursos e inserção técnico-política desproporcional à realidade dos atingidos e das comunidades atingidas. A empresa Vale S.A. tem muitos meios de produzir informações, seja através da formação da opinião pública com grandes campanhas de marketing, seja por estruturação de pesquisa técnica e que influi na percepção social nas formas de se entender o dano e os impactos gerados a partir do rompimento. Adotando estratégias para a fragmentação das demandas coletivas e a individualização do dano, aviltando os direitos subjetivos pretendidos em troca da celeridade de uma injusta reparação/compensação.

A empresa, em seus acordos individuais, não considera as diversas dimensões sociais dos danos, construindo acordos feitos sob uma lógica patrimonialista que focam nos bens materiais perdidos ou depreciados. Mas isso é insuficiente para reparar as perdas e compensar a dor decorrente dos aspectos subjetivos da vida. É fundamental construir uma percepção do dano e do conceito de atingido a partir do protagonismo das pessoas e dos diferentes grupos sociais.

A construção do conceito de atingido pelo rompimento da barragem, deve reconhecer todas as pessoas, as famílias, os grupos sociais e as comunidades que tiveram a sua forma de vida afetada nas mais variadas dimensões: fragilização dos vínculos afetivos de parentesco e de vizinhança, inviabilização ou diminuição da produção agrícola, restrição



ao uso dos recursos naturais, alterações na segurança alimentar e de lazer, geração de problemas de saúde física e mental, intensificação de vulnerabilidades sociais e diversas outras questões que apenas podem ser identificadas e elaboradas por meio da participação ampliada e informada de cada atingido e comunidade atingida.

Nessa perspectiva, conforme relatos de pessoas atingidas na Área 4 “*o rio para nós era tudo, nossa vida, nossa alegria. Quando estava triste, sentava na beirada do Rio*”. As múltiplas dimensões simbólicas do rio, são produtos e produtoras de entendimentos sociais complexos e diversos.

“[...] o homem não é um ser abstrato, isolado, solto, desligado do mundo [...]”, assim como também não existe um “[...] mundo como uma realidade ausente dos homens”. O território usado pelos homens é um conjunto de inter-relações em que “[...] consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa” (FREIRE, 1987, p. 70).

Entender essa multiplicidade social implica ainda em “*considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas de perdas de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)*”. (VAINER, 2008, p. 40).

Entende-se por atingidos, portanto, toda pessoa ou grupo social que sofreu qualquer alteração na sua vida, em diferentes dimensões temporais e espaciais, em uma abordagem abrangente e tão múltipla quanto a diversidade social. Essa concepção é uma condição para se pensar as diferentes necessidades de ações para a recomposição da qualidade de vida nesses territórios, através da justa reparação e da compensação pelos danos causados.

Esse entendimento apenas será melhor e efetivamente construído com as comunidades e pessoas atingidas a partir da atuação da assessoria técnica independente, em campo e possibilitando formas de diálogo e meios para facilitar a compreensão dos diferentes sujeitos em seu reconhecimento enquanto atingido, de forma a possibilitar autonomia para a construção de um justo processo de reparação de danos.

De acordo com o direito internacional dos direitos humanos, indivíduos que sofrem graves violações não devem ser vistos apenas como receptores de medidas de reparação, devendo também participar ativamente da criação, avaliação e operação desses mecanismos. Isso é particularmente importante em casos de violações de direitos humanos cometidos por empresas, tendo em vista a necessidade de equilibrar as assimetrias existentes entre elas e as pessoas atingidas. É importante, ainda, que a participação ocorra antes mesmo do início da implementação das medidas de reparação, para que as partes apontem conjuntamente qual será o modelo de reparação adotado. Portanto, às pessoas atingidas deve ser dada a oportunidade de efetivamente influenciar a concepção e execução dos processos de remediação e de determinar quais medidas são adequadas para reparar toda a gama de danos por elas sofridos. Para que



essa participação seja livre e informada, as comunidades atingidas também devem ter pleno acesso a informações relevantes sobre os danos por eles sofridos, mecanismos de reparação disponíveis, bem como sobre todos os recursos jurídicos, médicos e psicológicos existentes. (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 9).

Diante da complexidade das abordagens apresentadas, o Instituto Guaicuy define que a assessoria técnica independente reconhece a dimensão e a complexidade do conflito ambiental e a necessidade de utilizar metodologias apropriadas para construir e mediar um processo dialógico, inclusivo e participativo para a construção de um justo processo de reparação, garantindo protagonismo e controle social dos atingidos em suas ações e atividades.

As ações propostas são instrumentos de interação e de diálogo com as comunidades afetadas e tem a finalidade de promover condições adequadas para participação ativa e ampliada das pessoas atingidas, garantir acesso à informação de confiança e definir conjuntamente estratégias para equacionar as assimetrias técnicas e informacionais entre as diferentes pessoas e grupos sociais, estruturando processos de tomada de decisão que garantam a defesa dos direitos fundamentais e coletivos.

Para tanto, justifica-se a necessidade da promoção de uma participação social ampliada e efetiva, que se estrutura a partir da construção de um ambiente de reciprocidade e de confiança entre os sujeitos, as comunidades e a assessoria técnica. O reconhecimento dos diferentes interesses, a formação da consciência coletiva e o diálogo constante que só se efetiva com a assessoria independente e que reconhece nos atingidos seus direitos, suas potencialidades e demandas.

A assessoria técnica fomenta e constrói espaços de diálogo, aproximação, encontro, para potencializar a interação entre diferentes conjuntos de ideias, conceitos e entendimentos dos danos e das possibilidades de reparação e de compensação. É a construção de um processo de diálogo intimamente ligado às dinâmicas educativas e comunicativas, que entende o povo como protagonista e destinatário principal das formas de comunicação e de diálogo propostas.

A assessoria atua em uma perspectiva que busca *“alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impõe dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutre por uma multiplicidade de experiências comunicativas”*. (PERUZZO, 2008, p. 48). Aproximando-se das leituras das propostas pedagógica freirianas, que sustentam conceitos e práticas são perpassadas por princípios como o do diálogo para a prática da liberdade; criticidade; aderência à realidade e para a transformação social. (PERUZZO, 2017).



É, portanto, a partir dos entendimentos sobre o conceito de pessoas atingidas e do papel das assessorias técnicas independentes, à luz da garantia da participação, da educação e da comunicação popular, que se justifica a necessidade das assessorias técnicas independentes atuarem em campo.

4 OBJETIVO GERAL

O presente plano de trabalho apresenta as formas e as ações que serão desenvolvidas pelo Instituto Guaicuy, durante as atividades de Assessoria Técnica na Região 4 (Curvelo e Pompéu), e que têm como objetivo garantir, de modo transdisciplinar, o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e particularidades locais, possibilitando a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do Rompimento da barragem B-I e do soterramento das barragens B-IV e BIV-A da mina Córrego do Feijão – pertencentes à empresa Vale S.A.

4.1 Objetivos Específicos

1. Acolher as demandas, as dúvidas e os questionamentos apresentados pelas pessoas e pelas comunidades atingidas, apoiando encaminhamentos, atividades e ações necessárias para o processo de reparação;
2. Fortalecer o envolvimento e a mobilização das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, na construção popular de formas, metodologias e estruturas necessárias, garantindo o respeito à diversidade e às particularidades sociais e singulares das localidades;
3. Construir junto às pessoas atingidas formas e prioridades de trabalho adequadas às diferentes realidades sociais e particularidades locais, de forma a garantir a inclusão ampla e irrestrita das pessoas atingidas no processo de reparação;
4. Identificar, reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e saberes populares possibilitando trocas de conhecimentos;
5. Dialogar, junto às pessoas e às comunidades atingidas, dados e informações geradas pelas comunidades, por órgãos públicos, por instituições privadas e pela assessoria técnica e que contribuam para o entendimento dos diferentes danos gerados a partir do rompimento da barragem;



6. Subsidiar a reparação integral e a compensação aos prejuízos proporcionados pelo rompimento da barragem a partir da construção de dados e informações em conjunto com a comunidade e as pessoas atingidas.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA 4: COMUNIDADES DE POMPÉU E CURVELO

Os municípios nos quais está inserida na Área 4 – Pompéu e Curvelo – compõem a região do baixo curso da bacia do rio Paraopeba, na mesorregião Central Mineira, região caracterizadas pela vegetação do cerrado, e tem uso e ocupação baseado na agricultura e pecuária. Embora sejam municípios que têm apresentado crescimento econômico, como a maioria dos municípios brasileiros, ainda apresentam vulnerabilidade proveniente da desigualdade social. Com cerca de 36% da população vulnerável à pobreza, possuem renda abaixo de R\$255,00 por mês no ano de 2010. A efeito de contextualização, a síntese dos dados sociodemográficos desses municípios se encontra *no Quadro 1*.

Quadro 1 - Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios

DADOS	CURVELO	POMPÉU
População total (IBGE, 2019)	80.129	31.812
Área (km²)	3296,20	2551,07
Densidade Demográfica	25,50	11,41
Expectativa de vida	76,1	75,05
População rural	9,21%	11,56%
IDH	0,713	0,689
Renda per capita	581,65	598,83
Extremamente pobres (renda domiciliar per capita igual ou inferior a 70,00)	2,07%	2,36%
Pobres (renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00)	12,10%	10,03%
Vulneráveis à pobreza (renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais)	35,78%	35,57%
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	37,96%	40,72%
% de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	16,8%	18,26%

FONTE: IBGE (2019), PNUD et al (2013).

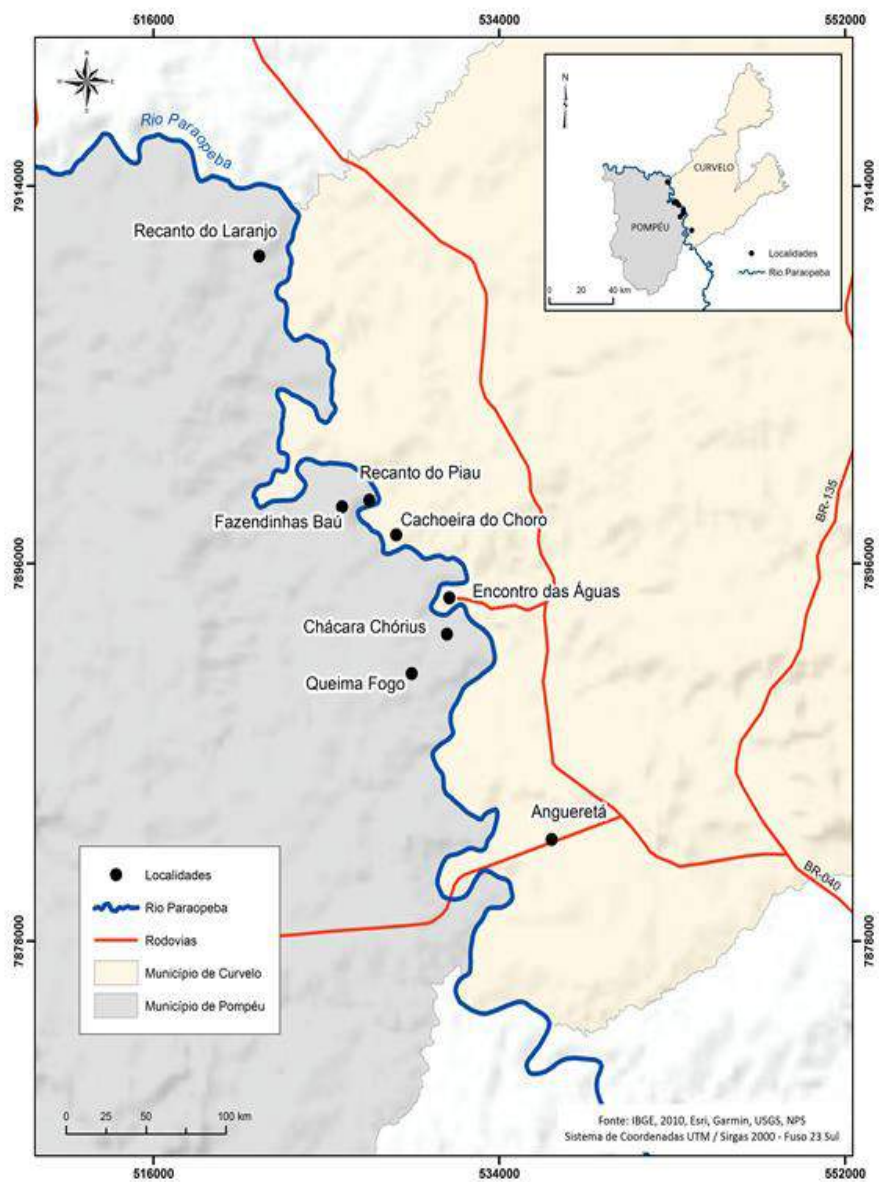


O município de Curvelo se estende por 3.298,2 km² e população estimada de 80.119, segundo o IBGE (2019). A densidade demográfica é de 25,5 habitantes por km² no território do município, que apresenta IDH considerado elevado, de 0,713. Segundo o censo de 2010, o município apresentava 9,21% da sua população em área rural, onde se encontram as comunidades, inicialmente mapeadas pelo Ministério Público (MP), atingidas pelo rompimento da barragem: Angueretá, Cachoeira do Choro e Condomínio Encontro das Águas.

Já o município de Pompéu apresenta menor população, estimada em 31.812 habitantes distribuídos por 2.551,07 km². O IDH do município é de 0,689. Considerado médio. Apresenta densidade demográfica de 11,41 habitantes por km², sendo que 11,56% se encontra em área rural onde se encontram as localidades atingidas pelo desastre e também inicialmente identificadas pelo MP: Projeto de Assentamento (PA) Queima Fogo, Recanto do Piauí, Chácara do Chórus, Fazendinhas Baú I, II e III e Condomínio Recanto do Laranjo. O *Mapa 2*, a seguir, mostra a localização das comunidades atingidas na Área 4.



Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 4



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

A seguir apresentamos percepções preliminares acerca das comunidades da Área

4.

23



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
 Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 23



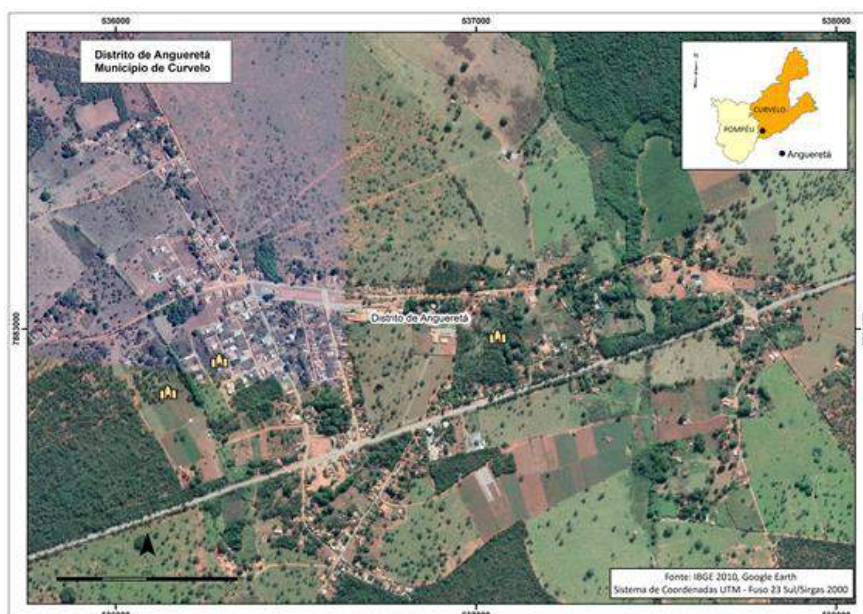
Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
 Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 23

5.1 Angueretá

A comunidade de Angueretá apresenta 456 unidades familiares, cuja estimativa totaliza 1824 habitantes. Além do uso do rio Paraopeba para pesca, lazer e turismo a comunidade foi afetada especialmente em função do fim do comércio local, uma vez que ela se encontra nas margens da rodovia MG-420, e o movimento das pessoas, turistas e pescadores devido ao uso do rio, que era o principal fator de aquecimento da atividade comercial. O fim do comércio, afetou toda cadeia produtiva da comunidade.

Figura 1 - Comunidade de Angueretá



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

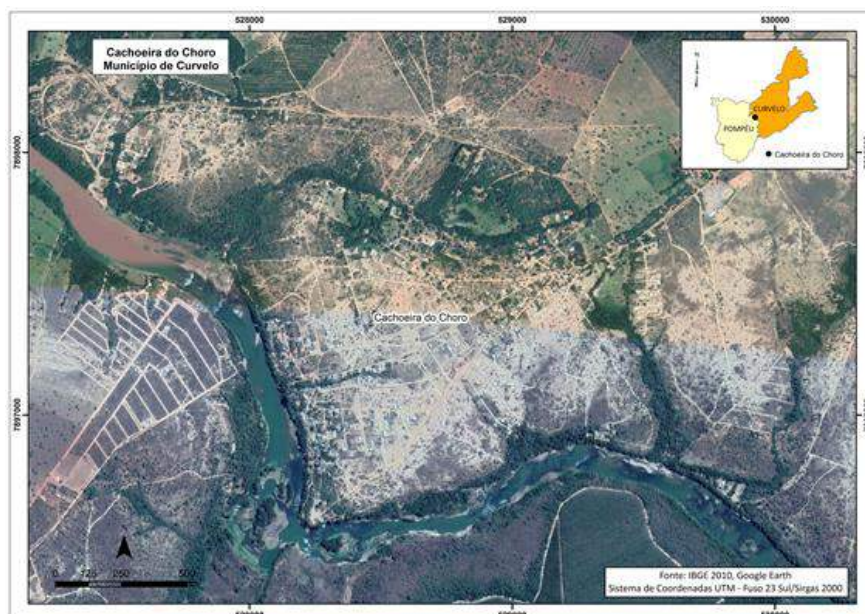
5.2 Cachoeira do Choro

Localizada ao longo do leito do Rio Paraopeba, a comunidade apresenta uma estimativa de 386 moradias, totalizando cerca de 1544 habitantes. A região de Cachoeira do Choro sofre diretamente os impactos negativos em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos, uma vez que devido à proximidade com o rio, apresentava grande movimento turístico em função da cachoeira, das áreas de lazer e da pesca artesanal. No local, além do abalo na saúde física e mental dos moradores, problemas com dessedentação de animais, com o cercamento das áreas no entorno do rio impedindo o ir



e vir, assim como queda total do turismo local tem provocado danos consideráveis na economia local e consequentemente na saúde dos seus moradores.

Figura 2 - Comunidade de Cachoeira do Choro



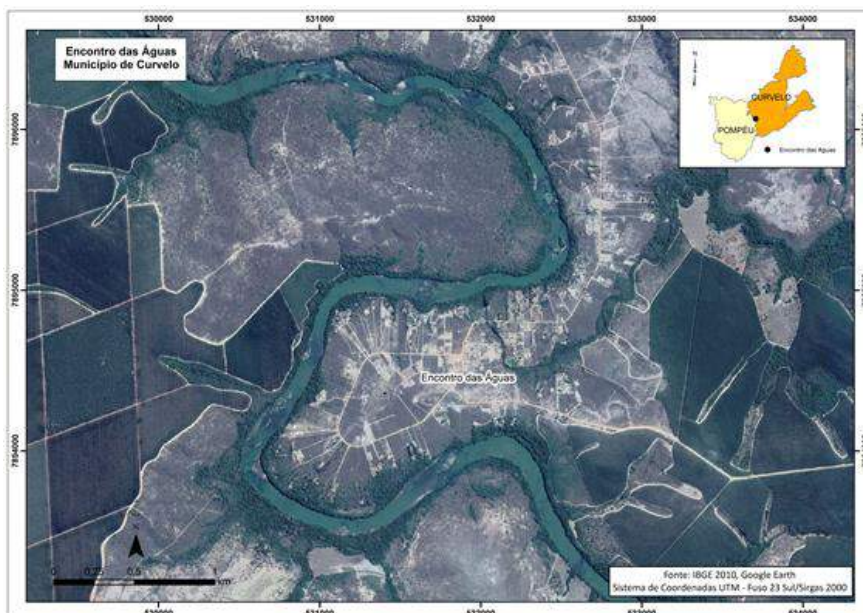
Fonte: Instituto Guaicuy, 2019

5.3 Condomínio Encontro das Águas

Localizado às margens do Rio Paraopeba, estima-se que o Condomínio Encontro das Águas é composto por 140 moradias e, de acordo com a metodologia proposta, 560 habitantes. A comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o rio, tanto para lazer e pesca, quanto para as diferentes formas de consumo da água, como exemplificado pelo morador que cultiva pimenta do qual retira seu sustento. Os moradores viam em suas casas a realização de um sonho de vida e a oportunidade de um local para descanso e diversão com a família, como demonstrado nas falas: *“tínhamos diversão e natação no rio”*, *“família que vinha no rio”*, *“tínhamos visitas dos amigos por causa do rio”* (moradores do Encontro das Águas, 2019), deixou de ter seu principal atrativo, a vida no entorno do rio.



Figura 3 - Comunidade Encontro das Águas



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.4 Queima Fogo e Chácara Chórios

Essas localidades são dois Projetos de Assentamentos (PAs) instituídos dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária, compostos por famílias assentadas que vivem basicamente da renda da terra através de cultivos agrícolas, produção animal e da pluriatividade. São comunidades rurais que vivem em regime de Agricultura Familiar e que dependiam do rio em diversos aspectos, desde irrigação simplória, fornecimento de água aos animais, pesca, e até mesmo para consumo doméstico. Pelo perfil das comunidades rurais pode-se caracterizá-las como de baixo IDH, de condições precárias e de reduzido acesso às políticas públicas sociais básicas, como saúde, educação e assistência social.



Figura 4 - Comunidades do Queima Fogo e Chácara Chórius



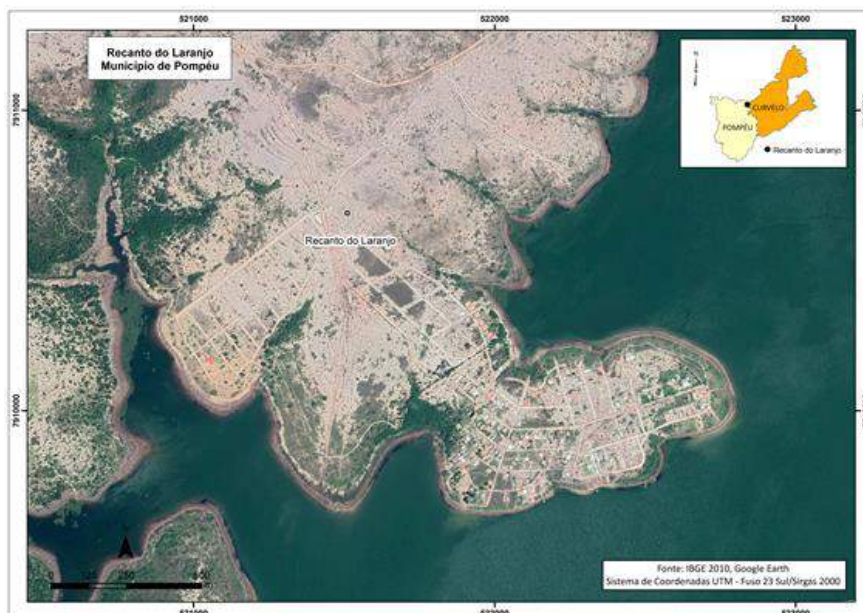
Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.5 Recanto do Laranjo

Localizado às margens da represa da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, estima-se que o Condomínio Recanto do Laranjo é composto por 221 unidades habitacionais, totalizando 884 pessoas. Caracterizado como um local ideal para a prática de lazer e pesca, a população residente e sitiante do condomínio sofre com a impossibilidade de utilizar a represa para estes fins e, também, para os diferentes usos da água. Assim como nas demais localidades, a população também foi afetada pela grande desvalorização dos terrenos e por diversos prejuízos no convívio familiar e social.



Figura 5 - Comunidade do Recanto do Laranjo



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.6 Fazendinhas Baú e Recanto do Piau

Localizadas nas proximidades do Rio Paraopeba, as comunidades Fazendinhas Baú I, II e III e Recanto do Piau são áreas com pouca infraestrutura. Juntas, estima-se que as duas localidades possuem aproximadamente 122 residências, totalizando 488 pessoas, de acordo com a metodologia citada anteriormente. A distribuição das moradias é dada de maneira muito espaçada, o que dificulta a criação de um local de referência para as pessoas atingidas. Após o rompimento da barragem de rejeitos, os moradores sofrem com a impossibilidade de práticas de lazer como nadar e pescar no rio, além da redução na qualidade de vida, motivada por prejuízos nas relações familiares e sociais e sentimentos de tristeza e tédio. Além disso, os moradores tiveram importantes fontes de renda comprometidas, como o comércio e o cultivo e produção de alimentos. Assim como nas demais localidades, as propriedades do Recanto do Piau e da Fazendinhas Baú sofreram grande desvalorização econômica.



Figura 6 - Comunidade da Fazendinhas Baú



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019

As características físicas dos territórios que as imagens e descrições apresentam, assim como as percepções iniciais aferida nos trabalhos realizados em campo, afirmam a predominância do ambiente rural, as características etnobotânicas do cerrado e a proximidade de todas as comunidades com o rio Paraopeba. Neste contexto é imprescindível que a construção deste plano de trabalho seja feita a partir da vivência e visões das pessoas atingidas, a partir dos seus modos de vida peculiares, que possuem a centralidade da vida ligada ao Rio. E que assim possam, eles mesmos decidirem sobre os rumos do processo de reparação dos danos causados pelo desastre provocado pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da Minas córrego do Feijão da mineradora Vale S.A.

Além das comunidades apresentadas neste plano e mapeadas pelo Ministério Público, vê-se a necessidade de realizar busca ativa no território para identificar e caracterizar grupos populacionais que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do rompimento, conforme previsto no Item 1.4 do edital que deu início ao processo de escolha da Assessoria Técnica Independente.



6 PÚBLICO POTENCIAL DA ATI

Considerando a realidade das localidades da Área 4, foram calculadas estimativas domiciliares e populacionais obtidas por meio de informações geradas pela vetorização das edificações utilizando imagem *Google Earth* e do *Software Arcgis*. Foram mapeadas o topo de cada edificação identificada.

A estimativa populacional foi realizada considerando que a região abrangida pelos municípios apresenta, segundo o IBGE (2010), aproximadamente 4 habitantes por domicílio. Com isso, obteve-se a estimativa de residências e população que estão apresentados no *Quadro 2*, a seguir.

Quadro 2 - Estimativa de residências e população, por localidade

Localidade	Número estimado de residências	Número estimado de população
Angueretá	456	1824
Cachoeira do Choro	386	1544
Encontro das Águas	140	560
PA Queima Fogo e Chácara Chórios	52	208
Recanto do Laranjo e Canto da Siriema	280	1120
Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	122	488
Total	1436	5744

Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

As atividades da assessoria técnica foram, portanto, dimensionadas para atendimento a uma população estimada em 5744 pessoas. É preciso destacar que essas informações são preliminares, obtida para elaboração deste Plano de Trabalho, que prevê realizar busca ativa para identificar eventuais populações atingidas não identificadas previamente pelo Ministério Público.



7 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

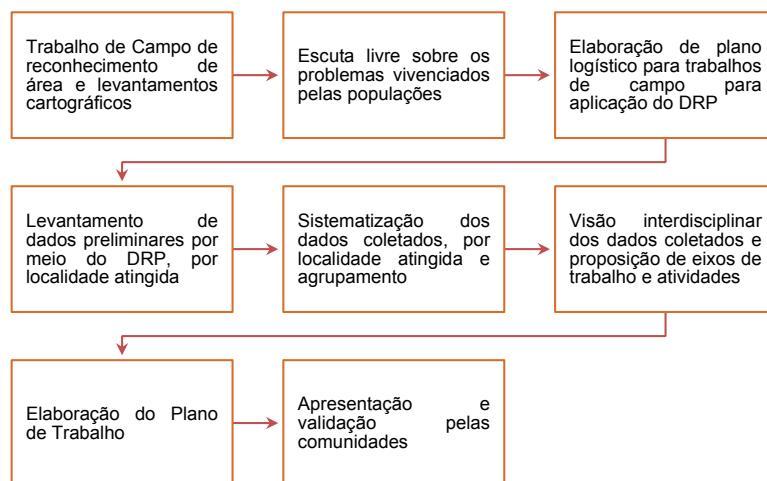
Com o objetivo de conhecer de forma preliminar as realidades das comunidades e estabelecer primeiro contato com as pessoas atingidas, foram realizados dois trabalhos de campo anteriores à eleição da assessoria técnica independente pelas comissões de atingidos. Na ocasião, iniciou-se o processo de reconhecimento da Área 4, com levantamento cartográfico, reconhecimento dos grupos organizados locais e, principalmente, escuta livre das pessoas. Após ser eleito pelas comissões de atingidos, em 14 de julho de 2019, a equipe do Instituto Guaicuy realizou outros trabalhos de campo, com diferentes objetivos. As idas a campo foram possíveis com a utilização do valor financeiro depositado a partir da homologação da eleição pelo Juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte. O depósito financeiro ocorreu no dia 21 de agosto de 2019.

A partir da necessidade de entendimento das especificidades de cada comunidade, e dada a distância e as condições físicas entre as mesmas, foram realizados estudos preliminares de reconhecimento da área através de Google Earth. Os acessos às comunidades foram validados em campo com o objetivo de reconhecer pontos estratégicos de apoio em cada local e identificar as melhores rotas de acesso, para, assim, elaborar um modelo de logística para o início dos trabalhos de campo toda equipe do Instituto Guaicuy para coleta de dados e informações para elaboração do Plano de Trabalho.

Os passos realizados pela equipe do Instituto Guaicuy no processo de construção participativa do Plano de Trabalho estão apresentados na figura a seguir.



Figura 7 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

O Diagnóstico Rápido Participativo

Para a elaboração do Plano de Trabalho foi desenvolvida uma pesquisa social qualitativa através do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com base na ampla experiência acumulada pelo Instituto Guaicuy e sua equipe técnica, ao longo de seus mais de vinte anos atuando com metodologias participativas junto às populações ribeirinhas. A escolha desta abordagem se deve pelo entendimento de que um processo participativo deve proporcionar a oportunidade de os sujeitos sociais serem protagonistas da leitura de sua própria realidade.

Por meio de metodologia participativa oriunda do método Zopp⁴, utilizada no Chile pelos educadores populares, foi empregado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), técnica reconhecida e muito utilizada no Brasil em processos de diagnóstico e planejamento rural. Segundo Souza (2009) o DRP tem origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos Estados Unidos. Para este autor a “*metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações*

⁴ O Zielorientiert Projectplanung (ZOPP) ou método de Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos é uma técnica de planejamento de intervenção social, criada e desenvolvida pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica na década de 1980 para atender à necessidade de ações mais efetivas ligadas aos fatores mais próximos às causas dos problemas, identificados por meio da escuta cuidadosa das pessoas envolvidas e beneficiadas pelos projetos sociais, como gestores, grupos beneficiários e técnicos responsáveis pela implementação, para construção conjunta de decisões.



rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica". (SOUZA, 2009, p. 35).

A metodologia foi selecionada para a elaboração do presente plano em função da sua característica de representar um processo aberto, sobre o qual é possível construir novos caminhos e técnicas, de acordo com a realidade local. O DRP, além de ser um instrumento de pesquisa, traduz e constrói-se com os elementos das culturas locais através das falas, dos desenhos, dos relatos, dos causos e das oralidades. Nessa metodologia, em contraponto à pesquisa estruturada do questionário, que para os entrevistados torna-se, na maioria das vezes invasiva e coercitiva, o DRP é bem acolhido pelas comunidades devido à linguagem lúdica que utiliza a postura dialógica e acolhedora dos entrevistadores. Assim o DRP através de vivências, dinâmicas e trabalhos em grupo vai construindo um sistema de representações, de símbolos, em uma base de dados humanizada, a partir das representações da cultura do grupo a que pertence. Outro aspecto importante é que o DRP promove a capacidade reflexiva sobre os efeitos de vida cotidianos, capacidade de criar e recriar não somente objetivos materiais, mas também, e fundamentalmente, criar e recriar formas novas de vida, bens imateriais e de convivência social.

A ocupação de território se dá à luz da legalidade, comunidades foram e estão sendo afetadas e necessitam ser ouvidas e serem reparadas. A escuta comprometida com metodologias de pesquisa empírica, através do DRP, possibilitou que as pessoas atingidas colocassem suas expectativas e desejos em relação aos trabalhos que deverão ser realizados pela assessoria técnica Guaicuy.

A participação por meio da escuta e da promoção da fala individual tem o potencial de aproximar as pessoas que se viam representadas nas falas do colega. A participação popular, nesse contexto, busca valorizar a possibilidade de trazer para o Plano de Trabalho visões de mundo que levem os sujeitos envolvidos a refletir sobre a própria prática e a definir os caminhos que desejam para a reparação integral dos danos causados pelo desastre. Alguns relatos individuais feito pelas pessoas atingidas merecem destaque. Quando perguntados "o que tinham antes do desastre", na comunidade de Cachoeira do Choro, por exemplo, responderam:

Tínhamos lazer, saúde, paz, unidade familiar e recurso.

A alegria do lazer da pescaria, riachos e rios, os peixes que também eram alimento, e o encontro dos familiares...

Um rio saudável!

Acesso direto à água, banho, limpeza, irrigação, amigos para reflexão, pesca, frutas... (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019)

As falas demonstram que os sentimentos de perda vão muito além da perda econômica, mas têm a ver também com formas de viver que só essas pessoas



compreendem, pois são a vida delas, o cotidiano delas, e só com a participação delas poderemos ter a ideia de um processo de reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. Participar é tomar parte das tomadas de decisões e acompanhar os resultados obtidos de forma dialógica e emancipatória. Neste Plano de Trabalho, o diagnóstico rápido participativo pressupõe produzir conhecimento com as pessoas atingidas, a partir

de um trabalho intelectual e um trabalho político. E também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática (SANTOS, 2008, p. 129).

O carácter insuficiente é a falta de informações pelas comunidades de todos os danos sofridos, em tudo que foram lesados e futuramente ainda serão. Há muitas incertezas vividas e expressadas pelos moradores: *“temos hoje incerteza em relação à contaminação da horta e da água. Não tem mais lazer, não se pode usar a água para irrigação, não pode comer os peixes...”* (morador Fazendinhas Baú, agosto de 2019).

As técnicas do diagnóstico rápido participativo buscam valorizar o processo de obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade atingida. Os dados devem ser utilizados, principalmente, pela própria comunidade.

Na realização dos primeiros encontros com as comunidades e pessoas atingidas da Área 4, estiveram presentes: Angueretá – 29 pessoas; Fazendinhas Baú – 36 pessoas; Cachoeira do Choro – 204 pessoas; Encontro das Águas – 15 pessoas; PA Queima Fogo – 32 pessoas; Recanto do Laranjo – 91 pessoas. A *Figura 8*, a seguir, mostra o DRP realizado na Cachoeira do Choro:



Figura 8 - Apresentação dos resultados dos grupos que realizaram uma das etapas do DRP, no dia 16 de agosto de 2019, em Cachoeira do Choro



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

As técnicas de DRP utilizadas foram os Mapas Mentais, as Matrizes Realidade Desejos e alguns relatos individuais, que foram aplicadas nas seis comunidades visitadas na Área 4 nos dias 15, 16 e 17 de agosto e 05 de setembro de 2019.

Estratégias de coleta de dados

- Mapa Mental

O Mapa Mental é uma vivência do DRP que busca apreender a percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem. Um roteiro semiestruturado conduz os questionamentos que são realizados pela equipe facilitadora. Os mapas mentais são representações do espaço vivido e percebido, com suas formas, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar. Os mapas mentais revelam como o lugar é compreendido e vivido. Na elaboração do mapa mental, a os participantes discutiram como era antes do rompimento da barragem e como ficou depois do rompimento, e fizeram desenhos retratando essas vivências (Figura 9).



Figura 9 - Apresentação dos resultados dos mapas mentais



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

- Matriz Realidade Desejo

A Matriz Realidade Desejo, também é uma vivência para coleta de dados do DRP, sendo uma maneira de compreender de forma preliminar os pontos principais demandados pelas pessoas atingidas, para posteriormente serem aprofundados. No desenvolvimento do DRP esta técnica foi adaptada em linguagem adequada, em uma matriz na qual foi solicitado que os participantes identificassem “o que tinham” antes do rompimento da barragem, “o que temos” depois do rompimento da barragem e o “que queremos” como reparação dos danos causados. Assim foram pautados de forma democrática os principais problemas vivenciados (impactos sofridos, realidade), assim como as possíveis alternativas para solução (desejo).



Figura 10 - Matriz Realidade Desejo realizada no Fazendinhas Baú



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

Importante estratégia de mobilização de subjetividades, cujo processo possibilita a expressão de sentimentos e emoções reprimidas, cuidando simultaneamente de expressões reivindicativas do coletivo e emocionais. No relato sobre “o que tinham”, os moradores demonstram o que sentem falta: “*Tínhamos segurança em relação à qualidade da água e dos poços*”. (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019). “*Tínhamos qualidade de vida, valorização do imóvel, área de lazer*”. (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019).

A reflexão sobre a realidade é primordial para o sucesso do planejamento. O papel do facilitador é de estimular a discussão de cada tema, ajudando os participantes a levantarem as principais dificuldades e potencialidades de cada área e suas possíveis soluções. A fala da moradora atingida ao ser perguntada sobre “o que querem”, é reveladora: “*Dignidade, rio limpo, renda, possibilidade de voltar a produzir*”. (moradora Fazendinhas Baú, 2019).

Essa abordagem possibilita levantar expectativas, formas e processos de como realizar a reparação dos danos, assim como levantar a história da organização sócio espacial. Moradores da Fazendinhas Baú, falam de sua expectativa: “*Quero o rio de volta e o prazer de pescar!* (morador Fazendinhas Baú, 2019)”. “*Quero reparo por desvalorização do terreno*”. (morador Fazendinhas Baú, 2019).

As informações e os dados coletados a partir da aplicação das metodologias apresentadas foram sistematizados, possibilitando o conhecimento preliminar dos principais problemas vivenciados por cada localidade, levando a compreender de forma inicial os impactos na vida das populações e apontando as aspirações desejadas para o futuro.



Sistematização das informações: nuvem de palavras

No processo de sistematização dos dados, as colunas da Matriz Realidade Desejos identificadas como “o que tínhamos” antes do rompimento da barragem e “o que temos” depois do rompimento da barragem geraram as pautas preliminares percebidas a partir da população local, que serviu também como subsídio para a construção do Plano de Trabalho da Área 4.

Quadro 3 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas

Contaminação da água do rio e da represa	Sentimentos de desrespeito, desvalorização, desunião, insegurança...	Saúde mental: sintomas de estresse, depressão, medo, angústia, tristeza...	Degradação ambiental	Dificuldades no recebimento do auxílio emergencial
Contaminação dos peixes	Sentimentos relacionados à perda da autoestima.	Problemas de saúde relacionados ao aumento da poeira	Impactos na saúde dos animais	Violação do direito ao acesso à água
Impossibilidade de práticas de lazer como pesca, natação, entre outras	Redução da qualidade de vida: aumento de doenças e da insegurança	Desestruturação familiar	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: pesca.	Violação do direito ao acesso ao meio ambiente equilibrado
Impossibilidade de pesca: atividade econômica e de lazer	Relações familiares e sociais prejudicadas	Vontade de se mudar da comunidade	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: turismo	Desvalorização das propriedades
Dificuldade, ou impossibilidade, de acesso à água potável	Sentimentos de sonhos destruídos	Interrupção de práticas culturais da comunidade	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: comércio	Dificuldade para alugar e comercializar imóveis e terrenos
Insegurança em relação à qualidade da água distribuída pela Copasa	Diminuição significativa do turismo: “cidade fantasma”	Desemprego	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: cultivo/ produção de alimentos.	Problemas fundiários (regularização do título de propriedade)
Restrição do contato com a natureza	Aumento de problemas com segurança, como roubos e arrombamentos	Perdas econômicas e danos morais	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: criação de animais.	Problemas referentes à falta de comunicação entre todas as instituições e os atingidos

Fonte: Dados sistematizados da Matriz Realidade Desejo - Instituto Guaicuy (2019)

Para demonstrar os resultados obtidos a partir do DRP, foi elaborada uma “nuvem de palavras” (Figura 11), que é um recurso gráfico utilizado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto de forma objetiva e direta. As falas e textos dos participantes na coluna “O que queremos” foram transcritos para um *software* que calculou e diagramou as palavras a partir da frequência em que apareceram. Dessa forma, o tamanho da fonte em que a palavra é apresentada está relacionado à frequência da palavra no texto: palavras mais utilizadas são desenhadas em fontes de tamanho maior. Assim é possível ter uma visão geral das colocações e dos principais anseios dos participantes.



A sistematização das informações colhidas no DRP, nos apontam para pautas que subsidiam a construção do Plano de Trabalho, visto como a materialização de uma forma de entender o futuro, um prognóstico que parte de um momento histórico e espacial. Como explica o professor Marcelo Lopes de Souza:

O Plano de Trabalho é também o resultado de uma conjuntura socioespacial e foi construído em proximidade com as diferentes comunidades e realidades sociais. Mas, é importante destacar que a dinâmica socioespacial sempre é múltipla, dinâmica e complexa. As realidades das comunidades e das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem são ativas, constroem múltiplas territorialidades que se alteram a cada momento, a qualquer decisão e nas diferentes ações. Novas realidades demandam revisões do que se pensou e do que se previu, fazendo com que os planos necessitem de readequações às novas



complexidades socioespaciais que foram transformadas pelos atores envolvidos. Por isso, as metodologias e ações propostas podem passar por reajustes e aperfeiçoamentos, de acordo com os desejos das comunidades atingidas. Este eventual processo de alteração será construído de forma ampla, participativa e transparente, estruturando avaliações e dinâmicas que permitam às pessoas atingidas, às instituições de justiça e à assessoria técnica perceber e propor adequações que forem necessárias.

A partir dos objetivos da assessoria técnica, das formas e métodos de trabalho do Instituto Guaicuy, das discussões e dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo, foram estruturados alguns conjuntos de atividades que orientam as formas de trabalho e de ações da assessoria técnica na busca pela reparação integral junto com as pessoas atingidas. Esse conjunto de atividades foi dialogado com os participantes do DRP em devolutivas referentes à estruturação do Plano de Trabalho e que apresentaram as prioridades, as ações e as formas de trabalho, discutido em reuniões realizadas nas localidades entre os dias 20 e 22 de setembro de 2019, e validado por aclamação em todas elas (*Figura 12* e *Figura 13*).

Figura 12- Devolutiva em Cachoeira do Choro



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



Figura 13- Participação de morador durante devolutiva no Condomínio Encontro das Águas



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

8 METODOLOGIAS E PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

A dimensão das perdas e dos danos gerados pelo rompimento da barragem é complexa e requer um elaborado arranjo metodológico que disponha, não apenas de metodologias técnico-científicas, mas também de pressupostos de atuação e de definição de formas de entendimento do papel da assessoria frente à realidade complexa dos atingidos.

São apresentados dois agrupamentos metodológicos: Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social; Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA; Tecnologia da informação e suporte de dados. Ao final, é apresentada a estruturação proposta das atividades a serem desempenhadas no âmbito da assessoria técnica.

8.1 Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social

No cenário de perdas provenientes do desastre socioambiental provocado pela mineradora Vale S.A, um dos aspectos que pressupõe a existência da assessoria técnica junto às pessoas atingidas é a mobilização social. Mobilização social é um processo de diálogo, de construção entre sujeitos,



mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados... Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados quotidianamente. (TORO E WERNECK, 1996)

É papel da assessoria técnica mobilizar as pessoas atingidas para que se consiga convocar e dialogar com as vontades, as ansiedades, as variadas dúvidas e os questionamentos das pessoas atingidas e da sociedade. É construir, em conjunto com as pessoas atingidas, uma ação política e reivindicatória, orientada para a estruturação de um projeto coletivo e participativo na qual o atingido seja o protagonista nos processos de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem.

O Instituto Guaicuy propõe a dedicação contínua ao processo de mobilização social, buscando fomentar a participação e o engajamento dos sujeitos. Nesse sentido, é preciso dialogar com as pessoas atingidas e promover o desenvolvimento de postura crítica e ativa, que indaga, constata, compara, avalia, valora e decide.

A mobilização social é um instrumento poderoso para o controle social e para a governança em diferentes instituições e políticas. A população, que participa do processo de formulação de uma demanda, aproxima-se das discussões referentes à complexidade do que é discutido e, ainda, passa a reconhecer as variáveis e os esforços que foram necessários para a efetivação de uma política e para a tomada de uma decisão. A mobilização social é um trajeto, um caminho importante para a proximidade e para a construção de autonomia entre os diferentes sujeitos, fomentando a participação social para a reivindicação de direitos. Perceber essa abordagem proposta pelo Instituto Guaicuy é fundamental para o reconhecimento de que a mobilização social é entendida enquanto um processo educativo, que dialoga diferentes saberes e práticas sociais.

Dialogar com os diferentes sujeitos é uma oportunidade para a compreensão das diferentes forças, conflitos e contradições que existem em uma realidade tão complexa, quanto a das pessoas atingidas. É um processo contínuo, múltiplo e de forte subjetividade, pois remete às experiências de vida e a diferentes contextos sociais. Dessa forma, a mobilização social é uma possibilidade para a construção de diferentes leituras de mundo junto ao atingido de seu papel no processo de reparação, de suas possibilidades e responsabilidades.



Construir uma leitura do mundo é perceber os processos da vida, construídos cotidianamente e que expressam tanto nas utopias, como nos limites que são impostos. Dessa forma, é uma prática essencial para a construção de autonomia, na medida em que permite ao atingido pensar a consciência de si, do meio em que se insere, instigando a mudança e a crítica.

Considera-se que a autonomia é uma conquista de pessoas e grupos a partir do entendimento de seus lugares no mundo e dos contextos em que se inserem. É justamente devido à heterogeneidade e à existência de discursos distintos, que é necessário visar a autonomia dos participantes, de forma que o diálogo seja coerentemente efetivado e possibilite a negociação de interesses. Pessoas e instituições autônomas reconhecem seus limites, suas incertezas, mas valorizam os seus diversos saberes – não necessariamente técnicos ou científicos.

O que se propõe neste Plano de Trabalho é a busca de uma autonomia que deve ser entendida como um processo de construção de sujeitos e de coletividades, traduzindo e dialogando conhecimentos, para a elaboração de possibilidades de transformação na direção do que se é pretendido e ansiado pelos grupos e pelas pessoas, com vistas à reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Para a efetivação da tradução e do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de mobilização social, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário para o diálogo e para a interação.

A participação das pessoas atingidas na construção do plano de reparação e de compensação pelos danos gerados pelo rompimento da barragem é fundamento e pressuposto do Plano de Trabalho e parte do reconhecimento de diferentes saberes construídos pela prática social e pela subjetividade dos sujeitos sociais. A participação potencializada pelo processo de mobilização social tem de reconhecer as possibilidades de contribuição dessas formas de conhecimento que não correspondem diretamente aos formatos objetivos da ciência e do método positivista.

Para a efetivação da participação popular é necessária a consolidação de um movimento horizontal de diálogo entre essas diferentes formas de conhecimento. Para a efetivação do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de participação, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário.



O processo de mobilização social é complexo e abrangente, sendo constituído por ações de valorização dos saberes locais, buscando evidenciar os pensamentos, as falas e os desejos das pessoas atingidas, de maneira a potencializar as trocas horizontais entre os atores, com a valorização da diversidade, da pluralidade e do reconhecimento de diferentes leituras de mundo. A mobilização social é a compreensão de que o sujeito é parte ativa do conhecimento. Isso leva ao estímulo à participação de caráter ativo, ressaltando a intenção política de promover mudanças na realidade e obter uma racionalidade que seja dialógica com relações comunitárias, os diferentes modos de vida, os modos de produção da cultura, as atividades religiosas e as relações com os territórios. A mobilização social se faz no território, nas comunidades e na proximidade com o cotidiano.

A comunicação é um importante instrumento de mobilização social e de acesso à informação. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de reconhecer o valor das culturas tradicionais e populares, dando visibilidade às variadas práticas sociais e incorporando às ações do Instituto Guaicuy saberes transformadores que são construídos no cotidiano e nas práticas sociais.

Optou-se pela abordagem de uma comunicação focada na participação social e na construção coletiva de soluções a partir da própria visão de mundo das pessoas atingidas, mesclando pressupostos e metodologias da comunicação popular (Peruzzo, 2008) e da comunicação para a mudança social (Calderón *et al*, 2015). Na busca pela construção de narrativas que subvertem a lógica estabelecida de poder, a comunicação para a mudança social pode ser sintetizada como *“um processo de diálogo público e privado, a partir do qual as pessoas decidem quem são, quais são suas aspirações, o que necessitam e como podem administrar coletivamente para alcançar suas metas e melhorar suas vidas”* (Calderón *et al*, 2015).

A comunicação popular está profundamente ligada à transformação das estruturas de poder vigentes e tem os diferentes sujeitos sociais como protagonistas e destinatários principais do processo comunicativo, permitindo a construção de uma rica e diversificada rede de experiências que podem desencadear processos comunicacionais com o fim de fortalecer os laços entre as pessoas atingidas e o reconhecimento entre si como interlocutores essenciais para a construção do processo de reparação.

É uma forma de pensar a comunicação a partir do estabelecimento de laços afetivos de sentimento de comunidade e no desenvolvimento da cidadania a partir dos processos comunicativos, estruturados como instrumentos para a mobilização social, o empoderamento comunitário e a ação individual e coletiva. Assim, optando pelas abordagens da comunicação para a mudança social e a comunicação popular, este Plano



de Trabalho entende que a partir do convívio, da escuta e da troca constante entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas, poderá ser potencializada a construção de uma concepção coletiva sobre a reparação integral, escrita pelas pessoas atingidas enquanto protagonistas de sua própria história.

Por outro lado, também no objetivo deste Plano, em harmonia com a expectativa determinada pela Justiça, consta a garantia ao direito à informação às pessoas atingidas. Nesse sentido, também será necessário o estabelecimento de uma equipe de Comunicação Institucional que estará, sobretudo, focada em três frentes: 1) na relação da Assessoria Técnica Independente com outros públicos (imprensa, demais ATIs, órgãos públicos, população em geral etc); 2) na condução de treinamentos e aperfeiçoamentos necessários da própria equipe da ATI, assim como de processos de comunicação interna, contribuindo para o bem estar dos profissionais assessores e a boa execução dos trabalhos da ATI e 3) acolhimento de denúncias, depoimentos e interpelações diretas das pessoas atingidas e atingidas via canais de comunicação do Instituto.

A comunicação com as comunidades e a comunicação institucional são estruturadas com o mesmo objetivo: garantir que a comunicação seja instrumento de fortalecimento da cidadania entre as pessoas atingidas, potencializando um mecanismo democrático de participação de todos as pessoas atingidas nos processos decisórios e, em conjunto com eles e elas, por meio da informação qualificada e dialogada nos tempos e de forma adequada às diferentes leituras de mundo dos variados sujeitos e coletividades envolvidas no processo de reparação.

É na comunidade que emerge o novo, o possível. Tecido de cotidiano, de existência, de invenção da vida. Assim, a assessoria técnica deve se aproximar do cotidiano da luta das pessoas atingidas por seus direitos e fomentar espaços de encontro e interação entre as pessoas por meio de assembleias, encontros comunitários e reuniões. Esses encontros e formas de trabalho são entendidos enquanto ferramentas para a construção do diálogo e da interação entre as diferentes formas de conhecimento.

Outras ferramentas são propostas, mas sempre com a finalidade de construir proximidade e facilitar as trocas entre as pessoas atingidas e a assessoria técnica. Ferramentas como a construção de jogos, de maquetes, elaboração conjunta de cartilhas, mapeamentos sociais e oficinas, entre outros. Cada uma dessas ferramentas é entendida enquanto estratégia e plataforma para o compartilhamento de saberes e a produção coletiva de conhecimento e das lutas nos territórios.

Todas as ferramentas e construções são realizadas em conjunto com as pessoas atingidas e terão como referência a realidade social e as práticas de vida. Informações,



dados, questionamentos e dúvidas são dialogados com o cotidiano, permitindo relações de aprendizagem (tanto das pessoas atingidas, quanto da assessoria técnica) significadas em proximidade a cada realidade e aos variados contextos sociais.

8.1.1 METODOLOGIAS PARA O DIÁLOGO E A INTERAÇÃO SOCIAL

Considerando as pessoas atingidas como protagonistas do processo de reparação, diferentes metodologias de interação e de diálogo social são possíveis. Contudo, considerando a articulação comunitária, são propostos alguns conjuntos de metodologias para o diálogo comunitário, com destaque para: troca de saberes locais; círculos de cultura; rodas de conversa; processos de diálogos e formação; reconhecimento sobre a memória social e intercâmbios entre pessoas atingidas.

A **Troca de Saberes Locais** é uma metodologia qualitativa que busca proporcionar a interação entre as pessoas, estimulando as relações de reciprocidade a partir de discussões de temáticas identificadas de modo participativo. O modelo tem o potencial, ao se pensar a atuação da assessoria e o diálogo com as pessoas atingidas, de associar a troca de saberes à lida com a terra, à alimentação tradicional, às relações com o rio, aos modos tradicionais de vida. O foco dessa metodologia participativa é a construção do saber coletivo, a partir de um conjunto de atividades que proporcionam a socialização de experiências cotidianas e a valorização dos diferentes saberes locais. Isso potencializa a autoestima positiva das pessoas atingidas em relação às suas técnicas, leituras de mundo, conhecimentos transmitidos geracionalmente e diferentes tradições locais.

A metodologia conhecida como **Círculo de Cultura** é um processo educativo o qual os participantes formam a figura geométrica do círculo, acompanhado por uma equipe de trabalho que ajuda a discussão de um determinado tema. Na figura do círculo, todos se olham e se veem. Neste círculo, não há um professor, mas um facilitador das discussões que, como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. A todo momento promove um trabalho, orienta uma equipe cuja maior qualidade pedagógica é o permanente incentivo a momentos de diálogo - valor ético fundante deste método.

A **Roda de Conversa** é uma abordagem em grupo que prioriza a relação entre os pares em torno de um tema comum. A participação é voluntária e não há pretensão de se esgotar um tema ou construir um plano de ação para atuar na temática discutida. O objetivo principal das rodas de conversa é a criação de vínculo, de espaços de discussão, de diálogo



sobre os problemas, os preconceitos e as diferenças. Considera-se que as rodas de conversas, por meio da interação, ampliam o repertório discursivo (tanto das pessoas atingidas quanto da assessoria técnica) e de conceitos importantes para o entendimento dos danos gerados pelo rompimento da barragem e das ações necessárias para a reparação integral.

A partir de temáticas identificadas pela mobilização ou demandadas pelos Núcleos, serão realizados **momentos formativos** que têm o potencial de, a partir de temáticas significativas para as diferentes realidades sociais, aproximar discursos e mediar informações para a formação das pessoas atingidas em temas considerados relevantes. Os momentos formativos podem ser desenvolvidos em diferentes formatos, decididos em conjunto com os núcleos, e podem ser das mais diversas temáticas e finalidades, por exemplo: produção de alimentos; informática e acesso à informação; técnicas de conservação do solo e modelos produtivos agrários, e outras temáticas que deverão ser articuladas de modo a potencializar o encontro, o empoderamento comunitário e a reconstrução do território.

Um fator de coesão social, de fortalecimento dos laços comunitários e de manutenção da mobilização do território é a **memória social**. Em visita às comunidades atingidas, vários foram os relatos sobre a destruição da história daqueles diferentes territórios. Um território é carregado de história e cultura, e assim não é só o limite físico que o define, mas o *território usado*, que para o geógrafo Milton Santos:

é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14).

Para Haesbaert (2004), territorializar pode significar controlar fluxos/redes e construir referências num espaço em movimento, no e pelo movimento. as pessoas atingidas querem controlar e reconstruir suas referências identitárias. Nessa perspectiva, os territórios que antes pareciam cristalizados e distantes, tornam-se conceitualmente permeáveis e dialógicos.

As consequências de não reconhecimento das territorialidades existentes como forma de restringir o conceito de pessoas atingidas é a fragmentação social que provoca uma série de doenças relacionadas à saúde mental, como a depressão, a baixa autoestima e o sentimento de abandono. Além disso, torna-se ainda mais complexo pensar na reparação dos danos causados pelo desastre se a memória comunitária está em processo de destruição. Para o Instituto Guaicuy, o resgate histórico é fundamental para a reconstrução da dignidade das comunidades atingidas na Área 4, principalmente, para



mitigar os sofrimentos mentais causados na região. É também fundamental para compreender as perdas imateriais da comunidade no intuito de reparar integralmente o dano.

Conquanto complementar à análise específica, é necessário o entendimento cultural e social que alicerce a compreensão das perdas em comunidade. Um trabalho de reconhecimento, manutenção e valorização da memória comunitária dos atingidos será realizado junto às comunidades. Propõe-se uma leitura das Multiterritorialidades e da Memória Sociocultural através do aprofundamento do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) com recolhimento da história oral, das imagens antigas e da elaboração de cartilhas e vídeos sobre os modos de vida das pessoas, incluindo das comunidades tradicionais. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização serão os conceitos que balizarão as metodologias para a produção da matriz de danos e da matriz de reparação das comunidades atingidas na Área 4.

Para enfrentar tal desafio, são propostas ações que potencializem a reconstrução da memória das comunidades, contando com a participação constantes dos moradores. A divisão territorial seguirá a dos Núcleos Comunitários, pois a memória social é uma maneira de fortalecer laços e demonstrar a identidade quanto território. Ela também é uma ferramenta importante por reconhecer que o sujeito está inserido em comunidade, que possui história e que, para continuá-la, são necessárias a interação social e a valorização da comunidade, contemplando seus ritos, suas práticas, suas atividades culturais e históricas são também construídas em proximidade com o rio. Prevê-se para a construção dessa memória o aprofundamento do Diagnóstico Rápido Participativo, assim como a produção de cartilha e de um plano final de reterritorialização, que será trabalhado na Matriz de Danos e na Matriz de Reparação.

O **intercâmbio entre as pessoas atingidas** serve para integrar o território e estabelecer um elo entre as pessoas pelo reconhecimento de que o Rio Paraopeba é um eixo integrador da paisagem e das diferentes práticas sociais. O intercâmbio possibilita conhecer as diferentes realidades da bacia do Rio Paraopeba, sendo um momento que propicia às comunidades a oportunidade de refletir sobre a riqueza histórico-cultural da bacia e que evidencia o rio como o laço que une os diferentes modos de vida. Considera-se que os intercâmbios materializam a mobilização e o engajamento da sociedade e das pessoas atingidas em torno do rio, um momento que pode ser considerado de celebração e oportuno para demonstrar os resultados alcançados pelos moradores no caminho da reparação integral. (reescrever como será feito e reescrever na area 5)



Esses diferentes pressupostos metodológicos e ferramentas de diálogo são instrumentais para as ações de mobilização e de comunicação social. Como forma de melhor permitir o diálogo e a interação intracomunitária e entre as diferentes comunidades e pessoas atingidas é proposta a organização duas instâncias de atuação direta de uma estrutura de nucleação e de realização de Assembleias para as tomadas de decisão, garantindo a diversidade social e as particularidades dos territórios.

8.1.2 NÚCLEOS COMUNITÁRIOS

Uma das primeiras ações a ser realizada pelo Instituto Guaicuy é a constituição de núcleos comunitários. Eles serão os eixos de organização e de participação das pessoas atingidas em todo o processo de reparação, tendo como expectativa serem duradouros, continuando sua atuação mesmo após a finalização dos trabalhos da assessoria técnica na região.

O Instituto Guaicuy e o Projeto Manuelzão têm um histórico de formação de núcleos para o debate de políticas públicas a partir das águas, são os Núcleos Manuelzão, inseridos na bacia do Rio das Velhas e que associam representantes da sociedade civil, do poder público e dos usuários de água no debate político e público das águas nas vidas das pessoas. A proposta da nucleação é uma ferramenta para viabilizar o diálogo entre as pessoas atingidas, com a participação contínua da assessoria técnica, no processo de planejamento, avaliação das ações e resultados e construção de um processo de reparação inclusivo, participativo e democrático.

A formação dos núcleos se dará por meio de instrumentos de participação popular, associando instâncias já legitimadas nos territórios com a possibilidade da participação de pessoas que tenham interesse em se envolver no processo, respeitando a organização das famílias locais. Considerando os diálogos já realizados e outras experiências semelhantes, entende-se que o ideal a ser trabalhado seria de 20 famílias por núcleo comunitário. Neste caso, se considerarmos as quantidades de famílias nesta região, teríamos, idealmente, a formação de aproximadamente 72 núcleos comunitários, conforme o quadro a seguir.



Quadro 4 – Formação de Núcleos comunitários (cenário ideal)

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS		
Local	Núm. Estimado de Famílias	Núm. Ideal de Núcleos (20 famílias por Núcleo)
Angueretá	456	23
Cachoeira do Choro	386	19
Encontro das Águas	140	7
PA Queima Fogo e Chácara Chórios	52	3
Recanto do Laranjo e Canto da Siriema	280	14
Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	122	6
Total	1436	72

Contudo, considerando a realidade social de cada localidade, as dinâmicas de trabalho, e a percepção territorial da equipe em campo, o Instituto Guaicuy estimou que a estruturação inicial de 18 núcleos na Área 4 pode ser suficiente para a mobilização social e a efetividade das ações propostas. É importante destacar que pela própria dinâmica da mobilização social e comunitária, novos núcleos podem ser necessários a partir de demanda social, situação em que será preciso a readequação do plano.

O quadro a seguir descreve a distribuição proposta para formação núcleos comunitários.

Quadro 5 – Proposta de formação de Núcleos comunitários

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	
Localidade	Número de Núcleos
Recanto do Piau	1
Queima Fogo	1
Fazendinhas do Baú	2
Chácara do Chórios	1
Angueretá	2
Cachoeira do Choro	4
Encontro das Águas	2
Recanto do Laranjo	3
Pompéu	1
Curvelo	1
Total	18



Levando em consideração a estrutura citada, serão convidados a participar diferentes grupos sociais, como as associações de moradores, as comissões de atingidos, entidades religiosas, representantes do setor empresarial (comércio, serviços, turismo, agricultura e outros), escolas, professores e estudantes que terão acompanhamento e apoio por parte da assessoria técnica.

A participação é voluntária e será fomentada por meio de ações de mobilização social. A divisão territorial de abrangência e forma de trabalho será discutida com cada núcleo, de forma a garantir a diversidade de entendimentos territoriais e de representações, permitindo uma maior diversidade e articulação entre os múltiplos territórios de ação da assessoria técnica.

Os núcleos comunitários serão formados nos primeiros seis meses de atuação da assessoria técnica e serão fomentados a atuarem durante os 42 meses restantes de trabalho da assessoria. Serão publicados relatórios trimestrais apresentando todos os encontros, registros e considerações sobre a atuação dos núcleos.

8.1.3 ASSEMBLEIAS

As assembleias são instâncias de decisão amplamente conhecidas e que tem por definição ampliar a participação direta nas decisões fundamentais nas quais o sujeito deva ser protagonista. As assembleias são grandes encontros, realizado entre os atingidos e contemplando a totalidade de núcleos e comunidades.

Assuntos de grande relevância e de impacto regional em todas as comunidades não podem ser decididos por cada núcleo comunitário, pois, o resultado impacta na vida de todos. Nesses casos, serão convocadas assembleias para discutir as particularidades e as necessidades de decisão. Como instância de decisão as assembleias discutem e deliberam sobre questões comuns a todas as pessoas atingidas, como: definição e critérios do pagamento emergencial; composição e estruturação da matriz de danos; estratégias de atuação comunitária em conjunto com a assessoria técnica; diálogos e composição da matriz de reparação.

Considerando a pluralidade de pautas e a complexidade das discussões propostas é considerada importante, para a melhor organização das atividades das assembleias a formação de grupos temáticos que são consultivos e propositivos para a assembleia e sua tomada de decisão.



8.1.4 GRUPOS TEMÁTICOS

Para ampliar a participação popular, não sobrecarregar as discussões em momento de assembleia e engajar mais pessoas no processo de reparação, o Instituto Guaicuy utilizará da metodologia de grupos temáticos para tratar dos instrumentos de trabalho utilizados no levantamento dos dados sobre as pessoas atingidas, o meio ambiente e os demais aspectos locais. Isso se deve a complexidade do trabalho e a dificuldade em se entender a real dimensão do que é enfrentado na Área 4, tornando-se notória a necessidade da multidisciplinaridade e da participação direta das pessoas atingidas.

A criação dos grupos temáticos parte da necessidade de se discutir assuntos relevantes, propostas e informações geradas no âmbito do processo de reparação, de forma a investigar a realidade local refletindo nos instrumentos de trabalho do Guaicuy as verdadeiras demandas das pessoas atingidas. Portanto, como metodologia de consulta e deliberação, os grupos se constituem em torno de um tema de trabalho com cronograma de início e fim determinados, tendo como resultado a consolidação do instrumento ou do conceito que será foco de discussão para a assembleia com todas as pessoas atingidas.

Considerando as perspectivas e particularidades dos grupos temáticos, são propostos momentos formativos e de diálogo com especialistas e técnicos de cada área temática, fomentando o reconhecimento de outras experiências, vivências e práticas. O grupo temático é criado a partir de uma demanda e uma chamada pública de participação é amplamente divulgada para os núcleos comunitários. Após a inscrição dos interessados, uma primeira reunião acontece na qual é escolhido o coordenador do grupo. Ele será o responsável por orientar as ações, relatar o andamento das reuniões e demandar ao Instituto quais as necessidades do grupo. Um profissional do Instituto Guaicuy acompanhará as atividades e será o eixo de interlocução com o restante da equipe da assessoria técnica.

8.2 Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas - DFIPA

Um dos itens considerados fundamentais no processo de entendimento das perdas em decorrência do rompimento da barragem é o conhecimento em profundidade das diferentes práticas sociais que foram alteradas com o desastre. Diferentes níveis de informação são essenciais para a construção de múltiplas dimensões do dano e seu impacto na vida das pessoas atingidas. Essas informações são necessárias para a estruturação de um processo célere e justo de reparação integral.



Para isso, cada família que de alguma forma foi afetada deve ser ouvida com atenção e com cuidado, garantindo a oportunidade de mostrar de quais formas o rompimento da barragem impactou as suas dinâmicas de vida. O instrumento utilizado para adquirir e sistematizar informações, de forma a reconhecer importantes demandas e necessidades das pessoas atingidas, será o Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas (DFIPA).

O DFIPA tem por objetivo identificar e registrar dados sobre a população do território, delineando características sociais, econômicas, culturais e de relação com o meio ambiente. Este processo deve ser construído em uma relação transversal com as demais atividades e de modo dialógico com as comunidades e com os núcleos comunitários. O DFIPA será preliminarmente apresentado a cada Núcleo Comunitário, de forma a garantir a inserção de questões e informações não definidas anteriormente.

A partir desta metodologia, o DFIPA será conduzido em dois momentos. Em um primeiro momento, será realizado o levantamento de informações básicas das famílias, assim como quais tipos de dano causado pelo rompimento são percebidos no cotidiano.

A primeira etapa de aplicação do DFIPA irá atender as pessoas mobilizadas e envolvidas no processo de trabalho da assessoria técnica, de forma a sistematizar as primeiras leituras sobre os danos percebidos pelas unidades familiares, e também oportunizar uma leitura de como esses diferentes danos se manifestam no contexto regional da Área 4. Essa primeira etapa é essencial para a caracterização de tipologias e formas com que as diferentes pessoas e comunidades foram atingidas pelo rompimento da barragem. Essas informações serão adquiridas e sistematizadas nos primeiros seis meses de atuação da ATI e serão essenciais para as definições do Pagamento Emergencial.

Em um segundo momento, será realizada uma nova etapa de aplicação do DFIPA, contemplando as pessoas e os núcleos familiares participantes da etapa 1. A segunda etapa do DFIPA tem a finalidade de entender de forma mais profunda e qualificadas as múltiplas dimensões do dano, a partir da realidade de cada núcleo familiar. Essa segunda etapa pode ser dividida em mais de um encontro, a ser definido de acordo com as construções e proposições elaboradas em conjunto com a participação social e os núcleos comunitários.

8.3 Tecnologia da Informação: Suporte de dados

O suporte de dados e tecnologia da informação terá como base a segurança dos dados, a gestão da informação e a estrutura dos dados coletados, de forma a propiciar um banco de dados seguro e eficiente que possibilite o repensar dos métodos e as técnicas



utilizadas. Esse banco de dados armazenará e organizará, com segurança, os diferentes dados produzidos em todas as atividades da Assessoria, incluindo os dados do DFIPA, as análises realizadas em cada área temática, os dados secundários produzidos, os dados de gestão do projeto, entre outros.

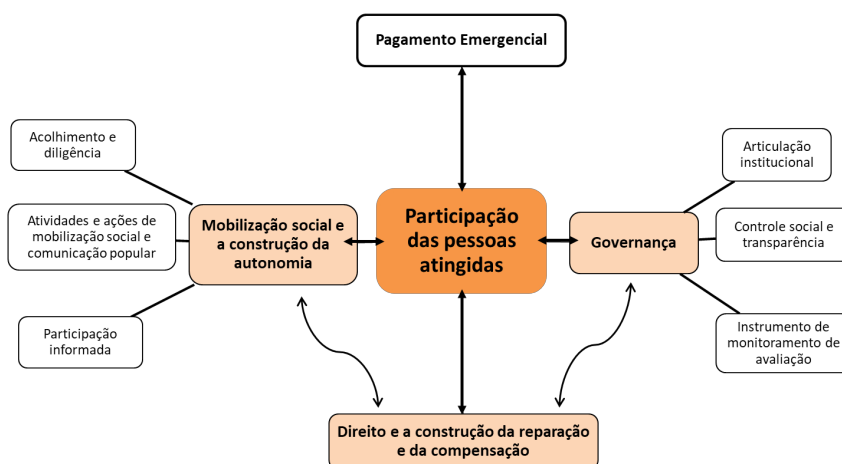
Os diversos dados produzidos por todas as áreas serão transformados em informações a partir de uma articulação entre monitoramento e avaliação com a execução de uma estrutura de dados relacionais articulados a partir de análises de requisitos constantes a partir das necessidades apontadas no decorrer de todo o projeto. Isso permitirá a utilização segura e estratégica das informações disponibilizadas nas diferentes atividades. Importante destacar dois elementos no processo de coleta de dados e relações com as comunidades. É imperativo que os dados sejam administrados com sigilo e segurança, resguardando a privacidade das famílias e indivíduos e garantindo o acesso à informação integral sempre que demandado pelas pessoas atingidas ou pelas instituições de justiça.

8.4 Estruturação proposta das atividades

Para entendimento inicial dos trabalhos a serem desenvolvidos – com vistas à assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. – foi estruturado um raciocínio organizacional. O escopo do trabalho parte do princípio de ações interdisciplinares, tendo como eixo central a ativa participação das pessoas atingidas em todo processo de construção de reparação dos danos causados pelo desastre socioambiental.



Figura 14 - Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho



As ações do plano de trabalho são estruturadas em quatro momentos complementares: 1) Estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial; 2) Diálogos e a construção da matriz de danos; 3) Construção do plano de reparação; 4) Acompanhamento técnico e jurídico.

As atividades e ações da assessoria técnica acontecerão muitas vezes de formas simultâneas e contemplando mais de um momento de trabalho, contudo, marcam as prioridades de construção de cada momento de atuação.

A estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial é a primeira etapa de atuação, sendo que engloba necessidades de mobilização de equipe, implantação de estruturas e ações de diagnóstico social, principalmente com a finalidade de construção do programa de Pagamento Emergencial, formação dos núcleos comunitários e das estruturas de diálogo e acompanhamento social, acolhimento das pessoas atingidas e de sistematização de dados e análises a partir de dados secundários e primários.

Os diálogos para a construção da matriz de danos é uma etapa de interação extensiva sobre os danos familiares e coletivos gerados para as diferentes pessoas e comunidades.

A construção do plano de reparação é um momento no qual de posse das informações e dados, familiares e coletivos, assim como das decisões comunitárias, são construídas referências para a construção da matriz de reparação e de compensação para as pessoas e comunidades atingidas.



A última etapa do plano de trabalho é referente ao **acompanhamento técnico e jurídico** do processo de compensação e de reparação, construídos de forma participativa.

A seguir são apresentados conjuntos de ações e atividades que operacionalizam o plano de trabalho, atendendo às demandas e aos objetivos propostos. Para facilitar o entendimento das ações e de suas temporalidades, elas foram agrupadas em três programas complementares: 1) Pagamentos emergenciais para todas as pessoas atingidas; 2) Mobilização social para a construção da autonomia; 3) O direito e a construção da reparação e da compensação.

9 PAGAMENTO EMERGENCIAL PARA TODAS AS PESSOAS ATINGIDAS

O desastre ocorrido em Brumadinho/MG em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A., precedido do desastre que ocorreu em Mariana/MG, também em decorrência de rompimento de barragem de rejeito de minério, desconstruíram os parâmetros epistemológicos no âmbito dos direitos humanos, sociais e ambientais, dado à extensão dos impactos socioambientais, econômicos, humanos e imateriais promovidos em tão curto espaço de tempo (três anos, aproximadamente, entre o primeiro – o maior desastre ambiental do século – e o segundo desastre), em uma mesma região, Minas Gerais. Trata-se de reincidência de práticas empresariais lesivas ao país e seu povo, especialmente os mais desfavorecidos econômica e socialmente. Pode-se dizer que as medidas de reparação ainda estão em discussão e deve-se, portanto, perseguir à justiça para as pessoas atingidas.

É fato que, dado à complexidade e multiplicidade dos impactos, suas extensões e alcance ainda não foram mensurados e qualificados em todos os seus aspectos, entretanto medidas paliativas, ainda que insuficientes, vêm sendo realizadas, mas elas precisam ir além do epicentro do desastre, incorporando os territórios e pessoas atingidas em toda a complexidade e multiplicidade de formas de danos, ao longo de toda a extensão do Rio Paraopeba e São Francisco. A lama devastou territórios e vidas não apenas no epicentro do desastre, mas ao longo da bacia prejudicou a todos, afetando o uso da água em sua unidade produtiva, e também, as redes de sociabilidade: esporte, lazer, turismo, vizinhança, amigos, parentes, abastecimento de água para consumo, luz, acesso de estradas, modos de vida, etc.

As demandas e necessidades das populações atingidas precisam ser entendidas sob uma ótica nova e não ortodoxa, com métodos sociais e jurídicos que sejam inovadores ao mesmo tempo que permitam ação com participação e diálogo. A experiência de



operadores do direito no acompanhamento das pessoas atingidas pelo desastre ocorrido em Mariana joga luz sobre a importância de práticas “reinventadas”, que privilegiem o território, mas não desvia dos processos de desterritorialização impostos às pessoas atingidas, para não revitimizá-los mais ainda, ao contrário, transita entre o território e aquilo que não tem mais lugar (uma casa, um quintal, uma escola), que não seja na subjetividade das pessoas que tudo perderam.

Ressalta a centralidade do testemunho das pessoas atingidas e não (somente) das provas documentais, pois as questões sociais devem ocupar destaque, avançando sobre o escopo de demandas puramente patrimoniais (CAMPOS E SOBRAL, 2018). Essa incorporação do novo, do informal, do (ainda) imponderável e imensurável, da valorização do testemunho e da palavra das pessoas atingidas devem orientar uma prática/procedimentos não ortodoxos como pressuposto para a discussão da reivindicação do Pagamento Emergencial⁵ para todas as pessoas atingidas.

Uma das medidas paliativas acordada entre o Estado e a empresa Vale S.A é o Pagamento Emergencial, que abrangeu todos os municípios de Brumadinho, incluindo todas as pessoas atingidas e também as de alto nível socioeconômico, com imóveis em condomínios fechados de luxo. Para as pessoas atingidas dos demais territórios ao longo do Rio Paraopeba, o critério de elegibilidade adotado considera a comprovação de residência a mil metros da calha do Rio.

São diversas as práticas sistemáticas de assédio moral que questionam, desqualificam, silenciam e rejeitam as reivindicações dos atingidos, fazendo emergir a disputa travada nos territórios, onde se colocam de lado as pessoas atingidas, que se encontram para além do epicentro do desastre, que lutam para fazer valer princípios constitucionais como a prevalência dos direitos humanos e de solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988) e garantia de reparação, indenizações pelos danos decorrentes do desastre.

É compreensível a emergência e a visibilidade dispensadas ao município de Brumadinho, entretanto, um desastre socioambiental da proporção do ocorrido, cujos impactos afetaram um número de pessoas e comunidades ainda não identificadas e mensuradas demanda envia esforços coletivos institucionais e políticos para que nenhum território e pessoas atingidas fiquem de fora dos processos de reparação.

⁵ Pagamento Emergencial: no caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. refere-se ao pagamento, em dinheiro, às pessoas atingidas. Adultos recebem um salário mínimo, adolescente meio salário mínimo e criança um quarto do salário mínimo, por um período de 12 meses, extensivo por mais 10 meses (Ata da Audiência Pública realizada em 28/11/2019, na Comarca de Belo Horizonte).



O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010, p. 30), em seu Relatório Final⁶ considera pessoas atingidas, como

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

Com base nesse pressuposto a Assessoria atuará na área 4, com vistas a promover não somente a mobilização e participação social, mas também identificar e incluir “grupos, comunidades e famílias ou indivíduos” que não receberam o Pagamento Emergencial e que deveriam ser contemplados, vistos os prejuízos e danos gerados pelo rompimento da barragem.

A presença em campo, os relatos das pessoas atingidas, assim como os estudos sobre o tema nos faz considerar que o critério definido em acordo entre as partes até o momento mostra-se inadequado (CAMPOS E SOBRAL, 2018) por desconsiderar as singularidades territoriais, as cadeias produtivas, os modos de vida e culturas das pessoas atingidas, cujo contexto de comunidades rurais, tradicionais e de assentamentos (legalizados ou não), entre outros – fogem das padronizações hegemônicas e tradicionais, que invisibiliza modos de vida e de produção singulares e específicos.

Entende-se que o Pagamento Emergencial consiste em repasse financeiro a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como insegurança alimentar, iniquidades de gênero e étnico/raciais, extrema pobreza, alto risco para suprir necessidades básicas da vida cotidiana, entre outros, e pessoas que, pela redução de recurso na região, correm risco de entrar em uma situação de vulnerabilidade.

Desta forma, os critérios utilizados para o Pagamento Emergencial na Área 4, é restritivo e não garante objetividade. Assim, também, viola outras séries de direitos de grupos sociais que foram excluídos por não terem sido qualificados como elegíveis de reparação.

Constata-se ser de fundamental importância reconhecer a condição de “pessoas atingidas”⁷ como aquelas que sofrem os efeitos provocados por empreendimentos econômicos, reforçando o sentimento de pertencimento a um campo de luta por direitos, e

⁶ Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Comissão Especial “Atingido por barragens”, 2010.

⁷ O Instituto Guaicuy, assim como outros grupos opta por utilizar a expressão “pessoas atingidas”, como forma de ampliar o alcance de gêneros também pela linguagem.



legitimado enquanto categoria de grupo, como por exemplo acontece ao integrar-se ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Torna-se, portanto, essencial compreender as dimensões dessa categoria para além dos limites impostos pelas empresas violadoras de direitos.

Entende-se que tais empresas buscam limitar o entendimento do conceito para reduzir tanto o pagamento das indenizações quanto o Pagamento Emergencial. Como um conceito em disputa, a noção de pessoas atingidas diz respeito, de fato, ao reconhecimento, legitimação, de direitos e de seus detentores. De acordo com Vainer, a definição que *“estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo - e em alguns casos como legal - seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”* (VAINER, 2008, p.40). Quando a determinação do critério se esquece dos sujeitos em suas relações com o meio, tanto ambiental, quanto social e econômica, e não estabelece um critério baseado na pessoa atingida e sim em uma dada extensão de território, tal estratégia deixa para trás grupos populacionais vulnerabilizados e em riscos sociais e pessoais.

O limite de 1 km da calha do Rio proposta pela mineradora Vale S.A. para fornecimento do Pagamento Emergencial, que exige a comprovação de residência do morador se iguala à concepção *patrimonialista* trazida por Vainer (2008) utilizada pelas empresas de hidrelétricas que definem como único direito sendo reconhecido é o direito de propriedade, assim como a concepção *hídrica*, que identifica atingido apenas as pessoas que tiveram suas casas inundadas.

A experiência presenciada em pesquisa de campo na Área 4 aponta que o critério de distância é um raciocínio linear que não se confirma. Um dos moradores entrevistados em Angueretá narra que o georreferenciamento da empresa Vale S.A foi equivocado. Segundo ele, o técnico da mineradora mediu a partir de uma margem mais distante de sua casa. Ele se viu obrigado a ir até a cidade de Paraopeba para demonstrar que sua casa estava dentro dos limites, só assim conseguiu voltar a receber a indenização emergencial. O caso desse morador não é isolado e, devido ao acesso até os postos de atendimento da empresa ser distante, caro e como a Vale S.A não fornece o transporte, muitos dos que receberam a informação de que a casa não foi localizada no georreferenciamento sequer foram até Paraopeba se certificar da situação. Carlos Vainer esclarece que:

Na prática, a consequência da concepção hídrica tem sido a sistemática omissão diante dos efeitos do empreendimento na vida de populações não atingidas pelas águas, efeitos que podem ser, e em muitos casos têm sido, dramáticos. Na verdade, a concepção hídrica não é senão uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista, uma vez que continua prevalecendo a estratégia exclusiva de assumir o domínio da área



a ser ocupada pelo projeto, e não a responsabilidade social e ambiental do empreendedor. (VAINER, 2008, p. 40)

Neste contexto é preciso entender o empreendimento, e neste caso o desastre provocado pelo rompimento das barragens de rejeitos da mineradora, como provocador de mudanças cotidianas na vida de pessoas e comunidades inteiras. Assim, compreende-se que é importante *“entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais.”* (VAINER, 2008, p 41).

Junte-se a esses argumentos os conceitos trazidos por Wanderley no Dicionário Crítico da Mineração, em que traz várias categorias, entre elas aqueles Economicamente afetados, que são indivíduos que perderam ou tiveram reduzidas suas fontes de alimento, renda e matéria-prima necessárias para manutenção do modo de vida, por meio de interrupção ou eliminação dos meios de geração de renda ou de subsistência, como: áreas de coleta, terrenos agrícolas ou áreas de pesca; comerciantes que perderam mercado consumidor; trabalhadores que perderam o emprego; ou ainda, os indivíduos que se tornam dependentes de projetos sociais ou indenizações das empresas, perdendo sua capacidade de auto-produção e de autonomia. E as pessoas atingidas socialmente, que são aqueles que sofreram com as especulações sobre a terra, a comida e outros produtos; impactados pela degradação da vida na cidade e no campo ou pela fragmentação social das comunidades; desempregados e grupos excluídos, em atividades e áreas de risco ou desassistidos pelo Estado e pela empresa; indivíduos prejudicados pelo encerramento da exploração mineral (ou de outras fases do empreendimento) e pelos passivos deixados.

À luz de tais entendimentos, considera-se para efeito desses estudos as condições já citadas das comunidades e o acordo celebrado, em audiência realizada em 28 de novembro, na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, em Belo Horizonte (MG), a saber: a) Vale assegura a continuidade do pagamento mensal emergencial por mais 10 meses, a partir de 25 de janeiro de 2020; b) o acordo permitirá também que o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Defensoria Pública Federal (DPU) e o Estado de Minas Gerais requeiram a inclusão de comunidades específicas não contempladas nos critérios acima e ainda aquelas contempladas, mas que não receberam nenhum tipo de Pagamento Emergencial desde o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A.

Isto posto, busca-se argumentar que o Pagamento Emergencial pode ser uma estratégia para minimizar danos, a ser adotada para as pessoas atingidas pelo desastre



provocado pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da empresa Vale S.A, até que a reparação integral seja garantida.

Após as visitas preliminares a campo e o Diagnóstico Rápido Participativo realizado nas comunidades atingidas, fica evidente que os critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial não podem ser pensados de maneira linear e positivista. Qualquer conceito – no caso o de Pagamento Emergencial – e/ou saber está inacabado e condicionado a interesses e ideologias, portanto as Instituições de Justiça devem buscar meios de fazê-lo em processo constituinte que englobe os interesses das pessoas e comunidades atingidas.

Os critérios para acesso ao Pagamento Emergencial foram elaborados sem a participação das pessoas atingidas, e devem ser passíveis de reformulações/ampliações, fazendo valer o saber e as necessidades (reivindicações e proposições) das pessoas e comunidades atingidas. A Assessoria Técnica Independente do Instituto Guaicuy trabalhará, junto às pessoas atingidas, na problematização e na garantia da participação na elaboração de critérios, com vistas à ampliação e extensão do direito ao Pagamento Emergencial.

A Assessoria propõe estratégias para dar visibilidade/identificar as pessoas atingidas, considerando situações de vulnerabilidade, de condições familiares, de renda, sanitárias e fundiárias. Para tanto, a proposta de trabalho da ATI em relação ao Pagamento Emergencial consiste em dois conjuntos de ações e atividades, que serão realizadas de forma concomitante nos primeiros seis meses de atuação da Assessoria em campo, sendo eles: 1) Mapeamento das pessoas atingidas que recebem/receberam o emergencial (pagamento, água, ração, demais programas da Vale); 2) Mapeamento de quem não recebeu o Pagamento Emergencial; 3) Mapeamento de quem tem o direito (de acordo com os critérios atuais) e não recebeu (descumprimento dos critérios pela Vale) e 4) definição de novos critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial através de metodologias participativas.

Para a aquisição de dados para a realização do primeiro conjunto de mapeamentos do Pagamento Emergencial, será contratada consultoria específica. Essa etapa de coleta de informações será realizada através da etapa I do Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas – DFIPA, como um instrumento central para a sistematização de informações sobre as pessoas atendidas, visando a identificação dos atingidos e o Pagamento Emergencial.

A definição de novos critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial será realizada em diálogo com os núcleos comunitários e aprovada pela assembleia de



atingidos. A proposta é de construir com as pessoas a produção de critérios e condições que permitam o reconhecimento das pessoas e das comunidades atingidas em sua multiplicidade social, garantindo a busca justa por meio da participação popular em todo o processo.

10 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Como apresentado, as ações de mobilização social são fundamento da atuação da assessoria técnica. É por meio da mobilização e com seus diferentes instrumentos e metodologias que o diálogo e o atendimento ao atingido se efetiva na dinâmica cotidiana da assessoria técnica. A mobilização social, dessa forma, se inicia com a atuação da assessoria técnica, mas, espera-se que não termine com o fim dos trabalhos. A mobilização social é entendida como uma busca junto com os atingidos, para a construção de um justo processo de reparação. Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social e são apresentadas a seguir.

10.1 Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades

O Instituto Guaicuy orienta-se pelos princípios da globalidade e da ação política enquanto narrativa coletiva inequívoca dos sujeitos sociais, visando a organização e a mobilização social como ferramentas potentes para responder a um acontecimento sem precedentes, mas que precisa ser reparado para garantia de direitos, com autonomia e em respeito à liberdade dos sujeitos. Nesse ponto é fundamental destacar a contribuição do Serviço Social, do Jurídico, da Saúde e das Ciências Sociais no acolhimento e na escuta ampliada individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades, estimulando a expressão das singularidades e questões transversais, como gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.

O conceito de acolhimento adotado no âmbito do Plano de Trabalho inspira no conceito de “dispositivo” (Foucaultiano) “caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos” (Foucault, 1977, citado por CHIGNOLA, 2014, p.6), ou seja, Acolhimento enquanto rede de relações, um lugar/território para “caber” todas as expressões e demandas (concretas e subjetivas) das pessoas atingidas, cumprindo função estratégica enquanto *locus* de criação de vínculos, co-responsabilização, autonomia e afetos. E um local físico ou em trânsito permeado por territorialidades e desterritorialidades. É preciso lembrar que no Diagnóstico Rápido Participativo realizado na Área 4 os atingidos



relatam que não sabem o que fazer e onde vão ficar sem as águas, sem os parentes que os visitavam, sem o local de lazer e espaço de identidade. Uma visível mostra da desterritorialização em processo, mas ao mesmo tempo expressam o desejo de terem o rio e as relações de volta: a reterritorialização.

Nesse contexto, o caráter do Acolhimento das pessoas atingidas comportará um fazer intersetorial e interdisciplinar desburocratizado e humanizado, integrando e compartilhando atividades e seus resultados, diminuindo os riscos de novos danos aos grupos e às pessoas atingidas. O acolhimento é entendido enquanto um momento de escuta e de diálogo, onde e quando os sujeitos demandarem, ou seja, ocorrerá na Visita Domiciliar, na Busca Ativa, nos encontros formais/entrevistas/atendimentos ou informais, nos pontos de encontros de vizinhos, escolas, nas orientações jurídicas, sociais, em atividades coletivas. É uma oportunidade de proximidade entre a Assessoria e as pessoas atingidas, dialogando histórias, subjetividades e experiências prévias e posteriores ao rompimento da barragem.

Acolhimento é dispositivo “Porta Aberta” entendida como uma experiência dialógica e interativa. Não se tratar de ouvir apenas, mas escutar e interagir, dialogar com as pessoas atingidas diferentes informações jurídicas, acúmulos técnicos e variados dados, garantindo atenção psicossocial, apoio e orientações jurídicas e demandas de encaminhamentos aos serviços públicos e outros.

A escuta ampliada pelo acolhimento individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades serão realizadas durante todo o processo de assessoria técnica. O trabalho desenvolvido será interdisciplinar e objetiva potencializar resultados e respostas às demandas das pessoas atingidas, de forma que todas as ações coletivas tais como atividades culturais, lazer, produção de materiais informativos e formativos, organização comunitária e territorial possam ser construídas conjuntamente.

O acolhimento promoverá o encaminhamento responsável e qualificado de demandas apresentadas pelas pessoas atingidas a serem dialogadas em fóruns, atividades e ações de mobilização e de formação continuada. O acolhimento ocorrerá ao longo dos próximos anos, na sede regional que será localizada em Cachoeira do Choro, quanto através da Unidade Móvel, que semanalmente estará nas comunidades com equipes multidisciplinares.

São previstos três profissionais, que atuarão nos 30 primeiros meses do projeto.



10.1.1 ACOLHIMENTO E OUVIDORIA JURÍDICA

O acolhimento e ouvidoria jurídica são braços operacionais e metodológicos do acolhimento geral da Assessoria Técnica e, neste sentido, também compõem a rede de relações construída entre a Assessoria Técnica e as pessoas atingidas, criando vínculos, co-responsabilização, autonomia e empatia. O acolhimento jurídico tende a ser realizado de forma preferencial na casa do atingido ou nos pontos de atendimento da Assessoria, gerando, sobretudo, duas formas de tratamento das demandas acolhidas: Internamente, as demandas individuais alimentarão a própria base de dados da Assessoria, possibilitando a aglutinação de demandas repetitivas por tema, região, data ou demais indicadores que se revelem relevantes. As demandas repetitivas facilitam a reivindicação da intervenção judicial, cabendo ao Jurídico da Assessoria, de posse desses dados e documentos, encaminhar ao Ministério Público. Além disso, a base de dados facilitará o controle do fluxo das demandas, ao constar a fase de diligência em que a demanda se encontra (quando compatível). Além da base de dados, os acolhimentos jurídicos cumprirão a função interna de alimentar os diagnósticos de danos em curso, em especial na qualificação e exemplificação da extensão e repercussão dos danos. Neste quesito, é importante notar que o acolhimento não necessariamente é individual, podendo ocorrer em grupos ou representantes de coletividades. Concomitante a estes processos, e em sua dimensão exterior, serão gerados relatórios mensais dos acolhimentos e diligências realizadas.

Relatórios semestrais das atividades, número de atendimentos e análises serão produzidos, a partir dos dados gerados e aferidos nesse momento de mobilização social e de contato entre as pessoas atingidas.

10.2 Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social

Pautado pelo desenvolvimento de relações de confiança e de proximidade, o processo de mobilização permite desenvolver relações de reciprocidade entre e a assessoria técnica e as pessoas e comunidades atingidas. Contudo, considera-se ainda mais fundamental para o processo de construção da reparação integral, o diálogo intracomunitário fomentado a partir das ações e dos encontros entre as pessoas atingidas.

A partir de um contato constante é possível identificar situações de vulnerabilidade, relações de conflitos, expectativas e desejos que atravessam as relações comunitárias e familiares. Neste sentido, este contato possibilita identificar os caminhos possíveis para a o fortalecimento político e social das pessoas e das comunidades atingidas.



Dessa forma, são apresentadas algumas estruturas e formas de ação para potencializar a mobilização social das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem.

São propostas reuniões mensais com cada núcleo comunitário, na qual serão discutidas e dialogadas a partir de diferentes metodologias, a realidade de cada comunidade, o entendimento do dano gerado nas pessoas, com a finalidade de compreender e complexificar as discussões, garantindo a particularidade local. Para isso serão disponibilizados técnicos de campo para atuação junto aos núcleos e assembleias, assim como realização de mobilização ativa, junto às comunidades atendidas. Serão realizados eventos, momentos formativos e de diálogo, divulgação ampla e irrestrita sobre as informações, dados e consequências do rompimento da barragem para os variados modos de vida.

São propostas a realização de 16 assembleias e 16 reuniões de grupos temáticos.

Será realizado o mapeamento das principais formas, meios e serviços de comunicação utilizados no cotidiano das comunidades, bem como as reuniões, festas, eventos, pontos de encontro e outras atividades coletivas que já acontecem, buscando compreender a dinâmica local e potencializar formas de diálogo e interação comunitárias. Será importante propor estratégias para as pessoas que criam e moderam grupos em redes sociais das comunidades, comissões e associações.

Será oferecido apoio técnico, organizacional e formativo para o uso efetivo dos meios de circulação da informação mapeados, buscando empoderamento e a autonomia das pessoas atingidas na divulgação de denúncias, demandas, eventos etc.

A assessoria técnica busca integrar os agentes mapeados pela comunicação popular e os comunicadores da ATI para a produção conjunta de vídeos, cartilhas, folders, banners e outros materiais e documentos que sejam considerados pelas pessoas atingidas como essenciais para a publicização de seus problemas e questões para a mobilização social. Ao mesmo tempo, a informação deve ser problematizada e contextualizada junto com os núcleos comunitários, de forma a provocar um debate ampliado na sociedade, a partir da perspectiva das pessoas atingidas, sobre a construção e o andamento do processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem. É ainda uma forma de promover, na comunicação interna e externa, o ponto de vista das pessoas atingidas, através da gestão das demandas das comunidades e da assessoria de imprensa.

Em consonância com o levantamento de informações e as ações de mobilização social, será realizada, por meio de consultoria específica, a aquisição de dados e informações para a segunda etapa do DFIPA. O DFIPA II consiste na realização de



pesquisa junto aos atingidos e que tem como finalidade o aprofundamento da coleta de dados já realizada sobre os impactos e danos nas unidades familiares atendidas pela assessoria técnica.

Para a efetivação das ações contínuas de mobilização social, atuação junto aos núcleos comunitários, assembleias e grupos temáticos são propostos 12 técnicos de campo, contemplando profissionais de variadas formações (comunicador popular, advogado popular, ciências agrárias, entre outras relevantes) e que atuarão durante todo o processo de construção da matriz de danos e da matriz de reparação.

As atividades e ações de mobilização social apresenta relatórios trimestrais que serão disponibilizados no site do Instituto Guaicuy e relatórios de prestação de contas semestralmente.

10.3 Participação informada: formação e empoderamento comunitário

A assessoria técnica considera o conhecimento como fator fundamental para a geração de independência e de autonomia para as comunidades, como pressuposto para a atuação crítica de cidadã. Conhecimento não é apenas o técnico, o positivo e o metódico. É também o conhecimento das realidades, das práticas de vida e das tradições.

A produção de conhecimento é entendida pela assessoria técnica enquanto potencialidade para a cidadania e para a autonomia das pessoas e dos grupos sociais. Dessa forma, a perspectiva é de construir conhecimentos inclusivos, que incorporem e dialoguem com a dimensão técnica com os conhecimentos e saberes populares, uma vez que o protagonista do processo de reparação é o atingido.

Esse conhecimento aproximado das realidades sociais e complexidades espaciais fomenta o empoderamento comunitário por meio da construção de formas autônomas de se entender o processo de reparação. É através do conhecimento e de seu empoderamento que as comunidades e pessoas atingidas tem a possibilidade de equiparar forças e discursos com outros atores, como a empresa Vale S.A. Por isso, a assessoria procurará estimular a promoção dos saberes nas comunidades, seja estimulando a troca de técnicas locais, as conversas entre os pares ou no fornecimento de momentos formativos demandados pelas pessoas atingidas.

Como descrito anteriormente, a mobilização desempenhará o papel de escuta ativa para perceber as necessidades das pessoas atingidas, incluindo as necessidades de diálogos e interações entre diferentes formas de conhecimento, atuando através de



metodologias abrangentes e que priorizem a troca, o diálogo, a convivência, mediando informações junto às pessoas atingidas no centro do processo de construção de autonomia.

Diferentes informações são essenciais para a construção de espaços de diálogo junto às comunidades e pessoas atendidas pela Assessoria Técnica Independente da Área 4. Durante as consultas realizadas pelo Diagnóstico Rápido Participativo, diferentes dados e informações foram entendidos pelas comunidades como uma oportunidade de estudos independentes construídos e dialogados a partir das demandas das próprias comunidades, como mostram as seguintes frases dos moradores: “[queremos] *informações seguras em relação à qualidade da água*” (morador de Cachoeira do Choro, 2019), “[queremos] *certeza da qualidade da água e dos peixes*” (morador do Recanto do Laranja, 2019).

As diferentes informações geradas serão apresentadas em linguagem acessível e dialogadas com as comunidades e pessoas atingidas, garantindo o respeito aos tempos e às diversidades de conhecimentos. Todos os materiais coletados em campo para análises externas serão georreferenciadas por GPS (Calibração DATUM SIRGAS 2000), identificados por código de barras GS1-128, lacrados e cadastrados em sistema digital com informações relativas à amostra, ao processo de coleta e constando informações sobre o responsável técnico. Todas as análises serão realizadas em laboratórios credenciados, certificados e acreditados, constando as identificações codificadas das amostras, resultados, parâmetros de referência pela legislação brasileira e acompanhados de anotação de responsabilidade técnica.

Em caso de não detecção de algum parâmetro e devidamente justificado pela equipe técnica, poderá ser sugerido às comunidades a inserção de novas análises ou a supressão de análise ou parâmetro em andamento nas análises técnicas. Nesse caso, será informado e justificado a supressão ou inserção de parâmetros e análises às instituições de justiça, após encaminhamento junto às comunidades e pessoas atendidas.

Todos os resultados de análise serão apresentados às pessoas e comunidades atendidas em linguagem adequada à cada realidade local e acessível a todas as pessoas. Todos os relatórios publicados pela Assessoria Técnica estarão disponíveis em mídia digital no site do Instituto Guaicuy e serão entregues versões impressas e assinadas pelos técnicos responsáveis para as comunidades e pessoas atendidas, por cada programa ou demanda. Os materiais técnicos serão debatidos e apresentados às comunidades locais, de forma a possibilitar um maior envolvimento e entendimento das pessoas e comunidades atendidas de variadas perspectivas de danos gerados a partir do rompimento da barragem.

A seguir, são apresentados alguns conjuntos de dados e informações a serem gerados e dialogados e que foram considerados pela assessoria e pelas pessoas atingidas,



no momento de reavaliação do DRP, como estruturantes para o entendimento do dano gerado pelo rompimento da barragem.

10.3.1 AGROPECUÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SETOR AGRÁRIO

A área 04 apresenta considerável diversificação produtiva tanto nas culturas de vegetais (agrícolas) quanto nas culturas de produção animal (pecuária), com a presença de criadores de bovinos com destaque à produção de leite, produção de aves, suínos, peixes dentre outras atividades pecuárias. A atividade leiteira em Minas Gerais é umas das atividades produtivas de maior expressividade econômica, social, cultural e ambiental, ocupando o primeiro lugar como Estado que mais produz leite no Brasil, com 27,1%, sendo que o país é responsável por 7% da produção mundial ocupando a quinta posição mundial (Conab, 2018). Em Minas Gerais, a região central que engloba a Área 4, produz 107,7 milhões de litro, o que corresponde 1,2% em Minas Gerais (IBGE/PPM – 2016).

Após o desastre, diversos são os impactos gerados na vida das pessoas atingidas e do meio ambiente próximo. São impactos que podem trazer uma série de consequências, alterando a relação homem-animal-ambiente, uma vez que se encontra presente o risco de zoonoses, antropozoonoses e zooantroponoses. Os princípios de vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, assim como o bem-estar-animal são importantes para orientar as pessoas atingidas sobre os riscos e os cuidados necessários em uma condição de cenário no qual se encontram.

No contexto do desastre ambiental, os produtores locais estão enfrentando uma série de dificuldades de continuar mantendo suas atividades produtivas. São diversas as contingências à criação de animais. Na comercialização, os produtores estão sofrendo perdas por conta da falta de clientes pela queda do turismo. Além de vivenciar problemas no escoamento de mercadorias, os produtores estão com dificuldades em manejar os animais, já que há dúvidas em relação à qualidade da água e há uma queda de valor de mercado dos produtos.

Os impactos e as perdas nas atividades produtivas são diversos e a mensuração de todas essas perdas e suas consequências serão realizados juntamente com os produtores, seguindo e respeitando critérios técnicos, mas em total diálogo com as demandas e as necessidades comunitárias. Para este contexto, de empoderamento das populações campesinas, de forma integrada em todas as áreas do conhecimento, os temas que permearão o constante debate estão voltados para o entendimento das perdas sentidas e



apresentadas pelos moradores dos locais impactados. Dessa forma, em paralelo à outras formas de aquisição de dados diretos com as pessoas atingidas, serão também realizadas:

- Visitas específicas por veterinários e zootecnistas, sob demanda, aos produtores rurais para realização de análises, para avaliação e definição de cálculos de perdas de produção e bens rurais;
- Realização de momentos formativos que visem às orientações e cuidados necessários das técnicas de cultura e manejos agrícolas, como forma de diversificar a produção agrícola;
- Diálogos sobre como os sistemas produtivos podem ser impactados devido ao desastre com objetivo de oferecer subsídios para facilitar a compreensão plena dos riscos e cuidados necessários após o rompimento da barragem na rotina do dia-a-dia das pessoas atingidas de acordo com seus hábitos de vida e cultura da região;
- Auxílio na saúde e no bem-estar dos animais domésticos (de companhia e de produção) visando, sobretudo as condições da saúde humana;
- Realização de análises técnico/laboratorial dos produtos de origem animal e vegetal sob demanda e participação de forma comunitária por parte das pessoas atingidas para que possa avaliar pontualmente se determinado material está contaminado e se isso pode trazer riscos para a saúde humana;
- Dimensionamento dos impactos e das perdas dos produtores;

Todas essas atividades se propõem a serem realizadas comunitariamente através de metodologias participativas diversas que contemplem a participação de maneira democrática, com respeito à diversidade e dialogado com cada realidade local.

As informações sobre agropecuária, agricultura familiar e extensão rural geram relatórios individuais para cada propriedade, além de apresentar relatórios semestrais consolidados informando resultados e analisando informações. Por suas características próprias, as atividades são desenvolvidas, nos primeiros 30 meses do plano de trabalho e são indicados quatro técnicos de campo, além de consultorias específicas.

10.3.2 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A quantidade de sedimentos recebida pelo curso d'água gera diferentes consequências para os sistemas hídricos e ecológicos que compõem a dinâmica ambiental



do curso d'água. A partir do rompimento da barragem diversos desses impactos foram amplamente divulgados, muitas informações (nem sempre corretas, ou noticiadas corretamente) foram responsáveis por construir uma situação de desconfiança com os dados técnicos e de bastante ressalva com os impactos do rompimento para a saúde humana, animal e, principalmente, as possibilidades de uso das águas do Rio Paraopeba e da represa de Retiro de Baixo.

De forma complementar a outros estudos e análises já realizados por instituições públicas e privadas, a Assessoria Técnica irá adquirir dados e informações, independentes, como requisitado pelos atingidos em diferentes momentos do DRP realizado para a construção do plano de trabalho. São propostos como eixos centrais de informação a serem geradas: análises de água e de sedimentos; análise de água para uso humano; biomonitoramento; análise de cobertura de uso da terra; análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas; desenvolvimento de metodologia de valoração ambiental;

Serão realizadas **análises de água e de sedimentos** no Rio Paraopeba, no trecho de trabalho da Assessoria Técnica, em seus afluentes e no reservatório de Retiro de Baixo, distribuídos de forma a permitir o entendimento da dinâmica fluvial e possíveis alterações e impactos para o sistema ecológico e fluvial gerados a partir do rompimento da barragem rejeitos do córrego de Feijão. As análises de água e de sedimentos serão realizadas bimestralmente nos 30 primeiros meses do projeto. Cada campanha de análise realizada terá um relatório técnico específico, sendo que semestralmente serão publicados relatórios consolidados incorporando os dados aferidos em uma série histórica e comparando com dados e análises de domínio público e realizadas por diferentes instituições públicas e privadas.

Durante o DRP, de forma muito recorrente, os participantes apresentaram problemas com as águas utilizadas para consumo e que são, pelas pessoas e comunidades, vinculados ao processo de rompimento da barragem e aos danos percebidos no Rio Paraopeba. **As análises de qualidade de águas para uso humano** serão realizadas em poços, cisternas, retiradas de água em afluentes e outros pontos demandados pela população atendida e que apresentam restrições ou dúvidas referentes às suas diferentes possibilidades de uso. As coletas de água serão realizadas a partir de demanda e em conjunto com a população em áreas de captação e de uso consideradas de relevância para diferentes formas de usos humanos (consumo direto, dessedentação animal e outros usos relevantes).

Considerando que as análises de qualidade de água para consumo serão realizadas a partir de demandas específicas da comunidade, a cada análise realizada será emitido um



relatório técnico, em linguagem acessível e que será dialogado pela equipe técnica com as comunidades e pessoas demandantes. Cada relatório será disponibilizado em mídia digital e uma versão impressa para as comunidades demandantes. Será realizada uma relatoria consolidada trimestral, considerando as análises realizadas no período, outros dados creditados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas. O projeto tem tempo previsto de duração de trinta meses.

Considerando que a Área 4 tem como um de seus principais atrativos a dinâmica de pesca e o contato primário com o Rio Paraopeba e com o reservatório de Retiro de Baixo, uma das questões mais recorrentes e de grandes preocupações apresentadas durante o DRP é referente à possibilidade da pesca e do consumo dos peixes, como mostram as frases a seguir: “[queremos] *voltar a usufruir da pesca, banho de rio e natureza*” (morador do Recanto do Laranjo, 2019), “[queremos] *o rio de volta e o prazer de pescar*” (morador de Cachoeira do Choro, 2019). O **biomonitoramento** tem como finalidade analisar as alterações no sistema ecológico e seus possíveis impactos toxicológicos para a ictiofauna do Rio Paraopeba, na Área 4. As coletas de espécimes e a preparação de amostras deverão ser feitas conforme EPA 3050B e de forma a atender todas as regulações e legislação brasileira. As coletas de espécimes serão realizadas no trecho atendido e sob demanda no caso de criação de peixes cativos. No caso de análise de peixes em criatório, será realizada relatoria individual para cada análise demandada, que será apresentada em linguagem adequada às pessoas e comunidades demandantes. O biomonitoramento apresenta relatoria consolidada semestral, considerando as análises realizadas no período, outros dados creditados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas e o histórico de monitoramento realizado pela Assessoria Técnica Independente.

A **cobertura do uso da terra** é um importante dado de análise para o entendimento de como diferentes contextos podem ser responsáveis por processos de intensificação, diminuição ou alteração nas dinâmicas sociais e ambientais. Na Área 4 diferentes processos de uso da terra foram impactados a partir do rompimento da barragem e do consequente impedimento e/ou restrição de acesso ao curso d’água e aos diferentes usos da água. O estudo de uso da terra tem por objetivo analisar, por meio de ferramentas de geoprocessamento e de análise ambiental, como as dinâmicas de ocupação territorial e de produção foram alteradas a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. A análise de cobertura de uso da terra publicará um relatório final seis meses após o início dos trabalhos.

Durante o Diagnóstico Rápido Participativo, ficou evidente que as perdas agrícolas representam uma preocupação constante das comunidades, que em diferentes momentos abordaram o tema, como mostram as frases a seguir: “*eu tinha plantações, vivia do doce e*



do turismo" (morador de Angueretá, 2019), "usava a água do rio para as galinhas e plantas pequenas" (morador do Recanto do Laranjo, 2019), "tinha facilidade para comercialização dos terrenos e dos produtos" (morador do Recanto do Laranjo, 2019), além do fato de que diferentes dúvidas representam impedimentos para a retomada do desenvolvimento econômico local. A partir dos dados de uso da terra e da identificação de áreas de agricultura anual ou sazonal, serão realizadas **análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas**, com a finalidade de se perceber possíveis impactos para as culturas e para o consumo desses alimentos pela população ou por animais. Essas informações, poderão auxiliar no entendimento do nível de impedimento, além de esclarecer dúvidas sobre possíveis contaminações do solo, das plantas e dos animais, que foram de forma bastante recorrente apresentadas durante o Diagnóstico Rápido Participativo realizadas pela Assessoria Técnica.

Os parâmetros serão analisados a partir de metodologias reconhecidas pela legislação brasileira e que atendam ao requerido pelas normativas técnicas para coleta e análise de solo. As análises de solo serão realizadas a partir de pontos específicos definidos pela equipe técnica e em apoio a demandas de comunidades e pessoas atingidas. A atividade tem duração de 30 meses e serão publicados relatórios individuais, quando requerido pelas comunidades, e relatoria semestral com todos os dados aferidos e analisados.

Os serviços ambientais de diferentes atributos do Rio Paraopeba foram impactados e tinham importância e valor para a população local e para a sustentabilidade ecossistêmica. Desta forma, estimar o valor de tais atributos pode contribuir para mensurar o valor do dano ambiental causado às populações. O **desenvolvimento de metodologia de valoração ambiental** tem como finalidade estimar o valor monetário atribuído aos serviços ambientais em diferentes níveis de acesso, vínculo e valor para diferentes usos e contextos de atuação da população, como subsídio a mecanismos para a reposição integral dos danos socioambientais gerados a partir do rompimento da barragem. Dentre os bens ambientais, prioritariamente a serem valorados, destacam-se:

- Água: contendo a identificação dos diversos tipos de usos; origem; volume e aplicações. Para estimativa da água será aplicado o método do Valor Econômico Total (VET), e concomitantemente, o método DaP para valorar o grau de importância dada pela população à água usada para os diversos fins.
- Cobertura vegetal: Identificar o quantitativo suprimido, para mensurar sua contribuição no sequestro carbono, biodiversidade, regulação climática, polinização, disseminação de sementes. Todos estes, poderão ser



estimados a partir de dados locais. Para estimativas de carbono será aplicação do método de quantificação utilizado pela Embrapa; para regulação climática será utilizado método aplicado por Costanza et al. (2011).

- Paisagem: Valorar a paisagem junto aos moradores locais e estimar o valor cognitivo e espiritual alterado a partir da aplicação do método empírico da paisagem.
- Pessoas: avaliar como os impactos ambientais influenciam no cotidiano das pessoas, e o que causou nelas. aplicação do Método de valoração de Contingente.

Para a atividade de valoração ambiental serão utilizadas de forma complementar diferentes estruturas metodológicas, como: pesquisa comunitária (em diálogo direto com o DFIPA), pesquisa bibliográfica, painel delphi e de especialistas, aplicação do método de valoração de contingente; aplicação do método empírico da paisagem; estimativas de carbono; valor econômico total e outros que se fizerem necessário. O programa de valoração ambiental tem duração de 30 meses e publica relatórios semestrais.

Para a elaboração das informações ambientais são indicados quatro técnicos de campo, com formação específica nas áreas técnicas necessárias aos estudos, além de consultorias específicas para análises ambientais.

10.4 Impactos nas economias e nos sistemas produtivos

O estudo relativo aos impactos econômicos estruturais busca mensurar qualitativamente as perdas, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A, que resultaram em quebras, rupturas e descontinuidades nos sistemas de produção e circulação de mercadorias nas localidades especificadas.

Não se trata, assim, da construção de uma matriz de danos individualizada, mas da constituição de um modelo descritivo e causal explicativo voltado à determinação dos principais problemas ligados, dentre outras coisas, às cadeias produtivas estabelecidas no território, às estruturas urbanas e viárias e aos sistemas cooperativos de produção que, por seu caráter macro, constituem limitações ao desenvolvimento da região pós-rompimento.

De forma objetiva, trata-se, em grande medida, de uma análise de cenários, pré e pós-rompimento, os quais, constituídos por uma série de variáveis econômicas, resultam em ambientes mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas. A conformação desses cenários é realizada a partir da utilização dos dados primários



produzidos no âmbito da assessoria técnica, de informações secundárias das áreas atingidas em comparação a outras similares que não passaram por impactos semelhantes, de documentos cartográficos bem como de elementos qualitativos advindos de entrevistas, acolhimentos, busca ativa rodas de conversa e toda gama de contato e aproximação com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem..

Para a estruturação do estudo pretende-se uma abordagem multiescalar e multinível. Na primeira, observam-se e mensuram-se os componentes ligados às políticas públicas, instituições, volume de investimentos e infraestrutura existente nas escalas municipal, estadual e federal que aparecem como elementos fundamentais para a constituição e compreensão dos cenários supracitados.

Em termos da análise multinível, a caracterização local e a mensuração dos impactos partem, inicialmente, do maior nível de agregação setorial econômica, seguida de seu desmembramento. Nesses termos, consideram-se os setores primário, secundário e terciário, inclusive a Administração Pública, como referências aglutinadoras. Cada um deles compreende, por seu turno, em seu interior uma série de atividades, rotinas e cadeias produtivas que foram comprometidas após o rompimento. Dentre elas destacam-se:

1. Pesca e piscicultura;
2. Agropecuária de nível familiar;
3. Atividades varejistas comerciais de pequena escala;
4. Prestação de serviços básicos;
5. Atividades turísticas;
6. Indústrias de transformação de pequena escala,
7. Atividades ligadas à economia popular e solidária;
8. Programas de transferência de renda;
9. Aposentadoria e formalização do trabalho.

Em cada um dos subsetores, questões como os volumes de produção, os mercados existentes e rompidos, as possibilidades bloqueadas, as quedas em termos de faturamentos e incrementos de passivos, os graus de endividamento e precarização das condições de trabalho, dentre outras, constituem-se como pontos de atenção. Busca-se compreender de que modo tais questões, impactadas negativamente, influenciaram não apenas nas fontes de trabalho e renda das populações, mas também em seus modos de vida e relação com os territórios que habitam.



Por fim, a avaliação dos cenários contempla, ainda, as condições e perdas ligadas à estrutura e dinâmica urbana, arquitetônica e imobiliária, as quais, pela deterioração e desvalorização enfrentadas nos últimos anos, comprometem o desenvolvimento da economia nos lugares impactados. A mensuração de todas as variáveis apontadas resulta, por seu turno, no apontamento de parte das ações de reparação, as quais, direcionadas de modo estratégico, voltam-se à correção e aprimoramento das trajetórias econômicas das regiões em análise.

Os estudos relativos aos impactos econômicos estruturais serão desenvolvidos ao longo dos primeiros três anos de atuação da assessoria, será realizado por meio de consultoria especializada e apresenta relatorias parciais trimestrais e de prestação de contas semestrais.

10.5 Sistematização de dados secundários

A região atendida pela assessoria técnica já apresenta uma quantidade significativa de informações que são anteriores ao rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A. São informações de saúde, economia, meio ambiente, e diversas outras, realizadas tanto por instituições públicas quanto e privadas e em diferentes escalas e variadas importâncias. A partir do rompimento da barragem, diferentes campanhas de monitoramento e de diagnóstico foram iniciadas e outras intensificadas, apresentando uma quantidade de dados que deve ser sistematizado, comparado e compreendido pelas pessoas e comunidades atingidas e pela assessoria técnica.

Considera-se que os diferentes níveis de dados (pré e pós-rompimento) representam importantes informações para a percepção das alterações e dos danos ambientais e sociais gerados a partir do rompimento da barragem. A sistematização de dados e das relatorias tem como objetivo principal estruturar um banco de dados contendo grande parte das informações disponíveis sobre a bacia do Rio Paraopeba e em especial no trecho de atuação da Assessoria Técnica do Instituto Guaicuy. Os dados aferidos serão convertidos em unidades e índices intercambiáveis e analisados em nível de correlação, componentes principais, desvios e mudanças. Considera-se que esses dados são importantes para fundamentar uma percepção de qualidade ambiental e social pré-rompimento e consequentemente fundamentar uma justa reparação dos danos gerados.

Essa etapa subsidiará também o empoderamento das pessoas e comunidades atingidas, uma vez que é uma forma de acesso às informações jurídicas e técnicas de todas as áreas descritas na participação informada, fundamentadas e apresentadas em linguagem adequada, para suas considerações e para a contínua avaliação e comparação



das atividades desenvolvidas em conjunto com a assessoria técnica. O projeto de sistematização de dados e de relatórios tem duração de 30 meses e publica relatórios trimestrais.

11 O DIREITO E A CONSTRUÇÃO DA REPARAÇÃO E DA COMPENSAÇÃO

O referencial jurídico do trabalho de Assessoria Técnica Independente proposto pelo Instituto Guaicuy alicerça-se num pressuposto inexorável: o advento de sua existência se dá no bojo de um procedimento judicial. Conquanto não figurem as Assessorias como partes processuais, é inegável sua adequação no preenchimento de interface entre os titulares de direitos violados e seus substitutos processuais, quais sejam os autores das ações civis públicas que correm na 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte. As assessorias também exercem papel assemelhado ao de “assistentes técnicos” dos autores, funcionando, junto aos atingidos como facilitadores na identificação e mensuração dos danos gerados pelo rompimento da barragem, de forma a possibilitar a posituação de sua ocorrência para consumo dos substitutos processuais.

Há necessidade de garantir a participação informada por parte das pessoas atingidas, cuja realidade foi alterada abruptamente em diversos sentidos, com diferenciados perfis de atingimento de danos decorrentes do desastre socioambiental, sempre garantindo formas de participação horizontais, dialógicas e nos tempos e nas linguagens acessíveis e necessárias. Mas a promoção de tal participação não pressupõe somente a organização da tomada de decisões e o apoio técnico para a vocalização dos interesses comunitários.

O trabalho deverá também envolver a sistematização da realidade e das territorialidades que foram alteradas em diferentes sentidos e intensidades, proporcionando às pessoas atingidas o protagonismo em dialogar, decidir e orientar a elaboração dos produtos técnicos e formas políticas adequadas para demonstrar sua realidade e sua posição política/jurídica a respeito dos direitos tutelados judicialmente no âmbito do processo acima citado. Ou seja, a atuação da Assessoria também visa contribuir na qualificação e sistematização de informações que as Instituições de Justiça (IJs) eventualmente possam carrear aos autos através de inteligência sistematizada, produzida por meio de metodologias participativas, que garantam a expressão da vontade individual e coletiva dos atingidos em suas afirmações.

Nenhum ator, das diversas IJs presentes no processo, terá tamanha qualidade de contato com a realidade fática das pessoas atingidas para produção junto aos mesmos de tal conteúdo como será possibilitado às Assessorias Técnicas Independentes. Isso decorre de sua condição ontológica: foram criadas exatamente para exercer funções técnicas



voltadas a garantia da participação informada, conduzindo seu papel mobilizador do território com capilaridade social e coesão política.

Ressalte-se que, ao se afirmar tal realidade, impõe-se assumir como necessária a presença das ATIs como agente retificador da assimetria vigente até sua implantação, em que a ré exerce vasta hegemonia de presença física no território, direta ou indiretamente, além de repisar intensa e continuamente suas posições na mídia, por força de seu poderio econômico.

É necessário também verificar o nexo causal dos danos identificados com o crime socioambiental para o qual se busca reparação/compensação, de forma a possibilitar a harmonização do aspecto volitivo da participação informada em inteligência jurídica que contribua com as IJs para a efetivação da liquidação do título judicial já exarado. E, ainda, o desdobramento qualitativo de mensuração de danos em propostas de reparação e/ou compensação, através de econometria adequada técnico-juridicamente e validada socialmente.

Para ultimar tais pretensões, o planejamento do setor jurídico conta com quatro dimensões de ação, (listadas de 11.1 a 11.4) a serem executadas por diferentes operadores do direito, quais sejam:

11.1 A construção da matriz de danos (O que?)

A matriz de danos é o instrumento que contém os danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas e ultima os esforços de participação informada das pessoas atingida no processo de reparação integral. A matriz de danos será construída juntamente com as pessoas atingidas nas instâncias deliberativas, através de metodologias participativas. Ressalte-se que as informações técnicas produzidas pelo Instituto Guaicuy no Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA, nos estudos de agropecuária, agricultura familiar e setor agrário, nos estudos ambientais, nos estudos de impactos nas economias e nos sistemas produtivos, bem como nas consultorias contratadas subsidiarão a formação da opinião da pessoa atingida para a tomada de decisão.

11.1.1 O DIAGNÓSTICO DE DANOS INDIVIDUAIS

O diagnóstico de danos individuais é o instrumento que contém informações detalhadas dos danos individuais de determinado núcleo familiar. Esse diagnóstico será construído a partir das informações obtidas pelo DFIPA, bem como das informações



geradas nos encontros comunitários e de todas as demais fontes de informação produzida pela ATI em suas diversas áreas técnicas, através de pesquisas, diligências, exames, dentre outras, que particularize a atenção direcionada ao núcleo familiar.

O diagnóstico deverá ser aprovado pelas pessoas atingidas do respectivo núcleo familiar, sendo parte integrante da Matriz de Danos, correlacionado aos danos individuais homogêneos.

11.1.1.1 Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda

No tocante a identificação de danos materiais, ocupa lugar de destaque as decorrentes da diminuição patrimonial e de renda, que abaixo se conceitua e exemplifica.

a) **Do levantamento de fontes de renda impactadas:** O levantamento das fontes de renda impactadas tem como finalidade apurar a perda das atividades econômicas ocasionadas pelo rompimento da barragem. Nesse item será considerado todo trabalho assalariado, formal ou informal, e as atividades geradoras de renda, tais como pesca, agropecuária, comerciais, serviços, extrativistas, industriais ou agroindustriais que foram impactados.

b) **Do georreferenciamento dos imóveis rurais:** Para a correta aferição das espacialidades eventualmente atingidas pela desvalorização imobiliária, proceder-se-á ao levantamento topográfico de todos os imóveis cujos proprietários e possuidores demandarem tal serviço. Além de contribuir no dimensionamento do dano patrimonial eventualmente ocorrido, tal expediente é requisito para a regularização fundiária dos imóveis rurais e urbanos, questão potencialmente ligada às demandas de compensação na região 4, cujo perfil de ocupação do solo caracteriza-se por comunidades organizadas em chacreamentos e condomínios gerais cujo parcelamento da terra carece de formalização em grande medida.

c) **Do estabelecimento do quantum médio de desvalorização imobiliária:** A desvalorização imobiliária recorrentemente relatada nas etapas de campo necessita o desenvolvimento de ferramentas de mensuração do quantum individual, que será determinado pelos atingidos através de metodologia e econometria próprias a serem desenvolvidas nos espaços de participação propostos ao longo desse plano. A ATI concorre para o sucesso de tal empreitada provendo capacidades técnicas e ferramentas que possam auxiliar no balizamento de mercado e à prática dos tribunais. Ocorre que a simples



indenização da diferença dos valores venais anteriores ao desastre ambiental em relação aos atuais, proporciona reparação parcial da desvalorização, uma vez que a mesma continuará sofrendo reflexos da resposta negativa do mercado local. Isso ocorre em decorrência da perda das características intrínsecas das localidades em suas expressões desejáveis às funções de recreio, lazer, descanso e produção agropecuárias. Vale dizer, a título de exemplo, que um impacto de tal magnitude como a “destruição de um rio”, não afeta somente as condições objetivas de balneabilidade, mas o conceito subjetivo a respeito da mesma, muitas vezes condicionado firmemente por crenças com alta resistência de superação, mormente em se tratando de zonas rurais de baixa escolarização. Mesmo alterando-se as condições objetivas, (restituindo-se a sanidade ambiental), tendem a permanecer por muito mais tempo as condições subjetivas, podendo nunca mais ser recuperadas e refletindo negativamente na valorização imobiliária local. Para propor parâmetros de correção desse desvio, a ATI produzirá estudo diagnóstico no mercado imobiliário local, com formulação de tipologia imobiliária adequada à realidade regional, determinação das séries históricas de comportamento de preços e formulação de duas curvas de comportamento futuro do mercado: uma contando com o 95 evento “desastre ambiental” e outra estimando o comportamento sem a ocorrência do evento.

11.1.1.2 Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)

O dano moral decorre da violação aos direitos que não possuem mensuração econômica, sendo imateriais ou extrapatrimoniais. No caso em tela existem inúmeros direitos cuja mensuração econômica não encontra cálculo exato, sejam decorrentes dos danos individuais homogêneos, coletivos ou difusos. A ATI facilitará a discussão dos atingidos de forma a se levantar e valorar todas as possibilidades de dano moral sofrido, estimulando inicialmente que os mesmos debatam sobre o conceito e relatem experiências.

Caso haja necessidade, atuará exemplificando casos concretos e sugerindo dimensões de danos não visualizados anteriormente, de modo que as diversas situações vivenciadas possam ser reconhecidas ou não como dano imaterial.

Os resultados da discussão serão sistematizados para construir parte da Matriz de Danos.



11.1.2 O DIAGNÓSTICO DE DANOS COLETIVOS E DIAGNÓSTICO DE DANOS DIFUSOS

Seguindo a mesma lógica aplicada ao diagnóstico de danos individuais, os danos coletivos e difusos também serão especificados e reunidos cada um em um diagnóstico próprio, expressando o conjunto de discussões acumuladas, ao longo das metodologias participativas, e deliberadas, através das instâncias decisórias. Os estudos técnicos decorrentes de pesquisas, consultorias especializadas e ações de monitoramento serão, após apreciação e aprovação, igualmente incorporadas aos diagnósticos. Destaque-se que, por diagnóstico de danos difusos, entende-se aquele que compreenderá os danos difusos e, a depender da vontade expressa das assembleias pertinentes, o que se quer por reparação e recomposição aos danos discriminados. Pela natureza dos danos difusos, estima-se que eles serão identificados por município, sendo essa uma das possibilidades de delimitação dos interessados na construção de cada diagnóstico e de suas respectivas propostas de reparação compensatória. 96 Já o diagnóstico de danos coletivos distingue-se do difuso por endereçar grupos de pessoas específicas, ligadas por um liame sensível - profissional, confessional, cultural, de gênero, dentre outros. Notadamente, a principal diferença organizacional deste diagnóstico para o outro, é o grupo social que o valida em Assembleia (nesse caso, específica dos participantes do grupo determinado). Neste como naquele, o papel da Assessoria também será o de enriquecer a construção e autopercepção das pessoas atingidas apresentando-lhes os frutos das pesquisas e trabalhos de campo desenvolvidos, para apreciação e deliberação quanto à integração dos diagnósticos.

11.2 DA MATRIZ DE REPARAÇÃO

A Matriz de Reparação reunirá o processo e resultado das discussões acerca da construção dos referenciais de reparação, respondendo as questões do – COMO? e QUEM? – segundo a visão dos atingidos. Como sempre, tal consolidação se dará através das metodologias de participação e instâncias de decisão propostas.

Nesse escopo, a construção de parâmetros para as formas de comprovação do dano havido (ligados ao reconhecimento do sujeito de direitos) e das formas de reparação do mesmo (ligados ao aspecto volitivo e negocial) será realizada pelos atingidos sequencial ou paralelamente. Sempre ao longo das discussões e definições, os espaços contarão com formação dos atingidos, para familiarização com os temas, conceitos, terminologias e parâmetros praticados no mercado e nos tribunais em casos semelhantes, sem, contudo, limitar a criatividade movida pelo anseio de reparação integral, inclusive com a construção



de novas e inovadoras metodologias e parametrizações.

11.2.1 DOS CRITÉRIOS DE COMPROVAÇÃO - A QUESTÃO DO SUJEITO (QUEM?)

Ao se discutirem as questões relativas a parametrizações de reconhecimento do sujeito de direito, aborda-se a questão do - QUEM? - através da qual os próprios atingidos, em sua autonomia e autodeterminação, estabelecem as formas de comprovação de cada dimensão do dano, cujos reflexos óbvios desdobram na adequação ou não em determinado perfil de atingimento a ser reparado.

11.2.2 DOS CRITÉRIOS DE REPARAÇÃO - A QUESTÃO DA ECONOMETRIA (COMO?)

A busca de parametrização é das questões mais importantes no processo coletivo. As formas e processos de reparação são de incontáveis possibilidades e, obviamente, nos espaços coletivos se considerarão todas as propostas para buscar a fixação de um critério comum. A assessoria facilitará o entendimento de todos acerca dos riscos da negociação individual, ressaltando a maior probabilidade de sucesso na satisfação da reparação ao se negociar coletivamente, como pressuposto do trabalho.

A construção da econometria de cálculo das perdas e danos individuais, coletivos e difusos, em suas dimensões materiais e imateriais, tomará grande parte dos encontros coletivos previstos. Como já descrito acima, a ATI atuará na facilitação e na formação dos atingidos para proporcionar balizamento técnico-jurídico e aderência ao processo em curso, respeitando a autonomia e autodeterminação dos mesmos.

11.3 Do Plano de Reterritorialização - As reparações e compensações aos territórios coletivos

Todas as discussões realizadas com os atingidos, em especial as realizadas no bojo das metodologias de participação e concluídas nas instâncias decisórias poderão acumular elementos para a construção do Plano de Reterritorialização. Documento de alta sensibilidade aos anseios coletivos dos atingidos, que poderá consolidar-se como pauta máxima ou programa-base, contendo todas as propostas para a restituição, recuperação e reabilitação das funções sociais e públicas das comunidades em seu território.

Assim, o que se busca é sistematizar todas as propostas para garantir a



implementação de ações balizadas no conceito de “reconstruir melhor”⁸. Trata-se, por óbvio, de documento cujo conteúdo reside mais focado na esfera de compensação, podendo trazer aspectos de reparação coletiva.

12 GOVERNANÇA

Ao longo das discussões junto às comunidades sobre o processo de desenvolvimento das ações da assessoria técnica pelo Instituto Guaicuy, ficou marcada a importância de possibilitar às pessoas atingidas participar de forma ativa para os processos de decisão e das ações da assessoria técnica. Permanentemente avaliado, discutindo e mudando o que for necessário. A discussão proposta sobre governança e transparência, nesse momento do plano de trabalho, é referente a um conjunto de estruturas e de ações que tem como finalidade a construção de arenas de encontro e de diálogo de forma a garantir a transparência para as ações e permitir de forma direta o controle social nas atividades da assessoria técnica.

A governança, ainda, transpassa a própria relação entre o atingido e a assessoria técnica. Outras instituições e atores sociais estão em atuação nessas complexas territorialidades que envolvem as pessoas atingidas. São instituições públicas, privadas que desenvolvem ações, que têm influência na gestão dos territórios e do processo de construção de reparação para todas as pessoas e comunidades atingidas.

Dessa forma, apresenta-se a seguir alguns princípios para governança: a) a Articulação institucional, que abrange a relação com o Poder Público, com o Comitê Técnico Científico e com o Empreendedor, a Empresa Vale S.A.; e b) a transparência e o controle social das atividades da assessoria técnica que abrange o conselho gestor e os instrumentos de monitoramento e avaliação.

12.1 Articulação Institucional

O trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços, com a finalidade de responder às demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, subsidiando a construção de propostas para o incremento ou implantação de políticas públicas, programas e projetos locais e regionais.

⁸ Juntamente com “restituição”, “recuperação” e “reabilitação”, formam o conceito de reparação integral dos danos havidos em ocorrências de desastres coletivos no âmbito do Marco de Sendai.



12.1.1 ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

O desastre do rompimento da barragem provocou diversos danos às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente e intensificou a pressão em serviços públicos já defasados ou precarizados, explicitando diferentes lacunas das políticas públicas nos municípios afetados. São velhos problemas com roupagens ampliadas, fruto, em parte, das iniquidades no acesso a direitos e a serviços públicos de qualidade, especialmente, quando se trata de periferias urbanas e territórios geograficamente distantes (Fiorati, 2016).

A nova configuração dada aos territórios pela Constituição Cidadã (1988) coloca o município no centro da governança, delegando aos mesmos a execução e gestão das políticas públicas. O caso mais bem-sucedido no âmbito do estado brasileiro é a política de saúde e o Sistema Único de Saúde/SUS, contudo as iniquidades sociais ainda se constituem como um dos maiores desafios para a garantia do direito à saúde. A maioria dos municípios protagoniza índices inaceitáveis de pobreza e de exclusão social de parcela da população, impedindo assim o acesso ao direito à saúde, educação, habitação, trabalho e renda, transporte e mobilidade, meio ambiente sustentável e a redes de suporte social.

No âmbito dos municípios de Curvelo e Pompéu as iniquidades sociais estruturais já citadas, somam-se aos danos e aos impactos decorrentes do desastre na bacia do Paraopeba, apontando a necessidade imediata de articulação e incidência política sobre atores políticos e serviços públicos para readequar e fortalecer os serviços existentes às demandas da população atingida. Importante salientar que a organização e melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos públicos, no âmbito das negociações de compensação.

Um exemplo de Articulação Institucional com o Poder Público está no âmbito da Saúde e Assistência Social. Os efeitos imediatos e mais trágicos do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A são as mortes e os sofrimentos psicossociais. Mas, e depois? O que acontece com as populações que ali permanecem e com aquelas ao longo do trajeto da lama? Uma pesquisa realizada em Barra Longa, na bacia do Rio Doce, relata que a violência, o uso problemático de álcool e outras drogas são recorrentes na região, principalmente por falta de trabalho e de meios de sociabilidade para os moradores. O adoecimento e agravamento de doenças pré-existentes são fatores decorrentes do desastre, como apontam estudos mais recentes realizados pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) sobre a contaminação de parte da mesma população com metais



pesados como níquel e arsênio⁹; o efeito desestabilizador e o sofrimento psíquico também foi observado no desastre de Mariana, por Azevedo e Freitas (2018) e mais recentemente, o Relatório produzido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM)¹⁰, por solicitação do Ministério Público Federal, traz um diagnóstico contundente e preocupante da saúde mental das pessoas atingidos, pelo desastre de Brumadinho

Os impactos e os cuidados à saúde das pessoas atingidas exigem uma abordagem ampliada com o reconhecimento e a integração das dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais do processo saúde-doença, numa perspectiva individual e coletiva, no curto, no médio e no longo prazo. A população atingida deve ser suprida nas suas necessidades assistenciais e de vigilância em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os dois municípios, Pompéu e Curvelo, possuem estruturas instaladas de serviços de saúde, assistência social, educação e uma rede ampla que compõe o Sistema de Garantia de Direitos/SGD para a Infância e Adolescência e pessoas vulnerabilizadas, como idosos e aquelas com necessidades especiais. São serviços de base territorial que contam com financiamento dos três níveis de governo, sendo, portanto, oportuno e necessário fortalecê-los para que seus propósitos sejam cumpridos de forma contínua e estável.

Nesse sentido, a Assessoria Técnica atuará junto às pessoas atingidas, com vistas a mobilizar e potencializar os recursos existentes, como os conselhos de direitos – Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente e outros – para reorganização das políticas públicas e a consequente garantia de direitos. Pretende-se trabalhar na articulação da Rede de Assistência, buscando assim priorizar ações junto ao poder executivo municipal e estadual, para fortalecimento das políticas sociais básicas, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS), dos Serviços Socioassistenciais e educação. A participação das pessoas atingidas nas instâncias de participação e controle social das políticas sociais será estimulada e priorizada, como mais um fator para o fortalecimento de suas demandas no processo de reparação integral.

Todas as estratégias para incidência política e articulação institucional no âmbito das políticas sociais serão construídas a partir de diagnósticos participativos e intersetoriais e de ações coletivas envolvendo trabalhadores, gestores e as pessoas atingidas.

⁹ Notícias disponíveis em: <http://bit.ly/mariana-1>. Acesso 09/09/2019; <http://bit.ly/mariana-2>. Acesso 06/09/2019 e <http://bit.ly/mariana-3>. Acesso 06/09/2019.

¹⁰ FMSM, 2019. Relatório técnico sobre os impactos do desastre do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão na saúde mental das populações dos municípios e pessoas atingidas, BH, 2019.



12.1.2 CANAIS DE DIÁLOGO COM O COMITÊ TÉCNICO CIENTÍFICO

O Instituto Guaicuy irá fomentar, junto aos atingidos, variados momentos de diálogo e de interação entre as informações geradas pelo Comitê Técnico, a assessoria técnica e diferentes outros dados secundários. A estruturação de uma dialógica forma de interação, parte do entendimento de papéis diferenciados, mas também que as diferentes instituições compõem uma complexa rede de responsabilidades e de competências, que tem, como finalidade, a construção de um processo de reparação justo a todas as pessoas atingidas. Os dados e as informações produzidos pelo Comitê Técnico serão discutidos e analisados em diferentes momentos ao longo da construção do processo de reparação, garantindo interação e diálogo com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração da Empresa Vale S.A.

12.1.3 CANAIS DE DIÁLOGO COM O EMPREENDEDOR

As ações de articulação institucional são, principalmente, formas de diálogo entre a Assessoria Técnica, as pessoas atingidas e as diferentes instituições que atuam no território, permitindo a interlocução de ações e o encaminhamento/acompanhamento das demandas e ações externas demandadas pelos núcleos comunitários e pelas pessoas atingidas.

Dessa forma, entende-se que o diálogo com a mineradora Vale S.A. é importante e necessário para o desenvolvimento do trabalho da Assessoria Técnica Independente. Para tanto, foram determinadas duas diretrizes para trazer coerência e garantir transparência no relacionamento com a ré, sendo elas:

- a) Todas as reuniões realizadas entre a ATI e a ré devem, obrigatoriamente, contar com a presença de pessoas atingidas;
- b) Todas as reuniões devem ter ata, lista de presença, fotos e demais formas de registro, que serão divulgadas pela ATI.

12.2 Controle social e transparência

O Instituto Guaicuy considera que a participação social autônoma das pessoas atingidas na tomada de decisão é fator preponderante para se alcançar a reparação integral dos danos e contemplar as comunidades atingidas como sujeito de direitos. O entendimento



é que as comunidades são interlocutores legítimos e de direito que não podem ficar à margem dos processos decisórios. Portanto, é importante garantir que haja um espaço de inclusão para que as comunidades participem das decisões estratégicas na atuação da assessoria técnica. Dessa maneira, o Instituto Guaicuy sugere uma metodologia de instâncias participativas, decisórias e democráticas com o objetivo de garantir o empoderamento da população atingida considerando o Conselho Gestor como principal estrutura de acompanhamento.

A função do Conselho Gestor será de participar das ações da assessoria técnica. Ele será consultado periodicamente para opinar sobre o planejamento e a execução das ações, assim como, analisará relatórios e resultados das atividades. Além disso, ele também poderá sugerir mudanças que considerem necessárias para a adequação às dinâmicas sociais e territoriais. Importante destacar que qualquer alteração no plano de trabalho proposto será realizada dentro da legalidade e do compromisso com a transparência ampla para toda a sociedade.

Outro papel importante do Conselho é assegurar que o Instituto execute seu trabalho dentro de preceitos e conceitos que contemplem as comunidades e as particularidades locais. O Instituto Guaicuy será responsável por garantir os meios para que todos representantes participem das atividades propostas pelo conselho ou que venham a ser demandadas pelo Guaicuy.

Os membros do Conselho serão escolhidos pelos Núcleos Comunitários. Cada Núcleo elegerá três representantes. O Instituto acredita que com esse quantitativo, será possível que membro da Comissão das pessoas atingidas, da associação e um representante autônomo possam ser escolhidos para compor o Conselho. Possibilita também uma representatividade, como uma composição mais diversa considerando gênero e raça como aspectos de emancipação e de percepção diferente sobre aspectos de perda das pessoas atingidas.

O Guaicuy reconhece a autonomia das comunidades e, por isso, se manifestará como assessoria, ou seja, explicará a importância da representatividade em um sentido mais amplo e facilitará o processo de escolha, mas não será o responsável pela escolha de seus membros.



12.2.1 INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação é um processo de acompanhamento continuado das atividades propostas em um plano de trabalho. A partir dele é possível identificar a realização das ações, sua qualidade e quais são as próximas atividades estratégicas a serem desenvolvidas. Consequentemente, o monitoramento e avaliação do projeto garantem também a produção de conteúdo para a prestação de contas à sociedade.

Por tudo isso, o Instituto Guaicuy acredita ser imprescindível uma relação que estabeleça cooperação entre todas as áreas do projeto, vinculado à coordenação, para que as atividades propostas tenham um acompanhamento sistemático, garantindo a realização do plano de trabalho formalizado junto às instituições de justiça e compromisso com todas as pessoas atingidas. Fundamental, também, para se adequar à necessidade de transparência e prestação de contas para as pessoas atingidas, assim como, para a sociedade.

A atividade dessa área é transversal e multidisciplinar. Percorre todas as ações do plano de trabalho e parte da visão sistêmica do Instituto ao entender que todas as atividades e ações propostas se somam de forma a construir uma trajetória complexa para o processo de reparação integral.

Serão construídos junto com a comunidade indicadores e formas de materializar o desempenho da assessoria técnica, permitindo a constante avaliação e revisão. Após a aprovação do plano de trabalho pelo Ministério Público e pela comunidade será estabelecido um marco conceitual e metodológico para balizar o monitoramento e a avaliação do plano de trabalho. Isso permitirá a criação de indicadores, ferramentas de mensuração e propostas de divulgação. Cabe ressaltar que as ações serão transeitoriais e com diálogo permanente com as comunidades.

Inicialmente sugere-se alguns indicadores para avaliar o desempenho do trabalho desenvolvido, como por exemplo: “quantidade de pessoas atendidas”, “tempo de resposta das demandas”, “avaliação e percepção a respeito do processo de reparação”, “avaliação inicial (marco zero) e anual”, entre outros. Contudo, entende-se que a construção dos indicadores de avaliação devam ser construídos junto com a comunidade, além dos indicadores, também ferramentas de mensuração e propostas de divulgação, permitindo a constante avaliação e revisão. Após a aprovação do plano de trabalho pelo Ministério Público e pela comunidade será estabelecido um marco conceitual e metodológico para balizar o monitoramento e a avaliação do plano de trabalho. Cabe ressaltar que as ações serão transeitoriais e com diálogo permanente com as comunidades.



Vale destacar a compreensão deste diálogo permanente como um processo de monitoramento e avaliação. Ele se dá compreendendo a cadência de relações com as pessoas atingidas. A (1) relação entre os mobilizadores e as famílias deve levantar as necessidades e compreensões no processo de reparação (incluindo aí o DFIPA), (2) levantando dados e necessidades de atuação. Estas necessidades devem ser (3) monitoradas transversalmente e tornarem-se encaminhamentos, e (4) este processo criará indicadores de atuação.

13 INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA, GESTÃO DE PESSOAS E ORÇAMENTO

13.1 Infraestrutura

A infraestrutura operacional da área 4 contará com uma sede administrativa em Belo Horizonte, uma sede regional em Cachoeira do Choro e uma unidade móvel, conforme a descrição a seguir.

13.1.1 SEDE REGIONAL: CASA DE ACOLHIMENTO EM CACHOEIRA DO CHORO

Para o desenvolvimento de um trabalho fluido e eficiente para as pessoas atingidas, faz-se necessário uma base fixa na área rural que facilite a coordenação das atividades no âmbito regional. Esta estrutura servirá primeiramente como Casa de Acolhimento das comunidades de Cachoeira do Choro, mas também como um ponto de referência da Assessoria Técnica para as comunidades e um suporte permanente para a equipe multidisciplinar. Para tal é preciso estruturar uma sede regional e um sistema de transporte que possibilite a circulação e atuação da equipe.

13.1.2 UNIDADE MÓVEL DE ACOLHIMENTO DO INSTITUTO GUAICUY

Haverá ainda uma unidade móvel, que prestará serviço itinerante de acolhimento e acompanhamento dos atingidos, realizado por equipe multidisciplinar. A Unidade Móvel é importante para o trabalho nas comunidades que não possuem infraestrutura básica para atendimento e acolhimento. A ideia é que o veículo circule entre as comunidades, onde as populações não são concentradas, com trajetos longos entre uma moradia e outra. Uma



vez por semana, a Unidade Móvel realizará atendimento em um lugar diferente, contemplando semanalmente o acolhimento em todas as comunidades.

A figura a seguir apresenta um modelo de veículo adaptado sugerido, sendo uma imagem meramente ilustrativa.

Figura 15 - Modelo proposto Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

13.1.3 SEDE ADMINISTRATIVA EM BELO HORIZONTE

A sede do Instituto Guaicuy será em Belo Horizonte, onde ocorrerá a gestão administrativa da Assessoria Técnica Independente.

13.2 Logística

A Área 4 encontra-se no trecho do rio Paraopeba entre as cidades de Pompéu e Curvelo. Neste trecho foram identificadas, pelas Instituições de Justiça, seis comunidades que, conforme já apresentado neste Plano de Trabalho, afirmam a predominância do ambiente rural e a proximidade de todas as comunidades com o rio Paraopeba.



Conforme levantamento, os trajetos da Área 4 são compostos de estradas de terra acidentadas. E com distâncias longas entre uma comunidade e outra, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 6 - Distâncias entre as comunidades e entre as sedes de Pompéu, Curvelo e Belo Horizonte

	Belo Horizonte	Pompéu	Curvelo			
Queima Fogo	164 km - 2h50	45 km - 1h	100 km - 1h50			
Baú	175 km - 3h05	57km 1h10m	106 km - 2h			
Recanto do Laranjo	175 km - 2h30	53 km - 1h40	72 km - 1h			
Cachoeira do Choro	157 km - 2h20	73 km - 1h15	90 km - 1h25			
Angueretá	136 km - 2h	51 km - 50m	69 km - 1h05			
Encontro das Águas	146 km - 2h10	52 km - 1h	80 km - 1h15			
	Queima Fogo	Baú	Recanto do Laranjo	Cachoeira do Choro	Angueretá	Encontro das Águas
Queima Fogo		10 km - 17m	38 km - 1h05	56 km - 1h15	42 km - 1h05	53 km - 1h15m
Baú	10 km - 17m		37 km - 1h10	74km - 1h40	44 km - 1h05	63 km - 1h35m
Recanto do Laranjo	38 km - 1h05	37 km - 1h10		38 km - 51m	44 km - 50m	39 km - 50m
Cachoeira do Choro	56 km - 1h15	74km - 1h40	38 km - 55m		26 km - 40m	13 km - 25m
Angueretá	42 km - 1h05	44 km - 1h05	44 km - 55m	27 km - 45m		16 km - 30m
Encontro das Águas	53 km - 1h15m	63 km - 1h35m	39 km - 50m	13 km - 30m	16 km - 30m	
	Belo Horizonte	Pompéu	Curvelo			
Belo Horizonte			172 km - 2h30			
Pompéu	175 km - 2h30		107 km - 1h30			
Curvelo	172 km - 2h30	107 km - 1h30				

Observada a precariedade das rotas, é possível afirmar que o serviço comum de aluguel de carros seria oneroso, levando em conta as altas taxas de lavagem e pequenas avarias (arranhões, poeira no motor, etc.) cobradas pelas locadoras.

A compra de automóveis também seria onerosa, visto a despesa com serviços (seguro, manutenção, etc.) e impostos (IPVA e outros) necessários aos veículos, além do possível aumento de pessoal para administrar tais demandas.

Opta-se então pelo serviço de terceirização de frotas, no qual a empresa prestadora compra os veículos e oferece uma rede de serviços (seguro total, IPVA, carro reserva, atendimento 24 horas, manutenções e revisões, rastreamento, etc.) compatíveis com o trabalho que será desenvolvido.

É importante observar que a escolha pelos carros de sete lugares e com proteção off-road diminui consideravelmente o volume da frota e proporciona eficiência ao trabalho em equipe. Há também a previsão de uma pickup de tração 4x4, essencial para os deslocamentos da equipe ambiental permanente.



13.3 Gestão de pessoas

A equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuy será contratada para atuar durante a execução do Plano de Trabalho, tendo parte dos profissionais lotados no escritório de Belo Horizonte e parte no escritório de Cachoeira do Choro. Os 62 profissionais que compõem a equipe serão contratados para os 30 meses de execução do Plano de Trabalho, e nos últimos 12 meses – o período de acompanhamento – permanecerão 29 profissionais contratados. O quadro a seguir descreve a equipe a ser contratada pelo Instituto Guaicuy. Os profissionais foram agrupados por função, lotação e hierarquia.

Quadro 7- Proposta de formação da equipe do Instituto Guaicuy

DESCRIÇÃO EQUIPE				
Área	Quant.	Descrição dos Cargos	Formação	Atribuição
Gestão	1	Coordenadores Gerais	Nível superior com especialização. 10 anos de experiência.	Coordenação geral da Assessoria.
Gestão	6	Coordenadores Temáticos	Nível superior com 5 anos de experiência.	Coordenação das equipes temáticas.
Gestão	1	Gerente Regional	Nível superior com 3 anos de experiência.	Coordenação administrativa da sede regional.
Técnica	6	Assessores Técnicos	Nível superior e/ou 3 anos de experiência.	Suporte geral às coordenações temáticas.
Técnica	19	Técnicos de campo	Nível superior e/ou 3 anos de experiência.	Execução das atividades de campo.
Administrativo	5	Analistas Administrativos	Nível superior com 3 anos de experiência.	Execução de funções administrativas.
Comunicação	3	Analistas de Comunicação Social	Nível superior com 2 anos de experiência.	Execução de atividades de comunicação institucional.
Manutenção	2	Auxiliares de Serviços Gerais	Experiência de 2 anos.	Limpeza e manutenção dos escritórios.
Operacional	4	Motoristas	Nível médio com experiência de 3 anos.	Realizar o transporte de pessoas e materiais.
Administrativo	1	Secretariado	Nível médio e/ou técnico.	Suporte administrativo e apoio à recepção das famílias na sede Regional.
Técnica	4	Estagiário de Pós Graduação	Pós-graduação em curso nas áreas de interesse.	Apoio às atividades e análises da Assessoria e sistematização de dados.
Técnica	10	Estagiário de Graduação	Graduação em curso nas áreas de interesse.	Apoio às atividades da Assessoria e sistematização de dados.
Total	62	-	-	-

O quadro a seguir apresenta um detalhamento dos profissionais que irão compor a equipe do Instituto Guaicuy, a partir do agrupamento apresentado no quadro anterior.



Quadro 8- Detalhamento da equipe do Instituto Guaicuy

DETALHAMENTO DA EQUIPE		
Cargo	Quant.	Profissional
Coordenadores Gerais	1	Coordenador Geral
Coordenadores Temáticos	6	Coordenador Temático
Gerente Regional	1	Gerente Regional
Assessores Técnico	1	Assessor de Análise Ambiental
	1	Assessor de Logística
	1	Assessor de Geoprocessamento
	1	Assessor da Gestão Executiva
	1	Assessor do Desenvolvimento Agrário
	1	Assessor Jurídico
Técnicos de Campo	4	Advogado Popular
	4	Comunicador Popular
	4	Profissional das Ciências Agrárias
	1	Assistente Social
	1	Profissional da Saúde Pública
	1	Psicóloga Social
	4	Técnico de Análise Ambiental
Analistas Administrativos	1	Analista de Redes
	1	Analista de Recursos Humanos
	1	Analista de Compras
	1	Analistas de Pagamentos
	1	Analista de Patrimônio
Analistas de Comunicação Social	1	Assessor de Imprensa/Jornalista
	1	Gestor de contatos e mídias sociais
	1	Profissional do Audiovisual
Auxiliares de Serviços Gerais	1	Aux. Serviços gerais - Escritório Belo Horizonte
	1	Aux. Serviços gerais - Escritório Cachoeira do Choro
Motoristas	4	Motorista
Secretariado	1	Secretária - Escritório Cachoeira do Choro
Estagiários de Pós-graduação	4	Estagiário de Pós-graduação
Estagiários de Graduação	10	Estagiário de Graduação
Total	62	-



13.4 Consultorias especializadas

As consultorias especializadas terão o objetivo de produzir dados que transmitam segurança à população atingida e ao mesmo tempo subsidiem a reparação. Foram recorrentes depoimentos sobre animais mortos, poços artesianos localizados em áreas próximas ao rio, dúvidas sobre qualidade da água do rio e a possibilidade de utilizá-la para devidos fins. Além disso, a pergunta mais frequente é “teremos o Rio de volta?”. É papel da Assessoria Técnica Independente confrontar e validar dados, no intuito de oferecer informações que transmitam segurança à população. De acordo com as questões levantadas, o quadro a seguir sintetiza as consultorias especializadas que serão contratadas para a adequada prestação de assessoria independente aos atingidos pelo desastre provocado pelo rompimento da barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mineradora Vale S.A.

Quadro 9 - Consultorias técnicas especializadas por tipo, objetivo e período

CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS		
Discriminação	Objetivos	Período
Análise da qualidade de produtos de origem animal	Permite avaliar se os produtos derivados de animais estão contaminados (ou não), podendo trazer riscos para os consumidores.	Por 30 meses, sob demanda.
Análise de água para avaliação ambiental (CONAMA 357)	Análise laboratorial para percepção da alteração de parâmetros de qualidade ao longo do tempo e seus impactos para a dinâmica ambiental e ecológica.	Por 30 meses, coletas de análises bimestrais.
Análise de água para usos humanos	Análise de água para padrões de potabilidade, considerando as metodologias e normas específicas brasileiras.	Por 30 meses, coletas de análises bimestrais.
Análise de sedimentos	Análise laboratorial de presença e concentração de metais adsorvidos aos sedimentos e seus impactos para o sistema ecológico e dinâmica fluvial do curso d'água.	Por 30 meses, coletas de análises bimestrais.
Análise de solo	Análise laboratorial para dimensionamento de fertilidade e classificação de características dos solos	Por 30 meses, coletas de acordo com as demandas comunitárias.
Análise laboratorial de amostras animais suspeitos de contaminação	Finalidade de determinar a <i>causa mortis</i> quando sob suspeita de contaminação	Por 30 meses, análises de acordo com as demandas comunitárias.
Biomonitoramento e análise de ictiofauna	Análise laboratorial toxicológica para aferição de possível contaminação em ictiofauna e no sistema ecológico fluvial.	Por 30 meses, coletas e análises bimestrais e/ou de acordo com metodologia a ser reestruturada a partir de resultados preliminares.



Discriminação	Objetivos	Período
Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas Etapa I (Pagamento Emergencial)	Levantamento de informações básicas das famílias para sistematizar as primeiras leituras sobre os danos percebidos pelas unidades familiares, e também oportunizar uma leitura de como esses diferentes danos se manifestam no contexto regional da Área 4. Essa primeira etapa é essencial para a caracterização de tipologias e formas com que as diferentes pessoas e comunidades foram atingidas pelo rompimento da barragem.	6 meses (durante o primeiro semestre)
Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas Etapa II	Entender de forma mais profunda e qualificadas as múltiplas dimensões do dano, a partir da realidade de cada núcleo familiar. Essa segunda etapa pode ser dividida em mais de um encontro, a ser definido de acordo com as construções e proposições elaboradas em conjunto com a participação social e os núcleos comunitários.	8 meses (a partir do segundo semestre)
Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos e de alto risco)	Diagnóstico por amostragem. Avaliar a condição de saúde e alterações fisiológicas que possam ocorrer em virtude de contaminação. O atendimento clínico objetiva avaliar a condição de animais que apresentem sintomatologia clínica compatível com intoxicação e diagnóstico	Por 30 meses.
Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas (Análise Clínica e Toxicológica)	Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas.	Anual (uma vez por ano, nos 3 anos)
Diagnóstico de Comportamento do Mercado Imobiliário (anterior e futuro)	Elaboração de estudo acerca das condições do mercado imobiliário local, através de amostragem dos valores praticados anteriormente ao desastre, a identificação e delimitação do impacto havido em função do mesmo, e o apontamento da depreciação ao patrimônio dos atingidos. Determinação das séries históricas de comportamento do mercado até o desastre e a projeção da série decenal, vintenal e trintenar futuras, para fins de mensuração dos impactos prováveis ao mercado futuro na valorização do patrimônio imobiliário dos atingidos. Determinação estimada do deságio futuro médio de depreciação ao patrimônio dos atingidos.	Por 12 meses (durante o segundo e o terceiro semestre)
Diagnóstico Fundiário das Comunidades	Produção de estudo diagnóstico das características fundiárias das comunidades atendidas, apontando soluções globais ou individuais para a questão da regularização fundiária como alternativa de compensação aos danos sofridos pela depreciação dos valores venais dos imóveis decorrentes do evento criminoso. O estudo deverá contar, dentre outros parâmetros, com análise de cadeia dominial trintenária, certificado de cadastro do imóvel rural, (CCIR), cadastro ambiental rural (CAR), cadastro de imóveis rurais (CAFIR), declaração de cadastro rural (DCR), sistema de gestão fundiária (SIGEF), bem como dos feitos possessórios e petitórios existentes cujo objeto sejam imóveis sobre cuja posse e/ou propriedade recaiam litígios cuja resolução pacifique socialmente o ambiente agrário das comunidades atingidas e agregue valor ao patrimônio da população atingida.	Por dois meses (durante o segundo semestre)



Discriminação	Objetivos	Período
Direito e Garantias Constitucionais dos Atingidos	Produzir estudo acerca das normas positivas brasileiras, doutrina e jurisprudência, afetas aos direitos e garantias fundamentais potencialmente afetados pelo evento criminoso. Produzir cartilha em linguagem popular apresentando os resultados do estudo, categorizando as dimensões, sentidos e extensão de atingimento possíveis, e sua interrelação com as categorias possíveis de serem tuteladas pelas ações civis públicas (ACPs) quais sejam os individuais homogêneos, coletivos e difusos. Explicar o que é uma ACP, o funcionamento básico de um procedimento judicial, do juízo e da jurisdição, o papel dos autores e sua condição de substitutos processuais, o papel dos amicus curiae, do comitê técnico, e por fim o papel e a correlação das assessorias técnicas independentes com os titulares do direito postulado.	6 meses (durante o segundo semestre)
Emissão de pareceres e relatórios específicos de Análise Ambiental.	Consultoria ambiental para análises complementares, emissão de pareceres e relatórios específicos ao longo do projeto.	Por 30 meses, definida a partir de demanda técnica e validada pelas comunidades.
Estudo Comparado de Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes Desastres	Realização de pesquisa e estudo normativo, jurisprudencial e doutrinário para emissão de parecer acerca da possibilidade de reparação dos danos morais decorrentes da inviabilização de modos de vida, planos e construções coletivas, expectativas de acontecimentos frustrados, sonhos e projetos de vida interrompidos cujo evento criminoso guarde nexos causal com seu cancelamento. Conceito de reparação integral. Precedentes no direito brasileiro e internacional. Cases de sucesso no enfrentamento jurídico à impunidade e formulação de propostas para o caso concreto.	Por 12 meses (durante o segundo e o terceiro semestre)
Estudos Econômicos	Estudo para mensurar as perdas, que resultaram em quebras, rupturas e descontinuidades nos sistemas de produção e circulação de mercadorias nas localidades especificadas. O estudo auxiliará no apontamento de parte das ações de reparação voltadas à correção e aprimoramento das trajetórias econômicas.	Por 30 meses.
Estudos Epidemiológicos e Análise dos Indicadores Oficiais	Coleta, sistematização, análise e emissão de relatórios epidemiológicos periódicos. Proposição de modelos de monitoramento epidemiológico e de ações preventivas e de promoção de saúde.	Relatórios epidemiológicos semestrais e anuais
Georeferenciamento da Totalidade dos Imóveis Rurais	Prestação de serviços através de contratação de empresa especializada na prestação de serviços topográficos, tais como medição, demarcação, inclusive com abertura de picadas quando necessário, utilização de sensoriamento remoto para implantação de vértices virtuais, implantação de marcos de orientação, confecção de plantas, memoriais descritivos, planilha de dados georreferenciados, conforme termo de referência ancorado nas normas técnicas de georreferenciamento de imóveis rurais vigentes, com vistas a delimitação das confrontações de posses e propriedades indenizáveis.	Por 12 meses (durante o segundo e o terceiro semestre)
Monitoramento e Avaliação	No final de cada ano, consultoria para revisão do instrumental, oferecendo um suporte para a revisão estratégica do Monitoramento e Avaliação.	Anual (uma vez por ano, nos 4 anos)
Valoração de perda de produção animal e agricultura	Levantar e mensurar os impactos aos agricultores familiares, fazendeiros e demais unidades produtivas.	Por 30 meses

95



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
 Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 95



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
 Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 95

13.5 Orçamento

Para o adequado desenvolvimento do Plano de Trabalho, considerando as distâncias e o baixo adensamento populacional, foi previsto as necessidades de infraestrutura e logística. Importante explicitar que os custos foram estimados em consideração a participação informada nos processos reparatórios, com ampliação da capilaridade, função prioritária das ATIs e estabelecida pelas IJs. Algumas regiões da Área 4, como por exemplo as Fazendinhas Baú, possui 60 famílias que ocupam a extensão de 25 km de uma estrada, sendo esta sem pavimento e iluminação. Desta forma, promover a participação informada nesta região não custará o mesmo que promovê-la em uma rua de 300 m ocupada por 60 famílias. As implicações disso são em custos proporcionais, que devem prever recursos humanos, logística e infraestrutura suficiente para viabilizar os resultados no contexto desta realidade apresentada. Apenas estes dispêndios representam mais de 60% do orçamento.

A seguir, o detalhamento do orçamento do Instituto Guaicuy para a Área 4.



Quadro 10 - Orçamento Global

QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO GLOBAL					
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	Percentual %
1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS				1.086.092,80	
1.1. Assembleias	Und.	16	21.620	345.920,00	2,27%
1.2. Reuniões dos Grupos Temáticas	Und.	16	9.708	155.328,00	
1.3. Reuniões Núcleos Comunitários	Und.	432	1.032	445.824,00	
1.4. Intercâmbio de Atingidos	Und.	4	19.532	78.128,00	
1.5. Reuniões do Conselho Gestor	Und.	8	7.611,60	60.892,80	
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS				11.795.400,00	
Contratação de Consultorias Especializadas para implantação dos projetos	Und.	21	520.542,86	11.795.400,00	24,67%
3 - RECURSOS HUMANOS				20.255.784,00	
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Mês	48	421.995,50	20.255.784,00	42,37%
4 - CUSTEIO e INFRAESTRUTURA				7.382.760,22	
4.1 - Custo Operacional	Mês	48	134.833,92	6.472.028,16	15,44%
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	Und.	1	910.732,06	910.732,06	
5- COMUNICAÇÃO				695.650,08	
Produção de material: Gráfico, audiovisual	Unid.	48	14.492,71	695.650,08	1,46%
6 - COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO				2.472.941,23	
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	%	6	41.215.687,10	2.472.941,23	5,17%
7- GESTÃO				4.121.568,71	
Taxa administrativa (10%)*	%	10	41.215.687,10	4.121.568,71	8,6%
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				47.810.197,04	100,00%
(Custo por atingido)	8.323,50				
NÚMERO ATINGIDOS (estimado)	5.744				
MUNICÍPIOS	2				
HABITANTES	111.941				
EXTENSÃO TERRITÓRIO (km²)	5.847,47				
CARACTERÍSTICA TERRITÓRIO	O território possui 6 comissões de atingidos representantes de 9 comunidades rurais dos municípios de Pompeu e Curvelo. A distância entre estas áreas rurais e as sedes das cidades varia entre 53 km e 106 km. As comunidades possuem distâncias consideráveis entre as mesmas, que vão de 37km até 74km. A partir da extensão territorial significativa em relação às demais áreas de atingidos da bacia do rio Paraopeba, é importante considerar que a área 4 possui um adensamento populacional muito baixo, com moradias que chegam a ter 2 km de distância entre as mesmas. Todos esses trajetos são percorridos em estradas de terra, sem iluminação e sinalização, o que implica em necessidades logísticas e de recursos humanos para o trabalho ter capilaridade e evitar a exclusão de famílias do processo. Além disso, as comunidades não têm opções de serviços como hospedagem, alimentação e rede de telefone, o que demanda da assessoria viabilizar muitos serviços essenciais para garantir a presença dos trabalhadores no campo.				
Nº SEDES	2				
EQUIPE GESTÃO	6				
EQUIPE DE CAMPO	35				
EQUIPE TOTAL	62				
PRODUTOS - CONSULTORIA (Nº)	21				
1 Técnico(geral) /Atingido	92,65				
1 Técnico de campo/atingido	164,11				
1 Técnico(geral) /Área (km²)	94,31				
1 Técnico de campo/Área (km²)	167,07				

* A taxa administrativa incide apenas sobre o valor base do plano de trabalho, não incidindo sobre o valor de Coordenação e Acompanhamento metodológico/Finalístico.



Quadro 11 – Atividades e Metodologias Participativas

Metodologias Participativas - Mobilização Social				
Composição de Custos Unitários				
1. Assembleias				
Quantidade: 16				
Número de Participantes: 300				
Tempo: 8 horas				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	Unidade	300	R\$ 35	R\$ 10.500,00
Material Suporte	Unidade	300	R\$ 8	R\$ 2.400,00
Água	Litro	600	R\$ 0,70	R\$ 420,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Produção Executiva	Horas	32	R\$ 75,00	R\$ 2.400,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	R\$ 75,00	R\$ 2.400,00
Deslocamento	Serviço	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Custo Unitário Total				R\$ 21.620,00
Custo Total de Assembleias:				R\$ 345.920,00
2. Reuniões dos Grupos Temáticos				
Quantidade: 16				
Número de Participantes: 40				
Tempo: 8 horas				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	Unidade	20	R\$ 35	R\$ 700,00
Material Suporte	Unidade	20	R\$ 4	R\$ 80,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	R\$ 100	R\$ 100,00
Água	Litro	40	R\$ 0,70	R\$ 28,00
Material Pedagógico	Unidade	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Produção Executiva	Horas	16	R\$ 75,00	R\$ 1.200,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	R\$ 75,00	R\$ 2.400,00
Deslocamento	Serviço	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Custo Unitário Total				R\$ 9.708,00
Custo Total dos Reuniões dos Grupos Temáticos:				R\$ 155.328,00
3. Reuniões Núcleos Comunitários				
Quantidade: 432				
Número de Participantes: 30				
Tempo: 4 horas				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	Unidade	30	R\$ 6	R\$ 180,00
Material Suporte	Unidade	30	R\$ 2	R\$ 60,00
Água	Litro	60	R\$ 0,70	R\$ 42,00
Instrutor/Facilitador	Horas	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00
Custo Unitário Total				R\$ 1.032,00
Custo Total das Reuniões dos Núcleos:				R\$ 445.824,00



4. Intercâmbio de Atingidos				
Quantidade: 4				
Número de Participantes: 40				
Tempo: 16 horas/2 dias				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	Unidade	80	R\$ 50	R\$ 4.000,00
Material Suporte	Unidade	40	R\$ 8	R\$ 320,00
Água	Litro	160	R\$ 0,70	R\$ 112,00
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Produção Executiva	Horas	64	R\$ 75,00	R\$ 4.800,00
Instrutor/Facilitador	Horas	64	R\$ 75,00	R\$ 4.800,00
Deslocamento	Serviço	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Custo Unitário Total				R\$ 19.532,00
Custo Total de Assembléias:				R\$ 78.128,00
Monitoramento e Avaliação (Governança)				
1. Reuniões do Conselho Gestor				
Quantidade: 8				
Número de Participantes: 54				
Tempo: 8 horas				
Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Alimentação	Unidade	54	R\$ 35	R\$ 1.890,00
Material Suporte	Unidade	54	R\$ 4	R\$ 216,00
Água	Litro	108	R\$ 0,70	R\$ 75,60
Aluguel de Infraestrutura	Serviço	1	R\$ 270,00	R\$ 270,00
Produção Executiva	Horas	32	R\$ 75,00	R\$ 2.400,00
Instrutor/Facilitador	Horas	32	R\$ 75,00	R\$ 2.400,00
Deslocamento	Serviço	1	R\$ 360,00	R\$ 360,00
Custo Unitário Total				R\$ 7.611,60
Custo Total de Reuniões dos Grupos Gestores:				R\$ 60.892,80



Em relação aos recursos humanos, os valores previstos sobre cada item deste orçamento serão fixos durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de execução inicial da assessoria técnica. Após este período, os valores serão reajustados anualmente por meio de comunicação formal da entidade às Instituições de Justiça e a entidade responsável pela coordenação finalística/metodológica, observando-se para o reajuste o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) do IBGE, assim como a necessidade de atendimento à legislação trabalhista, inclusive acordos, dissídios e convenções coletivas de trabalho.

Quadro 12 - Recursos Humanos

Equipe - Recursos Humanos						
ANO 1 67,17%						
Descrição	unid.	Salário Base	Encargos sociais - 67,17%	Benefícios - VT, Seguro de Vida, Plano de Saúde e Vale Alimentação	Total Mensal	Total Anual
Coordenador Geral	1	10.000,00	6.717,00	656,00	17.373,00	208.476,00
Coordenadores Temáticos	6	8.000,00	5.373,60	656,00	84.177,60	1.010.131,20
Gerente Regional	1	7.000,00	4.701,90	656,00	12.357,90	148.294,80
Assessor Técnico	6	6.000,00	4.030,20	656,00	64.117,20	769.406,40
Técnico de Campo	19	5.000,00	3.358,50	656,00	171.275,50	2.055.306,00
Analista Administrativo	5	4.000,00	2.686,80	656,00	36.714,00	440.568,00
Analista de Comunicação	3	5.000,00	3.358,50	656,00	27.043,50	324.522,00
Motorista	4	2.825,00	1.897,55	786,50	22.036,21	264.434,52
Secretariado	1	2.825,00	1.897,55	786,50	5.509,05	66.108,63
Auxiliar Serviços Gerais	2	1.900,00	1.276,23	842,00	8.036,46	96.437,52
Estagiários (Pós Graduação)	4	2.100,00		250,00	9.400,00	112.800,00
Estagiários (Graduação)	10	900,00		250,00	11.500,00	138.000,00
Total	62				469.540,42	5.634.485,07

Equipe - Recursos Humanos						
ANO 2						
Descrição	unid.	Salário Base (Reajuste %)	encargos sociais - 67,17%	Benefícios - VT, Seguro de Vida, Plano de Saúde	Total Mensal	Total Anual
Coordenador Geral	1	10.000,00	6.717,00	656,00	17.373,00	208.476,00
Coordenador Temático	6	8.000,00	5.373,60	656,00	84.177,60	1.010.131,20
Gerente Regional	1	7.000,00	4.701,90	656,00	12.357,90	148.294,80
Assessor Técnico	6	6.000,00	4.030,20	656,00	64.117,20	769.406,40
Técnico de Campo	19	5.000,00	3.358,50	656,00	171.275,50	2.055.306,00
Analista Administrativo	5	4.000,00	2.686,80	656,00	36.714,00	440.568,00
Analista de Comunicação	3	5.000,00	3.358,50	656,00	27.043,50	324.522,00
Motorista	4	2.825,00	1.897,55	786,50	22.036,21	264.434,52
Secretariado	1	2.825,00	1.897,55	786,50	5.509,05	66.108,63
Auxiliar Serviços Gerais	2	1.900,00	1.276,23	842,00	8.036,46	96.437,52
Estagiários (Pós Graduação)	4	2.100,00		250,00	9.400,00	112.800,00
Estagiários (Graduação)	10	900,00		250,00	11.500,00	138.000,00
Total	62				469.540,42	5.634.485,07



Equipe - Recursos Humanos						
ANO 3						
Descrição	unid.	Salário Base (Reajuste %)	encargos sociais 67,17%	Benefícios - VT, Seguro de Vida, Plano de Saúde	Total Mensal	Total Anual
Coordenador Geral	1	10.000,00	6.717,00	656,00	17.373,00	208.476,00
Coordenador Temático	6	8.000,00	5.373,60	656,00	84.177,60	1.010.131,20
Gerente Regional	1	7.000,00	4.701,90	656,00	12.357,90	148.294,80
Assessor Técnico	6	6.000,00	4.030,20	656,00	64.117,20	769.406,40
Técnico de Campo	19	5.000,00	3.358,50	656,00	171.275,50	2.055.306,00
Analista Administrativo	5	4.000,00	2.686,80	656,00	36.714,00	440.568,00
Analista de Comunicação	3	5.000,00	3.358,50	656,00	27.043,50	324.522,00
Motorista	4	2.825,00	1.897,55	786,50	22.036,21	264.434,52
Secretariado	1	2.825,00	1.897,55	786,50	5.509,05	66.108,63
Auxiliar Serviços Gerais	2	1.900,00	1.276,23	842,00	8.036,46	96.437,52
Estagiários (Pós Graduação)	4	2.100,00		250,00	9.400,00	112.800,00
Estagiários (Graduação)	10	900,00		250,00	11.500,00	138.000,00
Total	62				469.540,42	5.634.485,07

Equipe - Recursos Humanos						
ANO 4 67,17%						
Descrição	unid.	Salário Base (Reajuste %)	encargos sociais 67,17%	Benefícios - VT, Seguro de Vida, Plano de Saúde, Vale Alimentação	Total Mensal	Total Anual
Coordenador Geral	1	10.000,00	6.717,00	656,00	17.373,00	208.476,00
Coordenador Temático	6	8.000,00	5.373,60	656,00	84.177,60	1.010.131,20
Gerente Regional	1	7.000,00	4.701,90	656,00	12.357,90	148.294,80
Assessor Técnico	4	6.000,00	4.030,20	656,00	42.744,80	512.937,60
Técnico de Campo	6	5.000,00	3.358,50	656,00	54.087,00	649.044,00
Analista Administrativo	3	4.000,00	2.686,80	656,00	22.028,40	264.340,80
Analista de Comunicação	3	4.000,00	2.686,80	656,00	22.028,40	264.340,80
Motorista	2	2.825,00	1.897,55	786,50	11.018,11	132.217,26
Recepcionista	1	2.825,00	1.897,55	786,50	5.509,05	66.108,63
Auxiliar Serviços Gerais	2	1.900,00	1.276,23	842,00	8.036,46	96.437,52
Total	29				279.360,72	3.352.328,61

Referência

Encargos Folha	
FGTS	8,00%
INSS Patronal	20,00%
INSS Terceiros	5,80%
INSS 13º + Férias	7,93%
FGTS Rescisório	4,00%
Férias+ 1/3	11,11%
13º Salario	8,33%
Pis s/ Folha	1,00%
Despesas Extras (atestados; licenças, outros)	1,00%
Benefícios	
Vale Transporte	0,00%
Vale Alimentação	0,00%
Total	67,17%



Quadro 13 - Tabela Homem/Hora

TABELA - HOMEM HORA (H/H)				
Cargo	Quant.	Valor Salário + Encargos	Carga horária (ref)	Custo H/H (Total salários / carga horária)
Coordenador Geral	1	16.717	160	104,48
Coordenadores Temáticos	6	13.373,60	160	83,59
Gerente Regional	1	11.701,90	160	73,14
Assessor Técnico	6	10.030,20	160	62,69
Técnico de Campo	19	8.358,50	160	52,24
Analista Administrativo	5	6.686,80	160	41,79
Analista de Comunicação	3	8.358,50	160	52,24
Motorista	4	4.722,55	160	29,52
Secretariado	1	4.722,55	160	29,52
Auxiliar Serviços Gerais	2	3.176,23	160	19,85
Estagiários (Pós Graduação)	4	2.100,00	120	17,50
Estagiários (Graduação)	10	900,00	120	7,50
Total				574,05



Quadro 14 - Infraestrutura

INFRAESTRUTURA				
Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Aparelho de GPS	unid.	4	900,00	3.600,00
Aparelhos telefônicos	unid.	8	90,00	720,00
Aquisição de Veículo Microônibus Adaptado (Unidade Móvel)	unid.	1	360000,00	360.000,00
Ar condicionado	unid.	8	1620,00	12.960,00
Armário de escritório	unid.	12	720,00	8.640,00
Bebedouro	unid.	2	450,00	900,00
Cadeiras de escritório	unid.	80	282,60	22.608,00
Cadeiras de reunião	unid.	300	54,00	16.200,00
Central PABX	unid.	1	1710,00	1.710,00
Computadores - DeskTop	unid.	25	3541,50	88.537,50
Dispositivos de Conexão à Internet (roteadores, moden satelital, etc)	unid.	9	605,03	5.445,23
Dispositivos de Informática	unid.	120	114,03	13.683,60
Geladeira	unid.	2	1350,00	2.700,00
Impressora toner/xerografia	unid.	4	3780,00	15.120,00
Interfone	unid.	2	144,00	288,00
Máquina fotográfica	unid.	1	8100,00	8.100,00
Mesa de reunião	unid.	5	2088,00	10.440,00
Mesas de escritório	unid.	25	797,40	19.935,00
Equipamentos e Periféricos de Energia	unid.	15	924,47	13.867,00
Equipamento de Suporte Fotográfico/Audiovisual	unid.	10	1341,00	13.410,00
Equipamento de Suporte para Análise Ambiental e Ciências Agrárias	unid.	175	223,43	39.099,38
Equipamentos de Operação (gazebo, caixa térmica, etc)	unid.	15	745,20	11.178,00
Microondas	unid.	4	450,00	1.800,00
Monitores	unid.	9	1495,80	13.462,20
Notebooks	unid.	28	3506,40	98.179,20
Projeto externo e interno/tela fixa e com tripé/ passador de slide	unid.	6	2772,00	16.632,00
Rádio Comunicador	unid.	12	180,00	2.160,00
Scanner Portátil	unid.	2	720,00	1.440,00
Servidor e rack	Unid.	2	11250,00	22.500,00
sonorização (caixa amplificada/microfone)	unid.	8	1129,50	9.036,00
Tablet	unid.	20	1413,00	28.260,00
Telefone celular	unid.	31	1237,50	38.362,50
Telefone de Satélite	unid.	2	1620,44	3.240,87
Utensílios básicos de cozinha	unid.	1	4357,58	4.357,58
Ventiladores	unid.	12	180,00	2.160,00
Custo Total				910.732,06



Quadro 15 - Custeio

CUSTEIO				
Despesas Operacionais	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Aluguel sede	2	48	5000,00	480.000,00
Aluguel e manutenção de impressoras	1	36	367,00	13.212,00
Despesas com Água	2	48	620,00	59.520,00
Despesas Luz	2	48	2500,00	240.000,00
Taxas, tributos e despesas financeiras	1	48	250,00	12.000,00
Correio e Cartório	2	48	200,00	19.200,00
Comunicação - telefonia e internet	2	48	3400,00	326.400,00
Locação Esporádica de Veículos (transporte dos atingidos)	1	48	4256,25	204.300,00
Seguro Sede	2	4	2500,00	20.000,00
Seguro Veículos	1	4	10000,00	40.000,00
EPI	60	1	283,00	16.980,00
Material de escritório	1	48	1000,00	48.000,00
Material de limpeza e copa	2	48	250,00	24.000,00
Manutenção predial e patrimonial	1	48	700,00	33.600,00
Conservação de veículo (limpeza + manutenção)	1	48	3084,00	148.032,00
IPVA e Licenciamento	1	4	16000,00	64.000,00
Desp. transporte- Combustível, Pedágio, Estacionamento	1	48	36193,50	1.737.288,00
Transporte urbano, rodoviário e corporativo	1	48	490,00	23.520,00
Desp. Alimentação - Refeições Equipe	1	48	16200,00	777.600,00
Hospedagem	5	48	130,00	31.200,00
Licenças				-
ERP/ Sistema financeiro/ contábil	1	48	1042,00	50.016,00
Software Desing/Audio visual	1	1	R\$ 6.760,00	6.760,00
Software Geoprocessamento	1	1	R\$ 11.000,00	11.000,00
Licenças de softwares (Windows, pacote office, adobe)	60	1	500,00	30.000,00
Serviços				-
Serviços de Assessoria Contábil	1	48	5500,00	264.000,00
Serviços Jurídicos	1	48	8500,00	408.000,00
Serviços Especializados em Sistema de Informações Geográficas	1	1	220000,00	220.000,00
Serviços de Segurança de Trabalho	1	48	800,00	38.400,00
Serviços de Suporte e manutenção de TI	1	48	9000,00	432.000,00
Serviço de Segurança	1	48	2000,00	96.000,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo tração 4x4 com caçamba)	1	48	4900,00	235.200,00
Serviços de Terceirização de Frota (Veículo Tipo Perua, 7 lugares, Off road)	3	36	3350,00	361.800,00
Custo Total				6.472.028,00



Quadro 16 - Comunicação

COMUNICAÇÃO				
DESCRIÇÃO	Quant.	Unidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Desenvolvimento de website	1	1	20000,00	20.000,00
Manutenção website	1	48	95,00	4.560,00
Produção audiovisual	1	48	2500,00	120.000,00
Spot para rádio	1	48	300,00	14.400,00
Locação de carro de som	1	48	200,00	9.600,00
Cartilhas	500	48	15,00	360.000,00
Cartão de Visita	1000	1	0,17	170,00
Banners	2	48	40,00	3.840,00
Revista	1667	48	0,85	68.000,00
Jornal Mural	6	48	10,00	2.880,00
Cartaz	60	48	2,50	7.200,00
Despesas com mídias sociais	1	48	200,00	9.600,00
Serviços				-
Serviços gráficos (adesivos de veículos e sinalização)	1	1	7400,00	7.400,00
Serviço de ilustração	1	48	1000,00	48.000,00
Serviços de webdesigner	1	1	20000,00	20.000,00
Custo Total				695.650,00



Quadro 17 - Produtos

PRODUTOS						
Item	Descrição dos produtos	Execução	Área	Duração/Meses	Valor Unit.	Valor Total
1	Análise da Qualidade de Produtos de Origem Animal	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	30	4.000,00	120.000,00
2	Análise de Água para Avaliação Ambiental (CONAMA 357)	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	32.000,00	960.000,00
3	Análise de água para usos humanos	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	18.200,00	546.000,00
4	Análise de Sedimentos	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	7.680,00	230.400,00
5	Análise de Solo	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	5.300,00	159.000,00
6	Análise laboratorial de amostras animais suspeitos de contaminação	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	30	4.000,00	120.000,00
7	Biomonitoramento e análise de ictiofauna	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	20.000,00	600.000,00
8	DFIPA I (Pagamento Emergencial)	Consultoria Especializada	Pesquisa/Ciências Sociais	6	150.000,00	900.000,00
9	DFIPA II	Consultoria Especializada	Pesquisa/Ciências Sociais	8	357.500,00	2.860.000,00
10	Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos e de alto risco)	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	30	3.333,33	100.000,00
11	Diagnóstico das Condições de Saúde das Pessoas Atingidas (Análise Clínica e Toxicológica)	Consultoria Especializada	Saúde e Assistência Social	3	166.666,67	500.000,00
12	Diagnóstico de Comportamento do Mercado Imobiliário (anterior e futuro)	Consultoria Especializada	Jurídica	12	16.666,67	200.000,00
13	Diagnóstico Fundiário das Comunidades	Consultoria Especializada	Jurídica	6	25.000,00	150.000,00
14	Direito e Garantias Constitucionais dos Atingidos	Consultoria Especializada	Jurídica	6	16.666,67	100.000,00
15	Emissão de pareceres e relatórios específicos de Análise Ambiental.	Consultoria Especializada	Análise Ambiental	30	39.200,00	1.176.000,00
16	Estudo Comparado de Direitos Subjetivos para Reparação de Danos em Grandes Desastres	Consultoria Especializada	Jurídica	12	5.000,00	60.000,00
17	Estudos Econômicos	Consultoria Especializada	Estudos Econômicos	30	14.000,00	420.000,00
18	Estudos Epidemiológicos e Análise dos Indicadores Oficiais	Consultoria Especializada	Saúde e Assistência Social	6	30.000,00	180.000,00
19	Georeferenciamento da Totalidade dos Imóveis Rurais	Consultoria Especializada	Jurídica	12	66.666,67	800.000,00
20	Monitoramento e Avaliação	Consultoria Especializada	Gestão/Participação Social	4	37.500,00	150.000,00
21	Valoração de perda de produção animal e agricultura	Consultoria Especializada	Ciências Agrárias	30	48.800,00	1.464.000,00
Valor total						11.795.400,00

Acordou-se entre as ATIs e as IJs que o valor será reajustado caso aconteça aumento de 15% do público a ser trabalhado e/ou no caso situações inesperadas e excepcionais. Os pagamentos serão realizados semestralmente.



14 CRONOGRAMA

Para a execução e acompanhamento do Plano de trabalho, as entregas de relatórios parciais serão trimestrais e de relatórios finais semestrais. Haverá auditoria contábil financeira e auditoria finalística da qual dependerá o desembolso semestral.

A seguir é possível visualizar o cronograma com detalhe das entregas dos relatórios produzidos.



Quadro 18 - Cronograma

Apresentação no Plano de Trabalho	Atividades e Ações Propostas	Produto Gerado	Ano 1												Ano 2												Ano 3												Ano 4												
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
			Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial												Diálogos de danos e a construção da matriz de danos e de reparação												Consolidação da matriz de danos e de reparação												Acompanhamento técnico e jurídico												
Pagamento Emergencial	Mapeamento das pessoas atingidas que receberam ou não o pagamento emergencial	Relatório de mapeamento das pessoas atingidas e situação referente ao recebimento do Pagamento Emergencial.																																																	
	Definição de novos critérios para o pagamento emergencial com uso de metodologias participativas	Relatório de Construção Participativa de Novos Critérios para o Pagamento Emergencial																																																	
A Mobilização Social para a Construção da autonomia	Acolhimento em Saúde e Assistência Social	Acolhimento e escuta ampliada																																																	
		Análise Clínica e toxicológica																																																	
	Formação e atuação de Núcleos comunitários, da Assembleia e dos Grupos temáticos	Formação dos Núcleos																																																	
		Formação e atuação da Assembleia de atingidos																																																	
		Formação e atuação dos grupos temáticos																																																	
		Mapeamento das dinâmicas e das redes de comunicação																																																	
		Implementação da equipe de Comunicação Institucional																																																	
	Organização e estruturação da comunicação popular																																																		
	Produção da comunicação popular e elaboração de materiais																																																		
	Ampliação da visibilidade, gestão de demandas e o direito fundamental de acesso à informação																																																		





Apresentação no Plano de Trabalho		Atividades e Ações Propostas	Produto Gerado	Ano 1												Ano 2												Ano 3												Ano 4												
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
				Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial	Diálogos de danos e a construção da matriz de danos e de reparação																								Consolidação da matriz de danos e de reparação												Acompanhamento técnico e jurídico											
A Mobilização Social para a Construção da autonomia	Participação informada	Agricultura Familiar e Agrário	DRPA II	[Empty]																																																
			Dimensionamento dos impactos e perdas dos produtores	Diagnóstico dos impactos e perdas dos Produtores	[Empty]																																															
				Consultoria: Valoração de perda de produção animal e agricultura	[Empty]																																															
				Relatório de Saúde dos Animais	[Empty]																																															
				Auxílio na saúde e bem estar dos animais	Consultoria: Diagnóstico clínico e veterinário (casos sintomáticos e de alto risco)	[Empty]																																														
		Informações ambientais	Realização de análises técnico/laboratorial dos produtos de origem animal e vegetal	Consultoria: Análise laboratorial de amostras animais suspeitos de contaminação	[Empty]																																															
			Impactos no sistema hídrico e nos cursos d'água	Consultoria: Análise da qualidade de produtos de origem animal	[Empty]																																															
				Consultoria: Análise de água para avaliação ambiental (CONAMA 357)	[Empty]																																															
				Consultoria: Análise de sedimentos	[Empty]																																															
				Consultoria: Análise de água para potabilidade	[Empty]																																															
			Biomonitoramento	Consultoria: Análise de biomonitoramento e toxicológica em ictiofauna	[Empty]																																															
			Valoração Ambiental	Relatório: metodologia de valoração ambiental	[Empty]																																															
			Territorial e uso da terra	Consultoria: Análise de uso da terra	[Empty]																																															
			Análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas	Consultoria: Análise de solo	[Empty]																																															
			Consultorias ambientais específicas	Análises, emissão de pareceres e relatórios específicos ao longo do projeto	[Empty]																																															
Impactos nas economias e nos sistemas produtivos			Dimensionamento de danos nas economias e sistemas produtivos	[Empty]																																																
Sistematização de dados secundários			Relatório de Sistematização de Dados Secundários	[Empty]																																																

109



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
 Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 109



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
 Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 109

[illegible]

110



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
 Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 110



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
 Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 110

15 CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Quadro 19 - Planejamento orçamentário mensal

Cronograma de Desembolso	
Semestre 1	8.532.859,72
Semestre 2	6.884.915,16
Semestre 3	6.884.915,16
Semestre 4	6.884.915,16
Semestre 5	6.884.915,16
Semestre 6	4.673.277,66
Semestre 7	3.532.199,50
Semestre 8	3.532.199,50
TOTAL:	47.810.197,04

Dados de conta bancária e titularidade do Instituto Guaicuy

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Titularidade: Instituto Guaicuy

Banco do Brasil S.A.

Agência 3609-9

Conta corrente: 36135-6.





Planejamento Orçamentário Mensal - 1º Semestre								
Descrição	Valor Total Execução	Previsão Desembolso 1º Semestre	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Atividades para Atingidos	R\$ 1.086.092,80	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 11.795.400,00	R\$ 2.948.850,00	R\$ 491.475,00	R\$ 491.475,00	R\$ 491.475,00	R\$ 491.475,00	R\$ 491.475,00	R\$ 491.475,00
Recursos Humanos	R\$ 20.255.784,00	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 6.472.028,16	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 910.732,06	R\$ 910.732,06	R\$ 151.788,68	R\$ 151.788,68	R\$ 151.788,68	R\$ 151.788,68	R\$ 151.788,68	R\$ 151.788,68
Comunicação	R\$ 695.650,08	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 2.472.941,23	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 4.121.568,71	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 47.810.197,04	R\$ 8.532.859,72	R\$ 1.422.143,29	R\$ 1.422.143,29	R\$ 1.422.143,29	R\$ 1.422.143,29	R\$ 1.422.143,29	R\$ 1.422.143,29

Planejamento Orçamentário Mensal - 2º Semestre								
Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 2º Semestre	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Atividades para Atingidos	R\$ 950.331,20	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 8.846.550,00	R\$ 2.211.637,50	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25
Recursos Humanos	R\$ 17.438.541,46	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 5.663.024,64	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 608.693,82	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 2.163.823,58	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 3.606.372,62	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 39.277.337,32	R\$ 6.884.915,16	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 112



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 112



Planejamento Orçamentário Mensal - 3º Semestre								
Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 3º Semestre	Mês 13	Mês 14	Mês 15	Mês 16	Mês 17	Mês 18
Atividades para Atingidos	R\$ 814.569,60	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 6.634.912,50	R\$ 2.211.637,50	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25
Recursos Humanos	R\$ 14.621.298,92	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 4.854.021,12	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 521.737,56	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 1.854.705,92	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 3.091.176,53	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 32.392.422,16	R\$ 6.884.915,16	R\$ 3.442.457,58	R\$ 3.442.457,58	R\$ 3.442.457,58	R\$ 3.442.457,58	R\$ 3.442.457,58	R\$ 3.442.457,58

Planejamento Orçamentário Mensal - 4º Semestre								
Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 4º Semestre	Mês 19	Mês 20	Mês 21	Mês 22	Mês 23	Mês 24
Atividades para Atingidos	R\$ 678.808,00	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 4.423.275,00	R\$ 2.211.637,50	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25
Recursos Humanos	R\$ 11.804.056,38	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 4.045.017,60	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 434.781,30	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 1.545.588,27	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 2.575.980,44	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 25.507.506,99	R\$ 6.884.915,16	R\$ 8.032.401,02	R\$ 8.032.401,02	R\$ 8.032.401,02	R\$ 8.032.401,02	R\$ 8.032.401,02	R\$ 8.032.401,02



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 113



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 113



Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 5º Semestre	Planejamento Orçamentário Mensal - 5º Semestre					
			Mês 25	Mês 26	Mês 27	Mês 28	Mês 29	Mês 30
Atividades para Atingidos	R\$ 543.046,40	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 2.211.637,50	R\$ 2.211.637,50	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25	R\$ 368.606,25
Recursos Humanos	R\$ 8.986.813,84	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 3.236.014,08	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 347.825,04	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 1.236.470,62	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 2.060.784,36	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 18.622.591,83	R\$ 6.884.915,16	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86	R\$ 1.147.485,86

Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 6º Semestre	Planejamento Orçamentário Mensal - 6º Semestre					
			Mês 31	Mês 32	Mês 33	Mês 34	Mês 35	Mês 36
Atividades para Atingidos	R\$ 407.284,80	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Humanos	R\$ 6.169.571,30	R\$ 2.817.242,54	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42	R\$ 469.540,42
Custeio Operacional	R\$ 2.427.010,56	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 260.868,78	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 927.352,96	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 1.545.588,27	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 11.737.676,67	R\$ 4.673.277,66	R\$ 778.879,61	R\$ 778.879,61	R\$ 778.879,61	R\$ 778.879,61	R\$ 778.879,61	R\$ 778.879,61





Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 7º Semestre	Planejamento Orçamentário Mensal - 7º Semestre					
			Mês 37	Mês 38	Mês 39	Mês 40	Mês 41	Mês 42
Atividades para Atingidos	R\$ 271.523,20	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Humanos	R\$ 3.352.328,76	R\$ 1.676.164,38	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73
Custeio Operacional	R\$ 1.618.007,04	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 173.912,52	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 618.235,31	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 1.030.392,18	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 7.064.399,01	R\$ 3.532.199,50	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92

Descrição	Valor Parcial Execução	Previsão Desembolso 8º Semestre	Planejamento Orçamentário Mensal - 8º Semestre					
			Mês 43	Mês 44	Mês 45	Mês 46	Mês 47	Mês 48
Atividades para Atingidos	R\$ 135.761,60	R\$ 135.761,60	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93	R\$ 22.626,93
Consultorias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Humanos	R\$ 1.676.164,38	R\$ 1.676.164,38	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73	R\$ 279.360,73
Custeio Operacional	R\$ 809.003,52	R\$ 809.003,52	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92	R\$ 134.833,92
Infraestrutura	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Comunicação	R\$ 86.956,26	R\$ 86.956,26	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71	R\$ 14.492,71
Coordenação e acompanhamento metodológico/finalístico	R\$ 309.117,65	R\$ 309.117,65	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61	R\$ 51.519,61
Taxa Administrativa	R\$ 515.196,09	R\$ 515.196,09	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01	R\$ 85.866,01
Total	R\$ 3.532.199,50	R\$ 3.532.199,50	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92	R\$ 588.699,92



Assinado eletronicamente por: LUCIANA IMACULADA DE PAULA - 13/02/2020 15:32:38
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021315331290600000103044094>
Número do documento: 20021315331290600000103044094

Num. 104372575 - Pág. 115



Assinado eletronicamente por: MARCOS LUIZ DOS MARES GUIA NETO - 26/05/2020 20:04:05
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052620040497300000115946205>
Número do documento: 20052620040497300000115946205

Num. 117272938 - Pág. 115

15.1 Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça, no qual serão detalhadas as respectivas atribuições.

O Instituto Guaicuy participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.

Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico estão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor base (isto é, sem a incidência de Taxa Administrativa) de cada Plano de Trabalho, denominada “Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico”. Caberá ao Instituto Guaicuy transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.

16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A. gerou um mosaico complexo de danos cujos impactos, na sua maioria, ainda são desconhecidos para as pessoas atingidas, para a academia e para operadores do direito e de difícil diagnóstico e mensuração, até o momento. Os marcos teórico, legal e social, em face dessa realidade complexa e diversa, têm sido insuficientes para conceituar e dimensionar os múltiplos fatores impactantes já identificados e outros que surgirão ao longo dos tempos em territórios e na saúde e qualidade de vida das pessoas atingidas e das gerações futuras.



Dado a insuficiência de respostas no âmbito da reparação integral, com o caminhar institucional do jogo processual, também complexo e moroso é preciso avançar e compensar as famílias para que elas aguardem o desfecho legal da reparação integral, sem abrir mão de seus direitos humanos e sociais e protegidos contra as violências. O direito ao AFE de forma universal, sem condicionantes é caminho para reduzir conflitos interfamiliares e institucionais, com agentes gerenciadores do desastre, reduzir o sofrimento psicossocial, minimizar insegurança alimentar e nutricional, prevenir a inserção precoce no trabalho infantil, prevenir violências doméstica e sexual, promover a equidade de gênero, o sentimento de segurança e de justiça social.

A garantia da participação e organização política para o controle social, o empoderamento das pessoas atingidas só poderá ser alcançado se houver ações compensatórias para responder à vulnerabilidade socioeconômica, daqueles que perderam trabalho, renda e meios de sobrevivência, pois as pessoas atingidas sonham em ter segurança enquanto aguardam a longa espera pela reparação integral.

Os cursos d'água possuem um papel fundamental na vida das pessoas e são importantes para diferentes formas de estar e de se perceber os territórios, uma vez que são importantes eixos de estruturação da paisagem e estão associados a importâncias simbólicas, materiais e econômicas. O rio constrói saberes e territorialidades, que são reproduzidos às vezes por gerações, edificando formas culturais e economias. É a partir do rio que as comunidades realizam atividades que lhes propiciam fonte de renda e de sobrevivência: a pesca, a criação, a agricultura, o turismo e o comércio. O rio é um marco na paisagem que é percebido de forma diferenciada por pessoas e grupos sociais a partir de diferentes aspectos da natureza, da economia, dos saberes tradicionais como do uso de plantas medicinais, a vegetação e ambiente, clima etc. Para a população atingida, o rio é um eixo chave da vida.

O rompimento da barragem de rejeitos B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IVA da mineradora Vale S.A alterou significativamente todo o modo e a qualidade de vida das populações localizadas às margens do Rio Paraopeba. Isso acabou por gerar perdas em toda a cadeia produtiva das comunidades atingidas provocando um processo de desterritorialização e de fortes impactos para os diferentes modos de vida. O Instituto Guaicuy considera que a reparação integral para as pessoas atingidas é fundamental para retomar a história e o direito das comunidades a um meio ambiente sadio e isso apenas é possível com uma forte participação social, de forma a construir um processo de reparação dialógico, que fomente autonomia e que garanta justiça aos atingidos.



O Instituto Guaicuy, em total apoio à justiça socioambiental para as pessoas atingidas, se compromete em ser um instrumento na construção junto com os atingidos de um processo de reparação que considere a diversidade, as particularidades sociais e individuais de todos os atingidos em sua área de atuação, fomentando crítica, autonomia e diálogo para a construção e ressignificação de territórios saudáveis e mais justos.



17 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, M.S., et al. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 2019
- BOSCHETTI, I. et al. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- BUFELLI, L. **A importância dos eventos culturais: agregando valores à população**. [S. l.], 4 abr. 2012. Disponível em: <https://espacorp.wordpress.com/2012/04/04/a-importancia-dos-eventos-culturais-agregando-valores-a-populacao/>. Acesso em: 02 out. 2019.
- CAMPOS, R. M. P.; SOBRAL, M. A. **O acordado sai caro, e muito caro! Percepções iniciais da Defensoria Pública acerca dos processos indenizatórios da Bacia do Rio Doce**. In: LOSEKANN, C.; MAYORGA, C. (Org). **Desastre na Bacia do Rio Doce: desafios para a universidade e para instituições estatais**. Rio de Janeiro: Folio Digital
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Transparência, participação, responsabilização e reparação: Uma proposta de reforma de governança para remediação do desastre do Rio Doce**, 2018
- CDDPH – CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, DF. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/comissao-especial-resolucoes-nos-2606-3106-0107-02-resolucoes.html>. Acesso 30/08/2019.
- CURY, C. R. J. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.
- Cruz, M. N. A. **Estrutura e Organização Do Trabalho Infantil em Situação de Rua m Belo Horizonte, Mg, Brasil**. Rev. Saúde Soc. Vol.17 No.1 São Paulo Jan./Mar. 2008.
- DINIZ, M. dos S. et al. **A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 118, p. 149-169, Mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Dez. 2019.
- FIORATI, R.C.; ARCÊNCIO R.A.; SOUZA L.B. **As iniquidades sociais e o acesso à saúde: desafios para a sociedade, desafios para a enfermagem** Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2016;24:e2683. Acesso em: 22 out. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FROTA, M. M. R.; ZIMMERMANN, C. R. **O Brasil e as experiências internacionais de Programas de Transferência de Renda**. [S. l.], p. 1-19, [s.d.]. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/mainaramizziOBrasileasexperienciasinternacionaisdeProgramas.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.
- FUNDAÇÃO RENOVA. **Informações sobre a perspectiva de gênero nos dados de gestão da reparação aos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão**. Relatório Preliminar Descritivo. 17 out. 2018.
- HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



HENRIQUES, M. S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HISSA, C. E. V.; MARQUEZ, R. M. **Rotina, ritmos e grafias da pesquisa**. AR: revista de arquitetura, ensino e cultura. Coronel Fabriciano, v. 2, n. 2, p. 14-28, dez. 2005.

IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil: Pompéu**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pompeu/panorama>. Acesso em: 09 out. 2019.

IBGE. **Conheça Cidades e Estados do Brasil: Curvelo**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/curvelo/panorama>. Acesso em: 09 out. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (Pnad) Contínua**. 2016.

IGAM, **Qualidade da água no Rio Paraopeba**. **Boletim Informativo do Cidadão**. Belo Horizonte, agosto de 2019. 2ª ed. Disponível em: http://200.198.57.118:8080/bitstream/123456789/3173/1/BOLETIM_AGOSTO_updated%20%281%29.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

LAVINAS, Lena., **Emprego Feminino: O que Há de Novo e o que se Repete**. Vol. 40, nº 1, pp. 41-67. 1997.

MEIRELES, E. e SILVA A. G. C. da. **Possibilidade de indenização das vítimas brasileiras da Talidomida pelos laboratórios produtores sob a ótica do market share liability (responsabilidade por cota)**. Revista de Direito Privado, vol. 97/2019 | p. 109 - 126 | Jan - Fev / 2019.

MINAS GERAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Ação Civil Pública - Autos nº 5000053-16.2019.8.13.0090**. Registro em: 29 abr. 2019. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA96A6D42B9016A6F864AFB6150>. Acesso em: 30 ago. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância em saúde no Brasil 2003|2019: da criação da Secretaria de Vigilância em Saúde aos dias atuais**. Bol Epidemiol. 2019 set; 50(n.esp.):1-154. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>. Acesso em: 30 set. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violências contra mulheres: análise das notificações realizadas no setor saúde, Brasil, 2011-2018**. Boletim Epidemiológico Volume 50 – Out 2019.

MURRIETA, R. S. S. et al. **Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo**. Rev. Nutr., Campinas, v. 21, supl. p. 123s-133s, Aug. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 nov. 2019.

NOGUEIRA, M. C. R. **Gerais adentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 2009. 233 f. Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OFICINA DA ESTRATÉGIA. **Oficina da Estratégia: Rodas de Conversa**. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.oficinadaestrategia.com.br/rodas-de-conversa/>. Acesso em: 2 out. 2019.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

PERUZZO, Círcia M. **Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária**. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 24, núm. 1, janeiro-abril, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil



PINTO, L. C. L. et al. **Traditional knowledge and uses of the Caryocar brasiliense Cambess. (Pequi) by "quilombolas" of Minas Gerais**, Brazil: subsidies for sustainable management. *Braz. J. Biol.*, São Carlos, v. 76, n. 2, p. 511-519, June 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-69842016000200511&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 nov. 2019

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curvelo_mg. Acesso em: 9 set. 2019.

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S. l.], 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pompeu_mg. Acesso em: 9 set. 2019.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, R. H. P. da. **Extração e comércio de minhocuçus em Minas Gerais: complexidades e incertezas socioambientais**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, dissertação de Mestrado em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre, 2016

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, M. M. O. **A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP)**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380/10850>. Acesso em: 30 set. 2019.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF Brasil, 1996. Disponível em: <http://cedoc.fac.unb.br/images/docs/mobilizacao-social-bernardo-toro-e-nisia-maria-duarte-werneck.pdf>. Acesso em: Agosto, 2019.

VAINER, C. B. **Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes**. In: ROTHMAN, F. D.(Org.). *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

Wanderlei, L. J. M. **Dicionário Crítico da Mineração**. Atingidos. In: Atingidos Gomide, et al. (Orgs.). 2018.

WSTANE, C. **Gestão de Águas Urbanas: Mobilização Social Em Torno De Rios Invisíveis**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ZIMMERMANN, C. R.; SILVA, M. da C.. **O princípio da desmercantilização nas políticas sociais**. *Cad. CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, p. 345-358, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Out. 2019.

